

ISSN 1806-0625

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PSICOLOGIA

OLHARES DA
PSICOLOGIA
SOBRE
QUESTÕES DA
ATUALIDADE



VOLUME 31. NÚMERO 1
NOVEMBRO 2018

REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PSICOLOGIA

VERSÃO DIGITAL. ISSN 1806-0625

GARÇA/SP

**Revista Científica Eletrônica de Psicologia- RCE. PSI-
ISSN: 1806-0625**

CURSO DE PSICOLOGIA
Sociedade Cultural e Educacional de Garça
Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF

Administração Superior
Presidente: Wilson Shimizu
Vice-presidente: Dra. Dayse Maria Alonso Shimizu

Direção da FAEF – Dra. Vanessa Zappa
Vice direção – Msc. Augusto Gabriel Claro de Melo

EDITOR CHEFE

Rui Mesquita Neto – Coordenador do Curso de Psicologia da FAEF

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Wellington Silva Fernandes
Dra. Chayrra Chehade Gomes
Dra. Juliana Baracat
Ma. Débora Elisa Parente Freitas
Me. José Wellington dos Santos
Me. Juliana Alvares

REVISÃO DE TEXTO

Jéssica Alves Alvarenga

REVISÃO GERAL

Suelen Martins Nogueira

PROJETO GRÁFICO

Rui Mesquita Neto

Revista Científica Eletrônica de Psicologia / Publicação científica
do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e
Formação Integral. Edição 31, v. 31, n. 01 (2018). -- Garça:
FAEF, 2018.

Semestral
Texto em português
ISSN: 1806-0665

1.Psicologia I. FAEF

CDD 150

Ficha Catalográfica Elaborada pela Biblioteca da Instituição.

SUMÁRIO

Apresentação	03
Adolescência como passagem para a fase Adulta: crises e oportunidades	04
RAFAEL, Brenda Heloisa SANTOS, José Wellington dos	
Vivências de Mulheres com Câncer de Mama: olhares e escutas	09
Bruna dos Santos CARMO	
Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: as consequências para o indivíduo e para o ambiente	17
TORRES DA SILVA, Renata Kelly MESQUITA NETO, Rui	
Fatores Desmotivacionais na Contemporaneidade: os agravos na qualidade de vida do trabalhador	31
SILVA, Alini Ferreira e MATTOS, Gabriel Gonçalves	
A Dependência Psicológica do Tabaco e as Implicações de seu uso no Ambiente de Trabalho	54
RABELO, Kátia Borges Fonseca dos Santos CUNEGATTO, Rejane La Bella Flanch	
Lei Da Guarda Compartilhada: reflexão psicojurídica sobre as circunstâncias de viabilidade e inviabilidade de sua aplicação	67
FREITAS, Carlos David de	
Patologização E TDAH: a importância de considerar a influência do meio, dos	

aspectos sociais e culturais	79
AMORIS, Talita Kelly de Brito	
Adolescência como Passagem para a Fase Adulta: crises e oportunidades	89
RAFAEL, Brenda Helena	
SANTOS, José Wellington dos	
O Estresse Organizacional: perspectivas ambientais e gerenciais	94
ALMEIDA, Vinicius Gonçalves de	
MESQUITA NETO, Rui	
O Transtorno Dismórfico Corporal na Teoria Cognitiva-Comportamental: um relato de pesquisa	110
SIMÕES, Mariane Monici	
SILVA JUNIOR, Sérgio Caetano da	
Profiling: um estudo sobre a história e a atuação do perito criminal	120
BARBOZA, Juliana Marques	
BARACAT, Juliana	
Infantolatria: uma análise psicanalítica da relação pais e filhos na contemporaneidade	135
RUSSO, Larissa da Silva	
BARACAT, Juliana	
ENSAIO - A Neurose de que se fala e a Neurose de que se sofre	155
BERVIQUE, Janete de Aguirre	

APRESENTAÇÃO

A psicologia é uma área do conhecimento que tem por objetivo o estudo do comportamento e das funções mentais. Também busca compreender o funcionamento da psique de um indivíduo. Por isso, se uma pessoa tiver questões psicológicas dolorosas a serem trabalhadas, o trabalho do psicoterapeuta é acolhê-la e proporcionar atendimento psicoterapêutico adequado.

Para oferecer esse tratamento, é preciso que o profissional da área de psicologia esteja sintonizado com questões sociais típicas de seu tempo. Por isso, esta 30ª edição da Revista Científica Eletrônica de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF) traz como tema central **Olhares da Psicologia sobre Questões da Atualidade**. Sob o viés de linhas da psicologia, os artigos tratam de temas que estão diariamente nos meios de comunicação, por exemplo, assédio moral, qualidade de vida no trabalho, dependência química e trabalho e estresse no ambiente de trabalho. Esta edição também engloba temas que exigem uma reflexão mais delicada, como a guarda compartilhada, o *profiling* e o perito criminal, e a infantolatria. Dessa forma, podemos conscientizar profissionais, estudantes e interessados em psicologia a fim de buscarem melhor qualidade de vida para todos em nossa sociedade atual.

Boa leitura!

Atenciosamente,
Corpo Editorial

ADOLESCÊNCIA COMO PASSAGEM PARA A FASE ADULTA: CRISES E OPORTUNIDADES

RAFAEL, Brenda Heloisa¹

SANTOS, José Wellington dos²

RESUMO

A adolescência é uma fase de oportunidades para que o sujeito conquiste autonomia e defina sua identidade. É possível dizer que as crises emocionais vividas pelo adolescente são normais e necessárias tendo em vista que a adolescência é uma fase importante dentro do processo de amadurecimento do sujeito. São definidas algumas características da adolescência onde fará parte do processo de passagem para a fase adulta. O propósito deste artigo é definir adolescência como fase do desenvolvimento e discutir as crises normais implicadas no processo do adolecer.

Palavras Chaves: Adolescência; Desenvolvimento; Crises; Fase Adulta.

ABSTRACT

Adolescence is a phase of opportunities for the subject to gain autonomy and define their identity. It is possible to say that the emotional crises experienced by the adolescent are normal and necessary considering that the adolescence is an important phase within the process of maturing of the subject. Some characteristics of adolescence are defined where it will be part of the process of transition to adulthood. The purpose of this article is to define adolescence as a stage of development and to discuss the normal crises involved in the process of adolescence.

Keywords: Adolescence; Development; Crises; Adulthood.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é um processo que ocorre durante o Desenvolvimento evolutivo do indivíduo, marca a transição do estado infantil para o estado adulto. As características psicológicas deste movimento evolutivo, sua expressividade e manifestações ao nível do comportamento e da adaptação social, são dependentes da cultura e da sociedade em que o processo se desenvolve. Somente em meados do século XVI passou-se a diferenciar infância, juventude e velhice.

As sociedades estabelecem os elementos que definem os status infantil e adulto, relatando essa transição entendendo o conjunto de critérios socialmente em vigor que marca a progressão do jovem para o status adulto. A escolaridade, por

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). E-mail: brendaheloisa76@yahoo.com.br

² Professor Mestre do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). E-mail: wellingtonpsique@yahoo.com.br

exemplo, pode ser utilizada como um dos critérios presentes em nossa cultura, e caracteriza uma diversidade de status dentro da sociedade.

A puberdade, é um processo decorrente das transformações biológicas, enquanto que a adolescência é fundamentalmente psicossocial, desencadeia alterações biológicas que intervêm na maturação das manifestações pulsionais que são inerentes a este período. A velocidade de maturação de cada setor (biológico, psicológico e social), e das partes que os compõem, são distintas caracterizando o adolescente de nossa sociedade. (LEVISKY, 1998)

2. O QUE É A ADOLESCÊNCIA?

Segundo NASIO, em seu livro, relata que a adolescência é, ao mesmo tempo, uma histeria e um luto, necessários para se tornar adulto. É uma passagem obrigatória, uma passagem delicada e atormentada, mas igualmente criativa, que vai do fim da infância ao começo da maturidade. Deixam de ser uma criança e caminham com dificuldade para o adulto que virá a ser. O adolescente deve ao mesmo tempo perder, conservar e conquistar: perder seu corpo de criança e o universo familiar no qual cresceu; conservando tudo o que sentiu, percebeu e desejou desde seu primeiro despertar, sua inocência de criança e conquistando finalmente a idade adulta, abandonando sua infância ao mesmo tempo que ainda ama, encontrando novas referências para consolidar sua identidade de homem ou mulher. (NASIO, J.-D., 2011)

Nessa fase há uma necessidade desesperada de pertencer a um grupo social. Os companheiros de idade a roda de amigos e a turma ajudam o adolescente a encontrar sua própria identidade em um contexto social. O apaixonar-se, que é uma ocorrência comum e frequente nesta idade, não é da natureza tão sexual quanto será em idade posteriores, é uma tentativa de projetar e testar o próprio ego por intermédio de outra pessoa a fim de clarear e refletir sobre si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento do mesmo, muitos adolescentes gostam mais de trocar ideias e discutir assuntos de identificação mútua do que trocar carícias. (MUSS, R. E., 5ª ed, 1966). O adolescente e seus problemas estão relacionados com a mudança de grupo. Ele não pertence mais a esse grupo infantil e não é mais considerado como criança. Nem tão pouco pertence ainda ao grupo adulto e goza de seus privilégios, dessa forma, encontra-se em um estágio de transição social; ele está se transferindo de um grupo para outro, mas não pertence nem a um nem a outro. Alguns comportamentos

infantis não são mais aceitos, enquanto algumas formas de comportamentos adulto não são ainda permitidas, ou se permitidas, são novas e estranhas. Não possui ainda uma compreensão clara de seu status social e de suas obrigações, seus comportamentos reflete essas incertezas de que em qual grupo ele pertencerá.

A transição do adolescente nessa fase é a descoberta reflexiva de si mesmo, através da mudança no seu autoconceito ingênuo e infantil para um conceito reflexivo e em fase de amadurecimento. A medida que o indivíduo cresce, especialmente nessa fase da adolescência, o mesmo desenvolve um conceito de tempo que torna o passado significativo, mas não se dirige apenas ao passado, como também ao futuro, que se torna significativo. É a fase onde começa a planejar sua vida, a estabelecer seus objetivos, fazendo escolhas quanto à sua educação e ir preparando para uma vocação, evidenciando aqui uma necessidade da orientação vocacional de um profissional qualificado. (MUSS, R. E., 5ª ed, 1966)

Os adolescentes confrontam com muitas alternativas, situações problemas envolvendo uma escolha autêntica. As dificuldades do adolescente nas sociedades complexas se relacionam com a presença de padrões conflitantes e a crença de que cada indivíduo deveria fazer suas próprias escolhas, sendo conflituoso. Fazer escolhas é um aspecto importante para o crescimento do adolescente, especialmente no período em que as necessidades sexuais começam a desempenhar um papel mais importante. Então, é fundamental que o jovem passe por certas circunstâncias na vida, onde ele aprenderá lidar e resolver conflitos, e também é fundamental que o adolescente tenha condições para aumento da percepção de si mesmo, dos fatores geradores de angústia, subsidiados que são pelas fantasias primitivas e atuais que invadem sua mente.

Havighurst, em seu livreto “Developmental Tasks and Education” (p.45) apresenta um relato das tarefas evolutivas em cada nível de idade, ele define cada espaço de tempo compreendido entre 12 e 18 anos, indicando que a idade adulta e a maturidade estão sendo alcançadas pelo adolescente, são elas:

Aceitação do próprio físico e do papel masculino ou feminino; novas relações com os companheiros de idade de ambos os sexos; independência emocional dos pais e outros adultos; obtenção da independência econômica; escolha de uma ocupação e preparo para a mesma; desenvolvimento de habilidade intelectuais e de conceitos necessários para a competência como cidadão; desejo e obtenção de comportamento socialmente responsável; preparação para o casamento e para a vida de família; formação consciente de uma escala de valores, em harmonia com a visão científica do mundo. (MUSS, R. E., 5ª ed,

1966 p. 112, 113)

3. CRISES E OPORTUNIDADES

A crise na adolescência está relacionada ao período intermediário da vida em que a infância não terminou de acabar e a maturidade não terminou de nascer. Em nossa sociedade, onde os jovens conquistam sua autonomia muito tarde, levam-se em conta os estudos prolongados e o desemprego em massa, fatores que trazem essa dependência material e afetiva com a família. A emoção está envolvida na vivência de todas estas situações problemas do adolescente, a satisfação de seus desejos e a concretização de suas esperanças ao conseguirem atingir seus objetivos, conduzem a emoções agradáveis, mas conflitos e frustrações podem trazer sérias perturbações emocionais para o indivíduo. (NASIO, J.-D., 2011) Segundo CAMPOS, são várias as situações que despertam fortes emoções entre os adolescentes, onde são pressionados a enfrentar e resolver problemas que jamais foram experimentados anteriormente, mas que agora nesse período transição entre a infância e o estado adulto os mesmos são desafiados a encarar, tais como: preparação profissional; formação e busca do significado e finalidade de vida; descoberta de seu eu e de seu lugar de pertença no mundo; independência da família e estabelecimento de novas relações fora do grupo familiar, etc.

Atualmente, o adolescente é um ser muito conturbado que corre alegre a frente da vida e também para de repente, arrasado, arrebatado pela euforia da ação. Tudo é contraditório, pode ser tanto agitado quanto indolente, eufórico, revoltado e conformista, intransigente e esclarecido, em um certo momento, entusiasta, apático e deprimido, as vezes é muito individualista e exibe um orgulho ou, ao contrário, ele não se ama e sente-se insignificante e desconfiado de tudo. Entre os diferentes sinais que atestarão o fim dessa luta e a entrada na idade adulta, há, um essencial de que: o aprendizado de outra maneira de amar seus novos parceiros e de amar a si mesmo. (NASIO, J.-D., 2011)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nosso artigo, procuramos expor a importância da adolescência no processo de desenvolvimento do indivíduo, trata-se de empenhar em aprender e

descobrir formas em poder colaborar com esse processo de desenvolvimento do adolescente/jovem, através de estudos para a compreensão dessa fase de vida do ser humano, para que os mesmos possam desenvolver um caráter saudável e maduro perante os conflitos, realidades que a vida nos empoe.

É nesse mundo de contradições que o jovem precisa aprender a viver, com as suas ansiedades e com as do próximo, esperançoso e desejoso de encontrar-se, planejar a sua vida, controlar as mudanças, adaptar-se ao mundo externo e interno, para que assim, possa entrar com segurança no mundo adulto e sobreviver da melhor maneira possível consigo mesmo e com outros ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., KNOBEL M., **Adolescência Normal**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1981

CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 4ª ed. Petrópolis, RJ, 1975.

LEVISKY, D. L., **Adolescência: Reflexões Psicanalíticas**, Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998, 2ª. ed. rev. e atual.

MUSS, R. E. **Teorias da Adolescência**. 5ª ed. New York, U.S.A, 1966.

NASIO, J.-D. **Como agir com um adolescente difícil?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

VIVÊNCIAS DE MULHERES COM CÂNCER DE MAMA: OLHARES E ESCUTAS

Bruna dos Santos CARMO ³

RESUMO

O câncer de mama afeta a mulher em sua dimensão física, emocional e sexual. O papel do psicólogo na atenção à mulher com câncer de mama é indispensável, visto a necessidade de acolhimento e suporte àqueles que se apresentam desesperados, com dor e com medo, seja do sofrimento ou da morte. O presente artigo tem por objetivo apresentar uma síntese acerca dos simbolismos e principais estressores relacionados ao câncer de mama, considerando aspectos subjetivos, culturais e sociais, a fim de fornecer subsídios para um efetivo acolhimento da paciente doente em toda a sua particularidade.

Palavras-chave: neoplasias da mama - psico-oncologia – psicanálise

ABSTRACT

Breast cancer affects a woman in her physical, emotional and sexual dimension. The role of the psychologist in the care of women with breast cancer is indispensable, given the need of shelter and support for those who are desperate, with pain and with fear of suffering or of death. The paper aims to present a synthesis of the symbolisms and main stressors related to breast cancer, considering subjective, cultural and social aspects of the disease, in order to provide subsidies for an effective care of the woman with cancer.

Keywords: breast neoplasms - psycho-oncology - psychoanalysis

1. INTRODUÇÃO

A palavra “câncer” vem do grego *karkinos*, que significa “caranguejo” ou “garras”, de modo que o câncer é uma doença causada pela proliferação de células que desenvolvem-se sem cessar e podem espalhar-se por todo o corpo do indivíduo (GRZYBOWSKI; SCHMIDT; BORGES, 2008). O diagnóstico do câncer é usualmente devastador e traz ideias acerca da morte, do medo de mutilações, de desfiguramento, dos tratamentos dolorosos e das muitas perdas provocadas pela doença (CARVALHO, 2007).

O sofrimento psicológico da mulher com câncer de mama transcende ao sofrimento configurado pela doença em si, é um sofrimento que comporta representações e significados atribuídos ao câncer ao longo da história e da cultura, e adentra as dimensões do ser feminino interferindo em suas relações interpessoais (SILVA, 2008). Dessa forma, a mulher acometida por câncer não só terá que lidar com a condição, seu tratamento e possíveis sequelas, mas também irá se confrontar com

³ Psicóloga. Mestre em Saúde e Envelhecimento pela FAMEMA – Faculdade de Medicina de Marília. Marília/SP – Brasil. brunacarmopsi@gmail.com

os aspectos culturais relacionados à construção da identidade feminina, os quais certamente estarão envolvidos em sua relação com a doença (SILVA, 2008).

Levar em conta os aspectos psíquicos da paciente ao longo do tratamento do câncer possibilita suscitar a esperança da mesma no tratamento médico ao buscar-se em suas crenças, motivações e comportamentos a possibilidade de reestruturação de seu ser físico e psíquico (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008). Dessa forma a atuação do psicólogo no contexto da oncologia é indispensável para promover condições para a qualidade de vida e facilitar o processo de enfrentamento de eventos estressantes ou aversivos relacionados com a doença, entre os quais estão os períodos prolongados de tratamento, a terapêutica farmacológica agressiva e seus efeitos colaterais, a submissão a procedimentos médicos invasivos e potencialmente dolorosos, a desmotivação e os riscos de recidiva (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

O olhar e a escuta diferenciada do psicólogo acolhe a queixa da paciente em toda a sua particularidade. Isto posto, o objetivo do presente estudo é apresentar uma síntese dos simbolismos e principais estressores relacionados ao câncer de mama, considerando seus aspectos subjetivos, culturais e sociais que são relevantes pontos para a atuação do psicólogo.

Foi realizada revisão bibliográfica de publicações sobre o câncer de mama que apresentaram contribuições e interpretações da psico-oncologia e da psicanálise acerca de vivências de mulheres com a doença. Foram feitas buscas nas bases de dados eletrônicas LILACS (Literatura científica e técnica da América Latina e Caribe/BVS – Biblioteca Virtual em Saúde) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online* - Biblioteca Eletrônica Científica Online), assim como ocorreram buscas cruzadas a partir de referências dos trabalhos selecionados. Foram usadas as seguintes palavras-chave: câncer de mama, neoplasias da mama, psicanálise e psico-oncologia.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A mama, o seio

A mama pode ser interpretada como o símbolo da feminilidade, da sexualidade e da amamentação (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008), e dessa forma a mulher com câncer de mama está suscetível a prejuízos em sua experiência de sentir-

se mulher, visto que ter o seio mutilado pode significar, para muitas mulheres, a impossibilidade de continuar sendo acolhedora e nutridora de seus entes queridos (SILVA, 2008).

Na mídia, o seio é fortemente explorado como ícone de forte apelo sexual, e frente a essa realidade há depoimentos de mulheres alegando, a princípio, preferirem a morte à remoção da mama, e pode-se supor que a falta da mama representa, em um primeiro momento, a morte simbólica da mulher (SILVA, 2008).

Dessa forma é possível dizer que o câncer de mama é uma ameaça que pode abalar a identidade feminina, sentimento que fundamenta a existência da mulher, de maneira que compreender a paciente nesta teia de significados é importante para que o tratamento se oriente para uma mulher fragilizada em sua sexualidade, maternidade e feminilidade (SILVA, 2008).

2.2 Contato com o diagnóstico

Frente ao diagnóstico de câncer, a mulher pode manifestar diversas reações emocionais, tanto de sentimentos negativos como tristeza, raiva e medo, quanto de sentimentos positivos como esperança, tranquilidade e confiança (HOFFMANN; MULLER; FRASSON, 2006).

Geralmente, o primeiro pensamento que vem à mente da paciente ao se descobrir com uma doença potencialmente fatal como o câncer de mama é “câncer, então eu vou morrer”, uma vez que no imaginário coletivo o câncer ainda está irrevogavelmente associado à noção de cessação iminente da vida (SANTOS, et al., 2013).

Quando questionadas sobre sentimentos e pensamentos que as acompanham no período entre diagnóstico e início do tratamento médico, é comum por parte das pacientes respostas como: preocupação com a família, pensar que irá morrer, preocupação com os efeitos do tratamento, sentir-se injustiçada e com raiva (HOFFMANN; MULLER; FRASSON, 2006).

Dessa forma, receber do médico a notícia de um câncer provoca reações emocionais que oscilam entre a sensação de completa irreabilidade, passando pela perplexidade de se verem confrontadas com a possibilidade de morte iminente, até a sensação de chamamento para a vida e a necessidade de ressignificá-la (SANTOS, et al., 2013).

2.3 Traumas emocionais e aparecimento do tumor

O trauma é um acontecimento que acarreta a exacerbação das ansiedades e medos primitivos do indivíduo, gerando descontrole na maneira como percebe o mundo, a si próprio e às suas organizações defensivas, de modo que liga eventos do presente a significados perturbadores do passado, o que configura-se como uma das causas para dificuldades de sua superação (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

Pesquisas qualitativas tem mostrado que há pacientes que vinculam a ocorrência do câncer de mama a um trauma emocional ocorrido em seu ciclo vital, que inclui perdas, culpas ou forma inadequada de lidar com os eventos vividos (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

No que se refere aos traumas por perdas, são comuns relatos sobre falecimento de familiares muito próximos ou perda de cônjuges, de modo que as perdas podem ser vistas pela paciente como acúmulo de feridas emocionais, que podem ser interpretadas pela mesma como um fator contribuinte para o desenvolvimento do câncer (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

Outro ponto importante diz respeito aos relatos de traumas ocasionados por intenso sentimento de culpa relacionado à maternagem. Nesse caso, a paciente não se sente mãe suficientemente boa ou “perfeita”. O trauma trata-se de questões vinculadas ao processo de desenvolvimento dos seus filhos, em que ocorreu um fator estressor ou uma “falha” determinada pela mãe, e isso se tornou fator de culpa (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

Assim, para algumas pacientes o surgimento do tumor pode ser, em seu ponto de vista, atribuído à forma inadequada de lidar com o trauma, e nesse sentido percebem que a doença parece surgir como forma simbólica para vivenciar a tristeza ou a dor do passado, ao que sua expressão está impossibilitada ou dificultada por alguma defesa específica. O entendimento das pacientes assume que muitas mágoas foram “guardadas”, e com o tempo exteriorizadas em forma de tumor de mama (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

2.4 Representação mental da doença

As pacientes podem apresentar como fator desencadeante de desespero na descoberta da doença o imaginar-se cancerígeno, muito debilitado e com baixa qualidade de vida. O imaginar-se sem cabelo, perder a independência para as tarefas

de vida diária e estar muito enfraquecida podem ser assumidos como a nova identidade de paciente canceroso, e esta passa a ser a principal característica de vida da mulher (GRZYBOWSHI; SCHMIDT; BORGES, 2008).

Além disso, as representações de dor insuportável, de mutilações desfigurantes e de ameaça de morte não desaparecem com a retirada do tumor, pois há sempre o fantasma da metástase e da recorrência da doença (SILVA, 2010).

2.5 Efeitos do tratamento

Os efeitos do tratamento mais comumente discutidos são: queda do cabelo, ganho ou perda de peso, fadiga crônica, náuseas, perda parcial ou total da mama e o sentimento de não ser mais uma mulher completa. Barreiras adicionais são relatadas, tais como: estigma social, ausência ou inconsistência do apoio familiar e necessidade de afastamento do trabalho (SANTOS, et al., 2013).

2.6 Mastectomia: a perda do seio

A mulher com câncer de mama vê-se diante da contingência de um corpo afetado pelo real da castração, e a clínica psicanalítica nos mostra o modo particular como cada mulher subjetiva esse confronto com o real, desvelando a angústia sentida pelas mulheres após a mastectomia e a relutância em se ver novamente no espelho (ARAUJO, LIMA, 2015).

A perda do seio quebra a unidade do eu proporcionada pela imagem do próprio corpo no espelho e, por conseguinte, o vazio resultante da retirada da mama desestabiliza a mulher em sua identidade em virtude da visão de seu corpo como incompleto (SANTOS, et al., 2008). Muitas pacientes sentem que com a mastectomia tornam-se mulheres “incompletas” uma vez que a sensação de habitar um novo corpo desfigurado ou mutilado é aflitiva, e conviver com essa nova imagem corporal induz sentimentos de desamparo e menos valia, com prejuízo da autoestima (SANTOS, et al., 2013).

A perda de um seio reatualiza outras perdas e provoca um abalo narcísico, de modo que são frequentes verbalizações sobre a reação de horror sentida ao olhar as marcas da mutilação no corpo, e muitas pacientes declaram esconder os seus corpos de si mesmas e de seus familiares, evitando olhar e serem olhadas (ARAUJO, LIMA, 2015). Nesse contexto, a angústia das mulheres acometidas pelo câncer de mama está ligada predominantemente à perda vivida no corpo e não à possibilidade iminente

da morte, mesmo no estado avançado da doença (ARAUJO, LIMA, 2015).

Contudo, ao elaborar essa experiência-limite, muitas vezes a mulher mastectomizada sente que, por ter estado perto da morte, essa experiência traumática tem que ter algum sentido maior para sua vida, o que a faz ficar frente a frente com questões que até então não conseguia lidar. A partir desse entendimento, podem passar a viver melhor, apesar do sofrimento inerente à experiência do câncer (SANTOS,et al., 2013).

2.7 Vida amorosa, vida sexual e intimidade

Pacientes comumente temem as consequências da cirurgia em sua vida amorosa e fantasiam a possibilidade do abandono do seu cônjuge devido a perda do seio, que poderia ser atrelada a recusa do marido no momento do coito visto que consideram que deixarão de ser uma mulher desejável (ARAUJO, LIMA, 2015).

Mulheres que anteriormente ao diagnóstico vivenciavam fragilidades no relacionamento conjugal podem ver o casamento entrar em colapso. Porém, quando o vínculo com o parceiro íntimo já era suficientemente sólido e a relação estável e de longa duração, geralmente o companheiro permanece ao seu lado, provendo apoio emocional e material durante os diferentes estágios do processo de adoecimento. Em alguns casos, nota-se que há uma reaproximação do casal, ou seja, o adoecer de câncer oferece a oportunidade para que ocorra certa revitalização do relacionamento afetivo, que seguia desgastado pelos anos de convívio. Dessa forma, muitas pacientes podem identificar melhorias na vida íntima após a experiência da doença, o que as auxilia a ressignificarem sua experiência de adoecimento e a encontrarem novo propósito para a vida (SANTOS,et al., 2013).

Depois da mastectomia é comum o surgimento de inibições sexuais e até mesmo a recusa do ato sexual (ARAUJO, LIMA, 2015). Há mulheres que passam a sentir dor durante as relações após a descoberta da doença e o início do tratamento. Ademais, há relatos de inapetência sexual, dificuldade para se excitar e demora em atingir o orgasmo. Evidencia-se que muitas mulheres não procuram fazer nada para melhorar o relacionamento sexual após as modificações em virtude da doença, enquanto outras procuram investir mais nas carícias preliminares e no uso de medicamentos (SANTOS,et al., 2008).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico e o tratamento médico do câncer de mama são fatores desgastantes do ponto de vista físico e emocional e podem impactar a autoestima, a imagem corporal e a identidade da mulher.

Dado o impacto psíquico do câncer de mama, compreender os principais tópicos acerca do sofrimento relacionado a doença é fundamental para o psicólogo, a fim de prestar à paciente uma assistência digna, humanizada e efetiva.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Sales de; LIMA, Nádia Laguárdia de. A clínica psicanalítica no hospital com mulheres em tratamento de câncer de mama. **Tempo psicanal**, Rio de Janeiro, v.47, n.2, p.90-102, dez.2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382015000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2019.

CARVALHO, Maria Margarida. Psico-oncologia: história, características e desafios. **Psicol. USP**, São Paulo, v.13, n.1, p.151-166, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 9 Fev. 2019.

GRZYBOWSKI, Marindia de Aguiar; SCHMIDT, Carlo; BORGES, Vivian Roxo. A percepção de pacientes com câncer de mama em relação ao trauma emocional e o aparecimento do tumor. **Psicol. hosp.**, São Paulo, v. 6, n.1, p.82-96, 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092008000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2019.

HOFFMANN, Fernanda Silva; MULLER, Marisa Campio; FRASSON, Antônio Luiz. Repercussões psicossociais, apoio social e bem-estar espiritual em mulheres com câncer de mama. **Psic., Saúde & Doenças**, Lisboa, v.7, n.2, p.239-254, 2006. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SANTOS, Lucas Nápoli dos et al. Sexualidade e câncer de mama: relatos de oito

mulheres afetadas. **Psicol. hosp.**, São Paulo, v.6, n.2, p.02-19, jun. 2008. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092008000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SANTOS, Manoel Antônio dos et al. A (in)sustentável leveza dos vínculos afetivos: investigando a sexualidade em mulheres que enfrentam o tratamento do câncer de mama. **Vínculo**, v.10, n.1, p. 01-08, maio 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902013000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 de fev. 2019.

SILVA, Lucia Cecilia da. Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino. **Psicol. estud.**, Maringá, v.13, n. 2, p. 231-237, Junho 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Fev. 2019.

ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: AS CONSEQUÊNCIAS PARA O INDIVÍDUO E PARA O AMBIENTE.

TORRES DA SILVA, Renata Kelly ⁴

MESQUITA NETO, Rui ⁵

RESUMO

Assédio moral ocorre quando há uma violência sistemática contra um indivíduo, erodindo sua capacidade laborativa, sua saúde mental e sua saúde física. Os prejuízos causados pelo assédio moral são individuais, organizacionais e sociais. O presente trabalho tem como objetivo descrever o fenômeno do assédio moral no ambiente de trabalho, descrevendo como as leis brasileiras lidam com fenômeno. O Assédio Moral é um tema em foco, ainda é novo e se são necessários mais estudos para adequadamente situá-lo, não significando que é menos vil, degradante e prejudicial, para o indivíduo e para a sociedade.

Palavras chave. Assédio Moral. Psicologia do Trabalho e das Organizações. Efeitos. Legislação.

ABSTRACT

Mobbing occurs when there is a systematic violence against an individual, eroding its labor ability, its mental and physical health. The harm made by mobbing are individual, organizational and social. The present work aims to describe the mobbing phenomenon, describing how Brazilian laws deal with it. Mobbing is a theme on the spotlight, still new and still are necessary more studies to adequately situate it, not meaning that it is less vile, degrading and harmful, to the individual and the society.

Keywords: Mobbing. Labor Psychology. Effects. Legislation.

1. INTRODUÇÃO

A relação do indivíduo com o trabalho, na sociedade contemporânea, é multifacetada. As pessoas derivam traços de sua personalidade do seu trabalho, estabelecem laços sociais e dedicam grande parte do tempo de suas vidas às atividades laborais.

Cardoso (2013) define a relação do tempo que o indivíduo dedica ao trabalho da seguinte maneira:

Assim como o tempo, o tempo de trabalho é uma dimensão-chave para o entendimento das interações construídas entre os atores sociais, que, para além das relações vinculadas à organização das condições de trabalho e de emprego, exprime um sistema de valores, crenças, normas, leis, vivências, representações e poderes. Elementos esses que, por sua vez, influenciam e

⁴ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF. E-mail: renatakellytorres2013@live.com

⁵ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF. E-mail: neto334@gmail.com

são influenciados pelo que podemos chamar de tempos de "não trabalho". (CARDOSO, 2013, p. 352).

Assim sendo, a presença prolongada do indivíduo no ambiente laboral gera preocupações dos mais diversos saberes, em relação à sua saúde, dinâmica, relações e fenômenos intrínsecos deste processo tão peculiar e arraigado à vida.

Um destes fenômenos será explorado pormenorizadamente por este artigo, o assédio moral no ambiente de trabalho, objeto da psicologia do trabalho e das organizações. Apesar de não ser um fenômeno que ocorre exclusivamente em ambientes laborais, adquire tons diferenciados, característicos das relações no ambiente de trabalho. Descrito inicialmente pelo psicólogo alemão naturalizado sueco Heinz Leymann, na década de 1980, tem ganhado importância e vulto nas pesquisas mais recentes, apesar de, ainda, não obter a atenção que mereça.

A busca por uma maior qualidade de vida nas relações de trabalho orienta este trabalho que objetiva explorar as relações do assédio moral no ambiente laborativo, com suas ramificações e os impactos que tal fenômeno possui, seja para o indivíduo, seja para o ambiente. A vítima do assédio moral no trabalho tem sua saúde mental afetada, impactando em sua vida tanto pessoal quanto laboral.

Empresas, às vezes, utilizam do assédio moral como ferramenta de controle de seus funcionários. As companhias, motivadas por auferir lucro, assedia o empregado para que ele não busque seus direitos na justiça trabalhista, por exemplo.

Este breve panorama traça o delineamento do presente artigo, que valerá da revisão bibliográfica em bases de dados de artigos científicos e títulos relacionados ao tema, como método principal de pesquisa e levantamento de dados, e tem como objetivo descrever explorar o assédio moral no ambiente de trabalho e, por fim, descrever a influência deste fenômeno no indivíduo e no ambiente de trabalho.

2. ASSÉDIO MORAL

O assédio moral no trabalho possui diversas classificações, variando de acordo com o autor, mas sempre mantendo elementos essenciais conforme podemos ver nas citações que seguem.

Tolfo e Oliveira (2013) definem o assédio moral como uma forma de violência no

trabalho, por meio de exposições repetitivas e prolongadas dos trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes.

Já Barreto (apud DA SILVA OLIVEIRA et. al., 2010, p. 4), afirma que o assédio moral caracteriza-se como “uma operação ou um conjunto de sinais que estabelecem um cerco com a finalidade de exercer um domínio”.

Filho, Junior e Braga (2016, p. 12) conceituam assédio moral como sendo uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica do indivíduo, de forma reiterada, tendo por efeito a sensação de exclusão do ambiente e do convívio social.

Por fim, a psicóloga francesa e pesquisadora do tema, Marie-France Hirigoyen (2011) reflete:

“Por assédio em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho”. (HIRIGOYEN, 2011, p. 65).

É possível extrair destas definições alguns elementos básicos e essenciais. Inicialmente podemos afirmar que o assédio moral é violência. Mas, a violência que é objeto deste artigo é a que ocorre especificamente no trabalho, ou em decorrência dele (reiterando que o assédio moral não é uma exclusividade do ambiente laboral, mas sim de qualquer ambiente social). Outro aspecto que se faz importante salientar é a frequência: a violência precisa ser repetitiva, reiterada, sistemática. Um fenômeno isolado de violência no ambiente de trabalho não é suficiente para caracterizar o quadro de assédio. Por fim o assédio moral tem um objetivo específico, que é a exclusão da vítima do ambiente social laborativo.

O assédio também pode ser dividido entre direto e indireto: quando direto, as ações são voltadas diretamente para a vítima, como um insulto ou uma agressão. Em contrapartida, quando indireta a agressão, se manifesta através de boatos, fofocas, exclusão social ou recusa na comunicação (TOLFO; OLIVEIRA, 2013).

Outro ponto de destaque na classificação do assédio é seu direcionamento, podendo ser descendente, ascendente ou misto. O primeiro ocorre quando o superior hierárquico vitima seu subordinado. O ascendente por sua vez é o

contrário; o subordinado ataca o supervisor. Por fim o misto pode ser entre superiores, colegas e subordinados. (SILVA, 2006)

Também é válido discernir entre dois assédios morais no trabalho distintos, o pessoal e o institucional. O pessoal, como o nome indica, é praticado entre os indivíduos que compõe a organização. O institucional, contudo, é praticado da instituição para o indivíduo. Um caso clássico deste tipo de assédio seria quando a empresa assedia o funcionário para que este não busque seus direitos. É possível que o assédio seja institucional – contrário à ideia de individual – e cometido pela empresa ou pela gerência em nome dos interesses da companhia. Nestas organizações é comum que sua estrutura de poder seja rígida e hierarquizada, sendo assim terreno fértil para que o abuso de poder se manifeste por meio do assédio moral. Tolfo e Oliveira (2013, p. 3) explicam como “o assédio moral organizacional ocorre com o objetivo de forçar o trabalhador indesejável a pedir demissão, o que evita custos à organização” enquanto “no assédio moral interpessoal, a finalidade está em prejudicar ou eliminar o trabalhador na relação com o outro” (*ibid.*).

Nos polos do assédio encontramos a vítima, aquele quem sofre a violência e o assediador, aquele ou aqueles que a praticam. Para Leymann (1996) não há marcadores específicos da personalidade da vítima que a definirão em tal situação. Ou seja, não é possível prever, de acordo com a personalidade, qual haverá maior propensão a sofrer assédio moral. Assim sendo, o assédio moral no ambiente de trabalho é um problema com potencial para atingir igualmente qualquer pessoa. Contudo, ainda segundo o autor (LEYMANN, 1990), é comum que na empresa se acredite que a culpa do assédio moral sofrido pela vítima é decorrente de seu próprio caráter ou personalidade – uma espécie de punição em decorrência da pessoa, ser ou agir de determinada maneira. Assim sendo, para as empresas, a vítima é responsável pela violência que recebe, pois esta decorre de alguma falha pessoal ou características particulares indesejadas. Esta perspectiva coaduna com a de Hirigoyen (2005, apud NINA, 2012) de que qualquer pessoa pode ser vítima, por não haver traços determinantes que a destaquem, apesar de que o contexto do ambiente de trabalho propiciar a eclosão de tal comportamento.

Entretanto Nina (2012) aponta-nos que existe preferência para vítimas, que ele caracteriza como pessoas “atípicas”. São pessoas que se destacam seja por

sua competência excessiva (ou aquém do esperado), por diferir dos padrões esperados, por estarem em situação especial de acordo com lei trabalhista, como por exemplo, a mulher grávida ou o indivíduo fragilizado por conta de uma licença de saúde. Outro ponto relevante é que a vítima é escolhida pois perturba em algum nível o assediador, seja em sua “ganância de poder, dinheiro ou outro atributo ao qual lhe resulte inconveniente o trabalhador ou trabalhadora, por suas habilidades, destreza, conhecimento, desempenho e exemplo” (RAMIREZ, 2011, apud NINA, 2012, s/n).

Assim sendo, o empregado vítima de assédio moral não é aquele que é preguiçoso ou produz pouco, mas o contrário, é o empregado competente com qualidade moral e profissional elevadas. Por fim, há quem considere (GUEDES, 2003, apud NINA, 2012) que existe um tipo ideal de vítima. Por exemplo, o sujeito “camarada” (aquele que se relaciona bem com todos e, por conseguinte, é alvo da inveja daqueles que não o fazem), o indivíduo “introvertido” (que contrário do camarada, possui dificuldade em se relacionar e em consequência disto é tido como arrogante), e o “prisioneiro” (aquele que não consegue se livrar do terror psicológico). Entretanto é válido salientar que não é um privilégio de posto ou hierarquia: todos são igualmente suscetíveis ao assédio moral, seja o executivo ou o funcionário do posto mais simples da organização.

No outro polo do fenômeno temos a figura do agressor. Quando o assédio é cometido por um indivíduo, há algumas características comuns que podem ser extraídas. Hirigoyen (2011) define o perfil da seguinte maneira:

Apresentam total falta de interesse e de empatia para com os outros, mas desejam que os outros se interessem por eles. Tudo lhes é devido. Criticam todo mundo, mas não admitem o menor questionamento ou a menor censura. Diante deste mundo tão poderoso a vítima está forçosamente em um mundo cheio de falhas. Mostrar as dos outros é uma maneira de não ver as próprias falhas, de defender-se contra uma angústia de cunho psicótico. (HIRIGOYEN, 2011, p. 144 apud NINA, s/n).

Barreto (2007, p. 56 apud NINA, 2012) por sua vez define a personalidade dos agressores como pessoas “[...] vaidosas, ferinas, hipócritas, levianas, narcisistas e, para completar, fracas e medrosas”. A motivação que subjaz o comportamento de assediar é a inveja, de forma que o agressor esforça-se para ofuscar aquele quem possui um bom desempenho laboral ou o ameaça de alguma

forma, ou, até mesmo, para tirar algum proveito.

3. O ASSÉDIO MORAL E O AMBIENTE DE TRABALHO

Acerca do desenvolvimento do assédio moral nas empresas, Leymann (1996) observa nos estudos de caso que existe quase um padrão estereotipado. Em quase a totalidade dos casos estudados pelo pesquisador Sueco há uma progressão determinada por alguns fatores que, quando presentes, desencadeiam o processo de assédio moral.

O primeiro aspecto preditivo de um ambiente fértil para o assédio moral é a organização do trabalho. Ambientes com a organização da produção extremamente desorganizada com uma gerência desamparada, desinteressada e usualmente igualmente desorganizada. Um exemplo de tal situação seria como no caso de um indivíduo ou grupo/classe de indivíduos possuírem mais de um chefe com capacidades e poderes semelhantes, gerando conflito entre ordens, esquivando-se na hora de recorrer aos superiores para auxílio ou resolução de problemas e dificuldade na organização de equipes e times para cuidar de determinados trabalhos, resultando em uma carga excessiva de trabalho para determinados indivíduos por ingerência.

Este tipo de situação gera problemas, como de natureza comunicativa, como por exemplo, ordens discrepantes entre duas chefias ou até mesmo ausência de ordens, pois uma chefia acredita que outra é responsável pelo manejo do indivíduo/equipe, advindo a necessidade de que nasçam lideranças espontâneas (o que segundo a literatura da administração é um péssimo negócio). A desorganização é um terreno fértil para que não haja supervisão e coerção do fenômeno de assédio (LEYMANN, 1996).

O segundo aspecto que é relevante para a predição do assédio é mau gerenciamento de conflito por parte dos superiores. Neste aspecto é possível enquadrar o comportamento do superior de tentar participar do enquadre social. Desta forma, ao ocorrer o assédio, o superior, ao invés de utilizar seus poderes para coibir tal fenômeno, toma um lado.

Outra manifestação do mau gerenciamento de conflito é quando há a inação dos superiores, permitindo a escalada da violência ou que a violência se agrave e

enraíze.

O autor também salienta diferenças entre os sexos, sendo que a participação no assédio é mais comum entre as superiores do sexo feminino, enquanto ignorar o problema é mais característico de superiores do sexo masculino.

Assim sendo, temos os atores, o abusador (ou abusadores) e a vítima, temos o terreno propício para o assédio (com a desorganização do trabalho e superiores omissos) e nos falta o desenvolvimento do processo de assédio.

2.1 O comportamento de assediar no ambiente de trabalho

Assim como todo processo fenomenológico, o desenvolvimento é gradativo e gradual. Hirigoyen (2006, apud TOLFO e OLIVEIRA, 2013) apontam quatro grandes grupos de comportamentos que podem ser identificados como marcadores do assédio moral no ambiente de trabalho.

O primeiro grande grupo é a degradação proposital das condições de trabalho. Este grupo abarcam os comportamentos que degradam a qualidade do trabalho feito pelo indivíduo, assim como sua relação com o trabalho.

São manifestações deste primeiro grupo retirar a autonomia da vítima de assédio moral, não transmitindo informações necessárias para realização de suas tarefas ou contestando sistematicamente suas decisões. Também enquadram neste grupo a privação da vítima aos instrumentos essenciais à realização de seu trabalho (como computador, telefone, internet), sempre criticando em demasia e de forma injusta o trabalho realizado pela vítima. Essa sistemática degradação do trabalho da vítima pode se manifestar também ao atribuir tarefas tanto superiores quanto inferiores à competência da vítima e induzi-la ao erro. Ao desenvolver um labor aquém de suas qualificações, sua satisfação declina. É comum também que se dificulte ou impeça que a vítima seja promovida, desconsiderar recomendações médica e até mesmo causar danos em seu material e local de trabalho. Não obstante da violência, é um comportamento deste grupo também impedir que a vítima busque seus direitos.

O segundo grande grupo identificado pela autora é o isolamento e a recusa de comunicação. Suas manifestações são interromper, com frequência, a vítima, não conversar com a vítima (seja seus superiores ou seus pares), comunicar-se somente por escrito, recusando contato com a vítima – inclusive o visual – ignorar a

presença da vítima, isolar a vítima do restante do grupo, proibir que colegas falem com a vítima (ou não permitir que a vítima fale com colegas) e a inação da direção em falar ou comentar sobre o que está ocorrendo.

O terceiro grupo que Hirigoyen (2006, apud TOLFO e OLIVEIRA, 2013) delineou abarca os comportamentos que atentam contra a dignidade da vítima. Fazer insinuações desdenhosas ou gestos de desprezo são exemplos desta classe.

Assim como desacreditar a vítima diante de colegas, superiores ou subordinados, espalhar rumores a respeito da honra e da boa fama da vítima, atribuir problemas de saúde à vítima (de ordem psicológica, por exemplo), ou criticar e brincar sobre deficiências ou sobre seu aspecto físico. Outro comportamento marcante desta classe é criticar a vida particular da vítima, zombar de suas origens, nacionalidade, crenças religiosas ou convicções políticas. Atribuir tarefas humilhantes também é enquadrada como atentado contra a dignidade.

O quarto e último grupo abarca os comportamentos classificados como violência verbal, física e sexual. É válido salientar que o assédio moral no ambiente de trabalho de cunho sexual difere organicamente do assédio sexual, pois, apesar de ambos serem violências que atentam contra os direitos fundamentais da vítima, o primeiro difere na sua natureza, no objetivo e na frequência do segundo que a Cartilha do Ministério Público do Trabalho exemplifica:

Assédio sexual no ambiente de trabalho é a conduta de natureza sexual, manifestada fisicamente, por palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual. O assédio sexual viola a dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais da vítima, tais como a liberdade, a intimidade, a vida privada, a honra, a igualdade de tratamento, o valor social do trabalho e o direito ao meio ambiente de trabalho sadio e seguro. De cunho opressivo e discriminatório constitui violação a Direitos Humanos. (BRASIL, 2017, p, 9).

Desta forma, os comportamentos preconizados por Hirigoyen (2006, apud TOLFO e OLIVEIRA, 2013) neste quarto grupo são ameaçar a vítima de violência física, agredi-la fisicamente, comunicar-se aos gritos com a vítima, invidiar sua intimidade (por meio da leitura de correspondência, escuta telefônica, leitura de e-mails, comunicações internas, etc), seguir e espionar a vítima, danificar seus bens pessoais, assediar ou agredir sexualmente a vítima (seja por meio de gestos ou propostas) e desconsiderar os problemas de saúde da vítima.

Estes quatro grandes grupos elencados por Hirigoyen (2006, apud TOLFO e

OLIVEIRA, 2013) delineiam os comportamentos observáveis no fenômeno do assédio moral. É importante salientar, também, que o assédio moral não se limita aos comportamentos elencados, mas ao enquadre da violência definida pelo grupo, seja esta a degradação do ambiente e das condições de trabalho, o isolamento social e recusa da comunicação, os atentados contra a dignidade e as diversas formas de violência – física, verbal ou sexual.

2.2. As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho

Delineado o fenômeno, resta-nos descrever suas consequências. Capoli e Silva (2017, p. 71) afirmam que quando o indivíduo sofre assédio moral, “gera uma ferida que não tem equivalência com o estresse, pois deixa de fazer parte das exigências de um perfil profissional, para fazer parte do atentado contra a dignidade humana”.

Assim sendo, o trabalhador passa a suportar a dor emocional decorrente do assédio sistematizado. Tolfo e Oliveira (2013) apontam sinais, sintomas e aspectos subjetivos da consequência pessoal do assédio moral para o indivíduo. Entre os sinais, podemos salientar irritabilidade, crises de choro, alterações do sono, Síndrome do pânico, isolamento e suicídio. Como sintomas, os autores elencam dores generalizadas, palpitações, depressão, dores de cabeça, distúrbios digestivos, estresse, esgotamento físico e emocional e hipertensão arterial. Por fim, também existem os fatores subjetivos, como a perda do significado do trabalho, abandono das relações pessoais e problemas familiares.

Outro fator a ser considerado é que tais distúrbios da psique podem acarretar a comportamentos agressivos, tanto com a agressividade direcionada aos outros quanto para si mesmo. Um exemplo disso seria o aumento do consumo de álcool em vítimas de assédio moral (NASCIMENTO; NETO, 2017).

Contudo, Thome e Schwartz (2017) afirmam que são poucos os autores que se preocupam com o aspecto psíquico do assédio moral, os que argumentam e compreendem que um dos elementos do dano moral é o sofrimento psíquico, sendo o laudo psiquiátrico imprescindível para aqueles que aceitam como elemento.

Hirigoyen (2014, apud THOMÉ; SCHWARTZ, 2017) comenta que a vítima de assédio moral acaba por ter que escolher entre sua saúde (mental e física,

sendo está última reflexo psicossomático do estado da psique do trabalhador) e o direito ao emprego. Desta forma, o indivíduo tem mais esta camada de pressão psicológica da qual não pode abrir mão da sua fonte de renda, contudo esta mesma fonte é ansiogênica e danosa a sua saúde.

Temos então, por consequência do indivíduo enfermo, uma organização enferma. Capoli e Silva (2017, p. 73) definem clima organizacional como “uma soma do comportamento dos indivíduos que se agrupam na massa de colaboradores de uma organização, porém os fatores físicos os influenciam”, sendo a cultura organizacional intimamente ligada a ocorrência de assédio moral. Assim sendo, a companhia que padece desta enfermidade sofre com a perda de produtividade, rotatividade de pessoal, absenteísmo, aumento de acidentes e erros, passivos trabalhistas decorrentes de indenizações, multas administrativas (decorrentes de manifestações de discriminação), licenças médicas e demissões (TOLFO; OLIVEIRA, 2013).

Um aspecto maior das consequências do assédio moral poderia ser interpretado como o aspecto social: o dano causado ao próprio tecido social. Tolfo e Oliveira (2013) salientam que estes danos são os custos com o tratamento médico e reabilitação, as despesas com benefícios sociais (dentre eles o auxílio doença e a aposentadoria precoce) e os custos dos processos administrativos e judiciais. Por exemplo, Cardoso e colaboradores (2013) estudaram o impacto do absenteísmo e rotatividade de pessoal em uma empresa e concluíram que tais fatores possuem um impacto relevante no custo do produto e diminuição da lucratividade da companhia. Extrapolando os resultados dos autores, temos que o consumidor pagará mais pelo mesmo produto, enquanto a companhia terá menos capital para o investimento em tecnologia e capacitação de profissionais.

Um último impacto a ser observado é o impacto pormenorizadamente estudado pela área do Direito, que é o impacto na dignidade da pessoa humana e os desdobramentos para a o cenário jurídico brasileiro.

3. A PERPECTIVA DO DIREITO BRASILEIRO SOBRE O ASSÉDIO MORAL

Capoli e Silva (2017) descrevem o fenômeno jurídico pelo viés da dignidade humana, nos seus pilares da liberdade, coexistência social e solidariedade.

Menezes (2008, apud CAPOLI; SILVA, 2017, p. 69) define dignidade da pessoa humana como “A dignidade da pessoa humana é o epicentro das normas constitucionais, o sustentáculo dos direitos fundamentais e a base dos direitos de personalidade”. Assim sendo, o assédio moral é uma violação direta à dignidade da pessoa humana. A dignidade da pessoa humana é estabelecida como um princípio, na Constituição, em seu art. 1º, inciso III (TOLFO; OLIVEIRA, 2013).

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também preconiza situações de rompimento unilateral do contrato de trabalho quando houver falta grave de uma das partes. Assim sendo, considera-se o assédio moral como falta grave por parte da empresa, podendo o trabalhador recorrer aos dispositivos elencados na CLT para pleitear a rescisão do contrato de trabalho (que, como já explorado no capítulo anterior, além de não resolver a situação do trabalhador que já está fragilizado pela violência sistemática que sofre, agrava a situação por privá-lo do meio de sustento) ou rescindir o contrato do funcionário que pratica o assédio moral, sendo esta solução também paliativa, pois como descrito até aqui, o fenômeno do assédio moral é gerado em parte pela cultura organizacional e tipos de dinâmicas sociais no ambiente de trabalho.

Thomé e Schwartz (2017) argumentam que as patologias capazes de afetar o indivíduo, decorrentes do assédio moral no trabalho (como depressão e até mesmo o suicídio) configuram “acidente de trabalho”, desde que o nexo causal entre o assédio e o “acidente” reste estabelecido.

Por fim, Tolfo e Oliveira (2013) instruem que o trabalhador pode buscar apoio seja no sindicato de sua classe, nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, no Ministério do Trabalho e Emprego, no Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Comissão dos Direitos Humanos, enfocando que, apesar de ser um fenômeno pouco regimentado e legislado, o governo oferece apoio e subsídios para que as vítimas tenham qualidade de vida e tenham como cessar a violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever o fenômeno do assédio moral no ambiente do trabalho, passando pela perspectiva do assediador, das

consequências para a vítima e para o ambiente de trabalho e, por fim, uma visão da legislação brasileira.

Temos o assédio como uma violência sistematizada contra um indivíduo, de forma a ferir sua dignidade e trazer prejuízo a sua relação de trabalho. Tal violência pode vir de diversas fontes e, pesquisas recentes apontarem um perfil psicológico melhor delineado, tanto das vítimas quanto daqueles que cometem a violência, assim como o perfil da organização que gera a permissividade para a ocorrência de tal fenômeno.

Nota-se que apesar de receber atenção nos últimos anos, o fenômeno ainda é pouco estudado e compreendido, tanto pelos acadêmicos da área do Direito, que são diretamente responsáveis pela qualidade das leis que regem a sociedade e por fim buscam coibir tal comportamento, assim como Administradores e Psicólogos.

Percebermos que as pesquisas existentes se amparam em sua grande parte em estudos feitos no exterior e interpretados por analogia para a realidade brasileira, sendo às vezes insuficientes para explicar as peculiaridades culturais que as relações sociais daqui constroem.

É importante salientar que o aspecto preventivo e corretivo do fenômeno não foi abordado neste estudo, ficando como sugestão para futuras análises de como pode-se amenizar, corrigir e, se possível, solucionar o problema do assédio moral nos ambientes organizacionais.

Assim sendo, foi observado que, felizmente, o assédio moral tem ganhado cada vez mais espaço, desde sua descrição inicial na década de oitenta. Felizmente pois da década de oitenta para a atualidade o interesse saiu somente dos psicólogos organizacionais para os operadores de direito e os legisladores, ensejando assim uma proteção e salvaguarda para as vítimas. É um fenômeno relativamente novo e ainda falta muito a ser compreendido, mas, como pudemos trazer neste trabalho, fora bem delineado pela psicologia e é utilizado de amparo para elaboração de leis e para a melhor qualidade de vida e saúde dos trabalhadores.

O assédio moral é uma violência que afeta não somente a saúde daquele que a sofre, mas a saúde da organização onde ocorre e a sociedade como um todo. Este artigo propôs-se a explorar e descrever tal fenômeno como um primeiro

passo para a possível identificação do problema. O ônus causado por tal fenômeno ainda deve ser melhor compreendido para a realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério Público do Trabalho. Assédio Sexual no Trabalho: Perguntas e Respostas. Brasília. 2017. Disponível em: <http://portal.mpt.mp.br>. Acesso em novembro de 2018.

CARDOSO, A. C. M. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Soc. estado.**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 351-374, Aug. 2013.

CARDOSO, M. F.; CARDOSO, J. F.; SANTOS, S. R. O IMPACTO DA ROTATIVIDADE E DO ABSENTEÍSMO DE PESSOAL SOBRE O CUSTO DO PRODUTO: UM ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA GAÚCHA. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 107–121, 10 abr. 2013.

CAPOLI, A. S.; SILVA, M. ASSÉDIO MORAL - CONSEQUÊNCIAS PARA O INDIVÍDUO E SEU IMPACTO NO CLIMA ORGANIZACIONAL. **REVISTA FACTHUS DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**, v. 1, n. 3, p. 65, 10 ago. 2018.

DA SILVA OLIVEIRA, C. M. d.; et al. Assédio Moral no Ambiente de Trabalho: cerco de humilhações e contrangimentos. **e-Tec**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2010.

LEYMANN, H. The content and development of mobbing at work. **European Journal of Work and Organizational Psychology**, v. 5, n. 2, p. 165-184, 1996.

_____. Mobbing and Psychological Terror at Workplaces. **Violence and Victims**, v. 5, n. 2, p. 119-126, 1990.

FILHO, R. P.; JUNIOR A. L.; BRAGA, P. S. Noções Conceituais sobre o Assédio Moral na Relação de Emprego. **Revista Eletronica Direito UNIFACS**, Salvador, n.

190, abr. 2016.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NASCIMENTO, A. R.; NETO, J. C. Assédio moral: seus impactos para os trabalhadores assediados e para os empregadores no Brasil. **REALIZAÇÃO**, v. 4, n. 7, p. 95–110, 18 jul. 2017.

NINA, F. F. C. Assédio moral no trabalho. Um estudo sobre os seus elementos. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 99, abr 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11433>. Acesso em set 2018.

SILVA, J. H. **Assédio Moral Nas Relações De Trabalho Frente Ao Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana**. Porto Alegre, 2006. Disponível em <www.assediomoral.org>. Acesso em setembro de 2018.

THOME, C. F.; SCHWARZ, R. G. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E DIREITO À SAÚDE: CONSEQUÊNCIAS DO ASSÉDIO MORAL NO ÂMBITO DO TRABALHO AO DIREITO À SAÚDE DO TRABALHADOR. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 3, n. 2, p. 1–20, 4 dez. 2017.

TOLFO, S. d. R., & OLIVEIRA, R. T. d. **Assédio Moral no Trabalho**: Uma violência a ser enfrentada. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

FATORES DESMOTIVACIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE: OS AGRAVOS NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR

SILVA, Alini Ferreira e ⁶

MATTOS, Gabriel Gonçalves ⁷

RESUMO

Este artigo discute os principais fatores desmotivacionais na contemporaneidade que comprometem a saúde e qualidade de vida do trabalhador (QVT), trazendo o significado da palavra trabalho e como ela tomou novas formas com os avanços tecnológicos e sociais, apresentando as principais teorias da motivação como base para identificar os fatores desmotivacionais que desencadeiam o estresse e seus vários problemas decorrentes, que afetam a qualidade de vida do trabalhador, expondo os agravos à saúde do trabalhador insatisfeito, conceituando estresse ocupacional, síndrome de *Burnout*, humor deprimido no trabalho (HDT) e *Karoshi*. Como conclusão, será refletido o papel do psicólogo diante os problemas apresentados causados pelo estresse no trabalho.

Palavras chave: desmotivação; motivação; QVT; trabalho; psicologia organizacional.

ABSTRACT

This article discusses the main demotivational factors in contemporaneousness that compromise a worker's health and quality of life (QWL), bringing the meaning of the word work and how it took new forms with technological and social advances, presenting as main theories of motivation as basis to identify the motivational factors that trigger stress and its problems, which affect a worker's quality of life, exposing the health problems of the dissatisfied worker, conceptualizing occupational stress, burnout syndrome, depressed mood at work (DMW) and *Karoshi*. As a conclusion, it will be reflected or role of the psychologist on the problems encountered caused by stress at work.

Keywords: demotivation; job; motivation; organizational psychology; QWL.

1. INTRODUÇÃO

Os temas motivação e qualidade de vida no trabalho (QVT) vêm sendo muito explorados, discutidos e divulgados pós-revolução industrial e após a globalização. As empresas que prezam por seu desenvolvimento, garantia de segurança e bons resultados zelam pela motivação e qualidade de vida do trabalhador. A fim de padronizar os sistemas de gestão de qualidade o Comitê Técnico Quality Mangement and Quality Assurance (ISO/TC 176), elaborou o ISO 9001, uma norma que certifica a qualidade da empresa. Essa norma se baseia em oito princípios básicos: foco no cliente, liderança, abordagem de processo, abordagem sistêmica

⁶Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF
E-mail: ferreiraalini22@gmail.com

⁷ Docente do curso de Psicologia e Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF, E-mail: gabriel_220885@hotmail.com - Professor Orientador.

para gestão, envolvimento das pessoas, melhoria contínua, abordagem factual para tomada de decisões e benefícios mútuos nas relações com os fornecedores (ABNT, 2000). As empresas que acompanham o desenvolvimento tecnológico e social, prezam por sua qualidade e busca contínua de melhorias para permanecerem ativas.

Deixando a utopia de lado, nos deparamos com a realidade que está bem distante do que seria ideal, mesmo conhecendo os fatores motivacionais e desmotivacionais; e a importância da qualidade de vida do trabalhador nos esbarramos com um problema real e constante que é o estresse e suas consequências. Segundo Silva (2006, p.89) o “Trabalho é a principal fonte de estresse. Esta é a constatação da pesquisa anual sobre estresse realizada pela ISMA – BR (*International Stress Management Association*) com 752 profissionais de empresas brasileiras ao final de 2004.”

A relevância desse artigo consiste no entendimento sobre os problemas causados pela falta de motivação que afetam a saúde e qualidade de vida do trabalhador, pois, mesmo sendo um tema bastante discutido é fato que, se as discussões e teorias fossem coladas em prática de forma adequada, esses problemas não existiriam ou não tomariam proporções com consequências tão negativas. Outro ponto do trabalho consiste em apresentar a necessidade da atuação do psicólogo diante os problemas ocasionados.

O presente artigo pretende refletir sobre o papel do psicólogo diante das doenças e prejuízos à saúde e qualidade de vida em decorrência do trabalho. Será apresentado, por ordem, conceituar o significado de trabalho através dos tempos; enumerar os fatores motivacionais e desmotivacionais do trabalho na contemporaneidade e descrever os agravos à saúde do trabalhador insatisfeito.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Material e métodos

Para Macedo (1994) a pesquisa bibliográfica é a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que têm a ver com o problema de pesquisa (livros, artigos, teses, etc.) e o fechamento das referências para a identificação do material. Seguindo esse caminho, foi realizada uma investigação sobre os modelos

de motivação e como ela interfere na qualidade de vida e saúde do trabalhador, bem como, o estresse como causador da maior parte dos problemas encontrados nessa área. Para tal pesquisa, foram utilizados o Google Acadêmico e o Scielo, e as obras disponíveis na Biblioteca Central da FAEF e na Biblioteca Municipal da cidade de Garça - SP.

2.2 O significado de trabalho através dos tempos

Analisando etimologicamente a palavra trabalho encontramos que ela vem do latim *tripalium*, *tri* que significa três e *paliu* que significa madeira. *Tripalium* era um instrumento de tortura composto por três estacas de madeira, muito utilizado na Idade Média. Dessa forma o sentido original da palavra trabalhar significa ser torturado.

Segundo D'Onofrio (2005) o significado de trabalho evoluiu de “sofrimento” para “esforço”, portanto a sua relação com a dor ainda está presente, como por exemplo falarmos em “trabalho de parto”.

Trabalhar, em geral, significa esforçar-se para obter algo, para exercer uma profissão ou desempenhar uma tarefa, que pode ser material, intelectual ou artística. O trabalho é um *dever* e um direito do homem. Um dever porque cada qual, numa sociedade livre, tem que prover ao seu sustento, não sendo justo que uma pessoa adulta e sadia viva à custa do trabalho do outro. (D'ONOFRIO, 2005, p. 538).

O trabalho na Pré-História tinha como principal objetivo a sobrevivência, era através do trabalho que se obtinha o sustento e a proteção (FIGUEIREDO, 1995, apud FERNANDES; MATTOS, 2008).

Nas civilizações primitivas, os grupos de homínídeos, para sobreviverem, viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos, eram nômades e fabricavam seus próprios instrumentos ou utensílios. O período Paleolítico (do surgimento da humanidade até 8.000 a. C.) foi marcado pela criação desses instrumentos utilizando ossos, madeira, pedras de marfim e lascas para produzir facas e outros instrumentos afiados. O *homo sapiens* fabricava objetos mais complexos como arpões e agulhas, fazendo armadilhas e caçando grandes animais como mamutes e renas. No período Neolítico (de 8.000 a.C. até 5.000 a.C.) as alterações do clima dificultaram a caça e os seres humanos e animais passaram a procurar as margens dos rios, dessa forma, começa o desenvolvimento da agricultura com plantio de

trigo, cevada e aveia, a domesticação de animais como o surgimento dos pastores de ovelhas, a construção de casas sobre estacas, a fabricação de potes de barro e os primeiros tecidos de lã e linho. É nesse período que surgem os primeiros trabalhos em metais pouco duros como cobre e ouro e as viagens por terra e mar. A comunidade primitiva era organizada baseando-se em laços sanguíneos, idioma e costumes e a economia era obtida na exploração direta da natureza. Na Idade dos Metais (de 5.000 a.C. até o surgimento da escrita) com o desenvolvimento das técnicas de fundição de metais os instrumentos de pedra foram se tornando obsoletos. Posteriormente com a metalurgia do ferro, os povos que souberam aperfeiçoá-lo para a fabricação de armamentos se sobressaíram aos demais, contribuindo decisivamente para sua supremacia (ARRUDA; PILETTI, 2001).

Na Grécia Antiga, segundo Albornoz (2004) o trabalho era dividido entre: o esforço do trabalho na terra; o trabalho de fabricação do artesão e a atividade livre do cidadão que reflete os problemas da comunidade. Para os gregos, a princípio, o trabalho na lavoura, o esforço físico e a vida ao ar livre eram semelhante à atividade dos guerreiros, portanto, no período Helenístico esse trabalho deixa de ser realizado pelos proprietários e passa a ser feito por escravos. O artesão, apesar de não ser escravo, não era livre, pois seu trabalho era feito para a sobrevivência, recebia remuneração e se constituía em serviço ao usuário. O homem só agia livremente quando utilizava as coisas e não as fabricava, para os gregos, a atividade livre era aquela em que os cidadãos resolviam os assuntos comuns da cidade, no qual não havia um produto material visível.

Hanna Arendt (1981 apud ALBORNOS, 2004) pensadora alemã do século XX fala sobre a distinção entre *labor*, *práxis* e *poiesis*, o *labor* é o trabalho do corpo do homem que o realiza para sobreviver, o trabalho na terra, é passivo e submisso aos ritmos da natureza; *poiesis* é o trabalho propriamente dito, é o fazer, o fabricar, o criar; a *práxis* é a ação, é o domínio da vida ativa, no qual o instrumento do homem é o discurso, sua própria palavra.

Na Filosofia Clássica, Aristóteles e Platão, filósofos gregos da época, celebravam a ociosidade, para eles a *práxis* era a atividade do homem livre.

O cidadão, para Platão, deveria ser poupado do trabalho. Aristóteles valorizava a atividade política e referia-se ao trabalho como atividade inferior que impedia as pessoas de terem virtude. Todo o cidadão deveria

abster-se de profissões mecânicas e da especulação mercantil: a primeira limita intelectualmente, e a segunda degrada eticamente. A filosofia clássica caracterizava o trabalho como degradante, inferior e desgastante. (ZANELLI, 2014, p. 28).

No século V d. C., na Idade Média, com a crise do Império Romano, surge, na Europa Ocidental, o feudalismo, um sistema de organização econômica, política, social e cultural baseada na posse de terra. Ele se caracterizava pela produção autossuficiente (para consumo local e não comerciável), o poder político local dos senhores feudais, que eram os donos da terra e exerciam total poder sobre os servos, e a sociedade estamental, no qual não havia possibilidade de mobilidade de posição, se nasce servo, morre servo. O regime de trabalho se baseava nas obrigações dos servos aos senhores. Existiam a *corveia* que era o trabalho forçado, geralmente três dias por semana, no qual os servos trabalhavam na construção e reparação de pontes, estradas, represas e canais e cultivavam as terras; as *redevances* que eram retribuições em produtos ou dinheiro, uma espécie de imposto pago aos senhores; e as *prestações*, uma espécie de hospitalidade forçada, no qual os servos deveriam oferecer alojamento e alimento aos grandes barões que chegavam de viagem (ARRUDA; PILETTI, 2001).

Diferentemente da sociedade greco-romana, que celebrava o ócio, os pensadores da Idade Média consideravam que o trabalho não tinha como objetivo o progresso econômico, e o ócio deveria ser evitado, pois era considerado a “porta aberta para o Diabo” (GOFF, 2016).

Segundo Santo Tomás de Aquino (2006), grande nome da Idade Média, em sua Sumula Teológica o trabalho manual é dividido em quatro objetivos: o primeiro é o trabalho para sobreviver, para o próprio sustento; o segundo é que o trabalho combate o ócio, a preguiça (pecado); o terceiro objetivo é que o trabalho contribui para refrear a concupiscência porque macera o corpo; e por fim, o quarto, o trabalho permite que ajude os necessitados. Convergindo com esse pensamento, D’Onófrío (2005, p. 539) afirma que “O homem que não consegue suprir suas necessidades de sobrevivência pelo trabalho acaba apelando para meios ilícitos, tornando-se uma ameaça à ordem social.”

Mas, é com o fim da Idade Média, entre os séculos XIV e XV, e com o Renascimento, que as concepções de trabalho começam a ganhar novas formas, devido às mudanças políticas, religiosas e culturais. “Com o abandono da

teocentrismo, o antropocentrismo toma lugar e com isso, a ideia de orgulhar-se das próprias conquistas e buscar a felicidade terrena só são possíveis com a valorização do esforço individual. ” (ABURRE; PONTARA, 2005, p. 123).

Nessa época com a queda do feudalismo, o capitalismo começa a aparecer com as primeiras mudanças efetivas do trabalho (FERNANDES; MATTOS, 2008). O pré-capitalismo (séculos XII a XV) surge da economia mercantil, o comércio e a produção artesanal ganham força. No capitalismo comercial (séculos XVI ao XVIII) predomina o produtor independente e expande-se o trabalho assalariado. No capitalismo industrial (segunda metade do século XVIII) o capital acumulado é investido na produção, efetivando o trabalho assalariado e dividindo-se em possuidores de meios de produção (burgueses) e massa de trabalhadores (proletariado). O capitalismo financeiro (a partir do final do século XIX) acontece quando o sistema bancário e grandes corporações financeiras dominam e controlam todas as outras atividades (ARRUDA; PILETTI, 2001).

Insatisfeito com os preceitos da Igreja Católica, Martinho Lutero, professor de teologia, fundamenta novos princípios da bíblia, no qual entre os anos 1524 e 1525 acontece a Reforma Protestante (ARRUDA; PILETTI, 2001). Para o sociólogo Max Weber (2004), em sua obra “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, a religião foi fundamental para o processo de valorização do trabalho, os protestantes consideravam a dedicação ao trabalho como uma virtude, pois, Martinho Lutero defende que a prosperidade é resultado do esforço pessoal e da graça de Deus, para o sociólogo essa ideia ajudou o capitalismo a ter sucesso em países protestantes.

Segundo D’Onófrío (2005, p. 50) o “Capitalismo é um sistema econômico, com estatuto jurídico, fundamentado na empresa privada, na liberdade de mercado e na força do trabalho humano. ”

Na segunda metade do século XVIII, teve início na Inglaterra a Revolução Industrial, ela foi possível graças ao acúmulo primitivo de capital, consolidando, assim o sistema capitalista. A Revolução Industrial foi marcada pela substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção artesanal pelo sistema fabril (ARRUDA, PINETTI, 2001).

As primeiras décadas da Revolução Industrial foram marcadas pelas longas horas de trabalho, pelas péssimas condições de trabalho na fábrica que os

empregados enfrentavam, contando com salários baixíssimos e o trabalho infantil. No entanto, a fábrica era o refúgio daquelas famílias que literalmente poderiam morrer de fome (MISES, 2010).

As condições de vida dos milhões de trabalhadores das fábricas, eram as piores possíveis. Os patrões impunham sua vontade absoluta. Do início da industrialização até aproximadamente 1850, podemos dizer que não havia nenhuma lei que garantisse direitos para a classe operária. Para esta só havia leis repressivas. Os trabalhadores demoraram algumas décadas para criar suas primeiras associações e sindicatos para se defender. (GIANNOTTI, 2007, p. 27).

Com a insatisfação dos trabalhadores, começam a ganhar destaque os movimentos socialistas que pregavam a igualdade. É em 1848 que Karl Marx e Friedrich Engels publicam o Manifesto Comunista, conhecido como o primeiro documento histórico a tratar dos direitos dos trabalhadores, pois, fornecia as bases para a organização dos trabalhadores, que eram desprovidos de projeto político (ARRUDA, PILETTI, 2001).

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2004, p. 64-65).

Segundo Costa (1987) a visão de Marx sobre o trabalho ia além da visão capitalista, o trabalho para ele provoca a “ressurreição” em um trabalho “morto”, ou seja, tudo o que é criado pelo homem contém um passado, quando é deixado em si mesmo pode ser reavivado por outro trabalho, dando a ele uma nova utilidade.

A briga entre o sistema capitalista e o comunismo, culminou com a queda do comunismo no fim da Guerra Fria em 1989. Com a ascensão do capitalismo entramos na era da globalização, no qual os meios de comunicação e a informática aproximam as pessoas de todo o mundo, nas atividades industriais o setor terciário com os serviços de comunicação e circulação de riquezas ganha lugar (ARRUDA; PILETTI, 2001).

A globalização se caracteriza pelo fluxo de informações, pela aceleração das transações econômicas e pela crescente difusão de valores políticos e morais em todo o mundo (BARBOSA, 2007).

Com o avanço tecnológico, a substituição do trabalho humano pelas máquinas, trouxe o desemprego como uma das principais características da globalização (ARRUDA; PILETTI, 2001). Além dos desempregados, têm os trabalhadores precários, a terceirização, o trabalho à distância e as atividades informais (PEREIRA, 2004).

Atualmente, para compreendermos o significado da palavra trabalho, com todas as mudanças ocorridas no contexto histórico e social, podemos fazer uma simples pesquisa no dicionário Aurélio (2017), no qual encontramos 10 significados, os quais são: 1 - Ato de trabalhar; 2 - Qualquer ocupação manual ou intelectual; 3 - Esmero, cuidado que se emprega na feitura de uma obra; 4 - Obra feita ou que se faz ou está para se fazer; 5 - Labutação, lida; 6 - O fenômeno da vitalidade dos órgãos; 7 - Os exames, as discussões e deliberações de uma corporação, repartição, etc.; 8 - Trabalho de sapa: tarefa de abrir fossos, trincheiras, caminhos subterrâneos; 9 - Trabalho ardiloso e oculto; 10 - Trabalho forçado: pena, que consiste na realização de trabalhos físicos, a que são condenados réus de crimes graves.

Podemos identificar que os primeiros quatro significados remetem trabalho à obra, já que no mesmo dicionário trabalhar significa “dar determinada forma a”, e não possuem um peso negativo, porém as várias formas de identificar trabalho são apresentadas. Salanova et al. (1987 apud HELOANI; SOUZA; RODRIGUES, 2015) diz que o significado de trabalho muda em função das experiências subjetivas e os aspectos situacionais dentro de cada contexto.

2.3 Fatores motivacionais e desmotivacionais do trabalho na contemporaneidade

Após a Revolução Industrial, o mercado de trabalho deu um passo gigantesco ao desenvolvimento gerando mudanças imensuráveis na sociedade, fez-se necessário a criação de leis trabalhistas que garantissem a segurança e bem-estar dos trabalhadores. Por esse caminho, percebeu-se a importância da motivação para o aumento da produtividade e desenvolvimento das empresas.

A motivação pode ser definida como as forças psicológicas que determinam a direção do comportamento de uma pessoa, em uma organização, o nível de esforço e o nível de persistência de um indivíduo diante dos

obstáculos. A *direção do comportamento de uma pessoa* refere-se aos vários comportamentos possíveis que ela possa ter. (JONES, 2011, p. 457).

Nas organizações a direção do comportamento do indivíduo deve ser compatível com os objetivos das mesmas, logo, a motivação no trabalho para a execução da função deve ser consciente e compatível com as necessidades individuais (MAÇÃES, 2017).

Para Chiavenato (2006), o primeiro passo para compreender a motivação humana é ter conhecimento do que a provoca e o que a dinamiza, para ele todas pessoas tem necessidades próprias que são forças internas que impulsionam e influenciam o comportamento e os pensamentos das pessoas em cada situação de suas vidas. As necessidades são internas da motivação de cada pessoa.

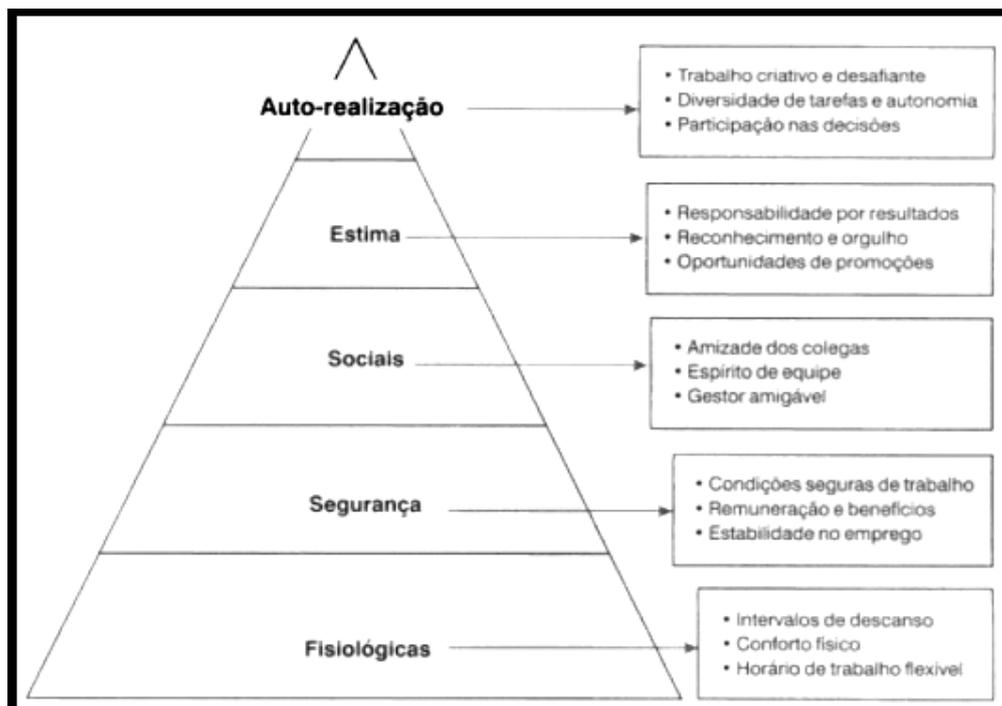
Há várias teorias da motivação que analisam e exprimem o que é necessário para que uma pessoa seja motivada, todas elas partem de um pressuposto de que as pessoas agem para satisfazer suas necessidades.

Abraham Maslow foi um psicólogo norte-americano muito conhecido por sua Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas. Em 1943, em seu artigo "A Theory of Human Motivation" Maslow expõe seu conceito de motivação para o mundo, no qual apresenta a hierarquia das necessidades humanas; para ele, conforme as necessidades mais básicas vão sendo saciadas, as pessoas tendem a satisfazer outras necessidades mais elevadas e complexas. Ele cria 5 níveis de necessidades básicas para o comportamento humano: fisiológicas, segurança, social, estima e autorrealização (SAMPAIO, 2009).

As necessidades fisiológicas também chamadas de biológicas ou básicas demandam satisfação contínua para garantir a sobrevivência do indivíduo, elas constituem os níveis mais baixos, são elas: as necessidades de alimentação (fome e sede), de sono e repouso (cansaço), abrigo (frio e calor), desejo sexual (reprodução da espécie). O segundo nível das necessidades é composto pela necessidade de segurança, é caracterizada pela busca de proteção, fugir do perigo e obter estabilidade, elas surgem quando as necessidades fisiológicas estão relativamente satisfeitas e também estão ligadas à questão da sobrevivência. O terceiro nível é formado pelas necessidades sociais, quando as necessidades fisiológicas e as de segurança estão relativamente satisfeitas, surge a necessidade de dar e receber afeto, aceitação no meio e de participação, se esse terceiro nível não estiver

suficientemente satisfeito, a pessoa se torna hostil e resistente à adaptação social. O quarto nível refere-se à necessidade de estima, condiz com à autoavaliação, à autoestima, ou seja, como a pessoa se avalia. A satisfação dessa necessidade gera a autoconfiança, o prestígio, o poder, a sensação de ser útil e a não satisfação dessa necessidade produz sentimentos de inferioridade e fraqueza, dependência e desamparo. O quinto e último nível, é o nível da autorrealização, para Maslow, essa é a necessidade mais elevada, é a necessidade que eleva o potencial do indivíduo e o faz desenvolver pelo resto da vida, é uma tendência que se expressa por meio do impulso que o indivíduo tem de tornar-se mais do que é e vir a ser tudo o que pode ser. É na autorrealização que as pessoas desenvolvem todo o seu potencial (CHIAVENATO, 2006).

Figura 1 – A hierarquia das necessidades humanas e os meios de satisfação.



Fonte: CHIAVENATO, 2006, p. 278.

Maslow sintetiza sua teoria da seguinte forma:

Um músico deve fazer música, um artista deve pintar, um poeta deve escrever se quiser ficar, em última instância, em paz consigo mesmo. O que um homem pode fazer, ele deve fazer. Esta necessidade podemos chamar de autorrealização [...]. Ela se refere ao desejo de autorrealização do homem, ou seja, a tendência de se tornar verdadeiramente o que ele é potencialmente: de se tornar tudo que alguém pode se tornar. (MASLOW, 2001, p. 3).

Em 1959, o psicólogo Frederick Herzberg publica o livro: “The Motivation to Work” (Motivação para trabalhar) e nele apresenta a Teoria dos Dois Fatores, muito utilizada até hoje na área de gestão e recursos humanos. Herzberg introduz sua teoria no primeiro capítulo deixando claro que, seu livro é sobre as atitudes das pessoas no trabalho. Para tal teoria, foram feitas entrevistas com 200 funcionários da indústria de Pittsburgh, engenheiros e contadores (HERZBERG, 1959).

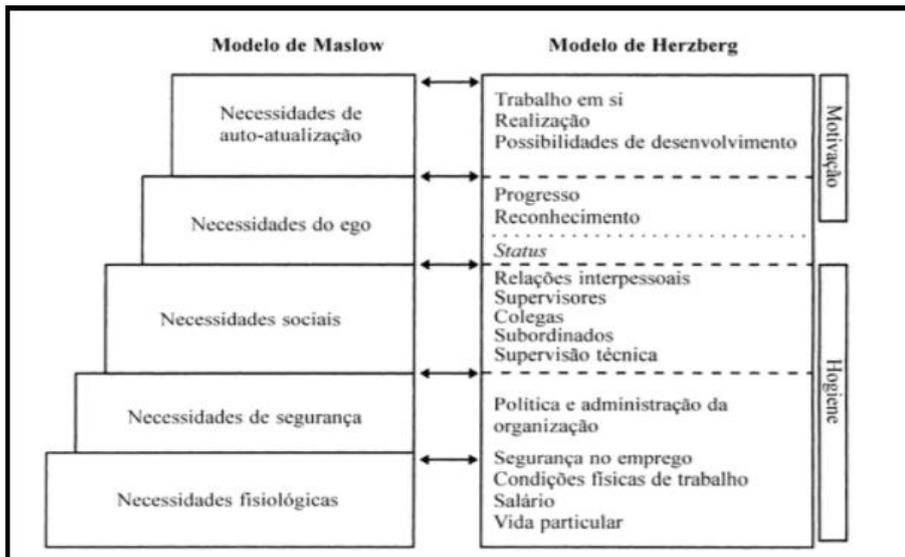
Segundo Herzberg existem dois fatores que são importantes e se distinguem entre si, são eles: os higiênicos e os motivacionais. Os fatores higiênicos, também chamados de extrínsecos, dizem respeito às condições físicas do ambiente de trabalho, ao salário, aos benefícios, entre outros. Esses fatores não são motivacionais, mas a falta deles gera desmotivação. Os fatores motivacionais, ou fatores intrínsecos, referem-se às tarefas diretamente ligadas ao cargo, envolvem os sentimentos de reconhecimento e crescimento profissional, ao desenvolvimento e responsabilidade no trabalho, a autoavaliação e realização profissional. Para o autor, a presença desses fatores gera motivação e satisfação, porém sua ausência não produz satisfação e nem motivação (CARAVANTES, 2003).

Para Herzberg (1973 apud CARAVANTES, 2003, p. 78) “o oposto de satisfação profissional não seria a insatisfação, mas sim, nenhuma satisfação profissional; [...] o oposto de insatisfação profissional seria nenhuma insatisfação profissional e não a satisfação. ”

Enfim, para que um funcionário se sinta motivado, afirma Herzberg, não basta apenas que os fatores de insatisfação estejam ausentes, é fundamental que os fatores de satisfação estejam presentes. Ou seja, a eliminação de elementos que tornam um trabalho monótono ou desagradável, e causam insatisfação ao trabalhador, não necessariamente o tornarão satisfatório (BIFANO et al, 2008, p. 204).

Segundo Caravantes (2003) analisando os modelos de Maslow e Herzberg, podemos verificar que o núcleo central das ações para motivar o indivíduo está centrado mais nos fatores higiênicos do que motivacionais.

Figura 2 – Modelo de Maslow/ Modelo de Herzberg.



Fonte: CARAVANTES, 2003, p.80.

Motivação e satisfação são conceitos ligados entre si, a motivação só é possível através da satisfação. O termo satisfação é usado para analisar resultados, dessa forma, satisfação ou insatisfação são as respostas de recompensas e punições já experimentadas. Portanto, motivação está relacionada ao comportamento com objetivo de alcançar metas e incentivos, enquanto a satisfação é decorrente do êxito alcançado nesse processo (CHIAVENATO, 2014). Para Steuer (1989 apud MARTINEZ; PARAGUAY, 2003) a diferença entre motivação e satisfação é que motivação revela a tensão gerada por uma necessidade e satisfação é sensação de atendimento da necessidade.

O bom desempenho do trabalhador depende da sua motivação para o trabalho, esta que nasce a partir da satisfação pelo qual contempla nas condições em que se realiza o trabalho (LAZZARESCHI, 2009).

Para Bergamini (1993 apud TADEUCCI, 2011) os estudos sobre a motivação humana precisam levar em consideração o indivíduo e o ambiente onde a motivação ocorre, o ambiente interfere no nível de motivação tanto quanto a expectativa individual. A principal diferenciação é classificar a motivação entre intrínseca e extrínseca, a motivação intrínseca encontra-se no interior da pessoa e está ligada a um desejo e a motivação extrínseca se baseia na ideia de que o comportamento vai ocorrer em uma situação e não em outra, dependendo da interação sujeito-ambiente.

Segundo Tadeucci (2011) para entender como as pessoas são motivadas

precisamos conhecer o que é considerado recompensa e punição para elas; e o que desejam, os resultados, gratificantes ou não, podem ser obtidos conforme se sentirem motivadas, capazes e em ambientes favoráveis para atingirem suas expectativas.

Miranda (2009) argumenta que as diversas teorias da motivação nos aproximam de conclusões expostas e facilitam à concessão da motivação para os trabalhadores. Entretanto, não fica claro o que motiva, mas sim o que não motiva, que é o ponto em comum de todas elas, o que está fora do indivíduo não tem a ver com a elevação da motivação dele.

2.4. Os agravos à saúde do trabalhador insatisfeito

Para falarmos sobre a saúde do trabalhador, devemos primeiramente compreender o que é saúde, segundo a Organização Mundial da Saúde (1946, apud MEDEIROS, 2010) a definição para tal é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Ou seja, uma pessoa saudável não é uma pessoa que não está doente, estar saudável inclui outros fatores que não se limitam ao indivíduo somente, inclui todo o contexto em que ele está inserido.

A saúde do trabalhador está diretamente ligada ao conceito de qualidade de vida no trabalho (QVT).

As definições de QVT vão desde cuidados médicos estabelecidos pela legislação de saúde e segurança até as atividades voluntárias dos empregados e empregadores nas áreas de lazer, motivação, entre inúmeras outras. A maioria desses caminhos leva à discussão das condições de vida e do bem-estar de pessoas, grupos, comunidades e até mesmo do planeta inteiro e de sua inserção no universo. Na verdade, a base da discussão sobre o conceito de qualidade de vida encerra escolhas de bem-estar e percepção do que pode ser feito para atender as expectativas criadas tanto por gestores como por usuários das ações de QVT nas empresas. (LIMONGI-FRANÇA, 2004, p. 24).

O tema QVT é um campo amplo e ainda em construção, sendo difícil exatificar um significado, portanto, o tema está ligado às condições de vida de um indivíduo dentro de um ambiente organizacional (CINTRA; DALBEM, 2016).

Partiremos da ideia de que o conceito de motivação está ligado à qualidade de vida do trabalhador, portanto, à saúde do trabalhador. Para Marras e Tose (2012)

a motivação do trabalhador é endógena e intrínseca e independe da vontade da empresa, porém é papel dela proporcionar um ambiente adequado e favorável para o desenvolvimento do trabalhador.

Henne e Locke (1985 apud MARTINEZ; PARAGUAY, 2003) relacionam a ocorrência de melhor qualidade física com a satisfação, e ao oposto relacionam o aparecimento da fadiga, dificuldade respiratória, dor de cabeça, problemas digestivos e dores musculares, com a insatisfação. Considerando a satisfação como um estado emocional, no qual as emoções provocam respostas físicas involuntárias, o nível de satisfação pode causar estresse, acarretando reações orgânicas involuntárias.

Do mesmo modo, a satisfação no trabalho faz parte da satisfação geral interferindo na ideia de bem-estar, agindo também na saúde mental do indivíduo, já que a satisfação e a insatisfação no trabalho estendem-se à vida particular, saindo do ambiente do trabalho e afetando sua vida fora dele (MARTINEZ; PARAGUAY, 2003).

Segundo Simmons (2000) os altos níveis de tensão acumulados podem gerar doenças crônicas invisíveis (DCI), podendo acarretar a alta pressão sanguínea, prejudicar o sistema imunológico e o ritmo de cura, provocar a insônia e a fadiga e problemas digestivos. Estando superestressada, uma pessoa pode tentar algumas alternativas como agir compulsivamente em alguma atividade, adquirir um vício e se automedicar, tentando desesperadamente resolver aquele problema. Ainda segundo a autora, os sintomas para identificar se uma pessoa está sob pressão incluem: o aumento da demora para realizar um trabalho, o aumento dos lapsos de memória e acidentes, agitação, ansiedade ou perda de controle, cansaço e alteração do sono, nenhum tempo para si próprio e, moral baixa.

As consequências do estresse dependem de alguns fatores para se apresentarem como a intensidade do processo do estresse, o tempo de permanência do agente estressor, as condições e as capacidades de resistência da saúde do indivíduo e os resultados das suas ações sobre os agentes estressores, como o indivíduo lida com eles. O estresse, como processo ou resultado pode trazer consequências na saúde biológica e psicológica e nas ações e comportamento do indivíduo (MARRAS; VELOSO, 2012).

“Quando as situações ansiolíticas se tornam constantes e ameaçam o

equilíbrio no sujeito, entende-se que ele está exposto ao *stress*. As formas com que as situações estressoras ocorrem são as mais diversas e ocasionam as mais variadas consequências.” (NOBRE, 2014, p. 61).

Dessa forma, podemos dizer que um indivíduo desmotivado ou não satisfeito tem consequências como os agravos à sua saúde. O estresse ocupacional e seus vários problemas decorrentes são alguns dos efeitos negativos na saúde do trabalhador que podem surgir. Bergamini (1997) entende que quando há insatisfação física ou fisiológica, como reação do organismo, o desequilíbrio aparece como sofrimento ou dor física.

Segundo Kroemer e Grandjean (2005) o estresse ocupacional é definido pelo estado emocional causado pela diferença entre o nível de demanda e capacidade de lidar com ela.

O termo psicológico “estresse” indica um descompasso entre as demandas impostas pelo trabalho e as capacidades do indivíduo. Um pouco de estresse aumenta a aspiração e a motivação, e leva à melhoria das capacidades para alcançar as demandas; ao contrário, a subutilização das capacidades das pessoas geralmente leva ao tédio e ao descontentamento. Se as demandas excedem a habilidade do indivíduo para lidar com elas, provoca-se o esgotamento. (KROEMER, GRANDJEAN, 2005, p. 170).

Portanto, o estresse ocupacional pode ser entendido como o esgotamento emocional causado pelo excesso de trabalho que não pode ser realizado.

Os outros agravos à saúde do trabalhador, são, em sua grande maioria, decorrentes do estresse, e estão relacionados a ele. A Síndrome de *Bournout*, é uma síndrome psicológica causada pela exposição prolongada aos estressores interpessoais e crônicos. *Burnout* é uma palavra em inglês que significa queimar completamente (MASLACH, 2005).

Segundo Nobre (2014) o *Burnout* ocorre quando os níveis de estresse tomam dimensões intoleráveis que causam a exaustão, como sintomas aparecem o completo esgotamento físico e emocional. O indivíduo não consegue se relacionar com as pessoas e nem realizar o seu trabalho, o risco de infarto e outras doenças que podem ser fatais é altíssimo diante um estado agravado da doença.

Na concepção clínica, a síndrome é causada pelo conjunto de sintomas: fadiga física e mental, falta de entusiasmo pelo trabalho e pela vida, sentimento de impotência e baixa autoestima, que podem levar à depressão e ao suicídio. Na

concepção sociopsicológica o contexto dos aspectos individuais ligados às relações do trabalho ajudam no desenvolvimento da síndrome, com a exaustão emocional - a sensação de ter chegado no limite -, a despersonalização – a personalidade sofre alterações, a pessoa começa agir com cinismo, ironia e indiferença diante às situações -, e a reduzida realização profissional – sentimento de insatisfação, desmotivação e baixa autoestima -. O *Burnout* está ligado ao trabalho e ocorre através da permanência de um processo de estresse, ou seja, pela cronificação do estresse (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

O humor deprimido no trabalho (HDT) é outro agravado à saúde do trabalhador, também decorrente do estresse, ele se refere às sensações de desânimo, de abatimento e de tristeza geral tidas no trabalho do indivíduo (STONER; PERREWÉ, 2005).

[...] quando os indivíduos sofrem de altos níveis de humor deprimido no trabalho, eles provavelmente investem menos esforços em comportamentos relacionados a sua função (realização de tarefas no emprego) e comportamentos de cidadania (realização de tarefas adicionais que não são exigidas por seu emprego) e têm uma probabilidade menor de sentirem-se emocionalmente apegados e comprometidos com sua organização. [...] o humor deprimido no trabalho leva ao burnout e as intenções de sair da empresa. (STONER; PERREWÉ, 2005, p. 97-98).

O *Karoshi*, segundo Nobre (2014) é um termo japonês que significa morte por excesso de trabalho, ele está ligado ao estresse ocupacional e é caracterizado pela morte súbita causada por patologia coronária isquêmica ou cerebral-vascular, no qual o indivíduo morre por exaustão. Essa doença está associada a longas horas trabalhadas e ocorre em lugares em que há jornada de trabalho prolongada, excessiva busca por ascensão na carreira profissional, obediência a normas rígidas e viagens e mudanças de local de trabalho numerosas e frequentes. Segundo Lima (2000, apud MARRAS; VELOSO, 2012) o *Karoshi* é uma epidemia no Japão, provocando mais de 10.000 mortes por ano, causada pelo estresse proveniente das longas horas de trabalho e carência de descanso.

Segundo Greenberg (2002) o estresse no trabalho está associado às doenças cardíacas coronarianas, hipertensão, diabetes e úlceras hepáticas, que podem ter como consequência uma aposentadoria precoce por incapacidade. Além dessas doenças, o estresse também está ligado à saúde psicológica que pode resultar em baixa autoconfiança, maior tensão e menor satisfação no emprego, baixo

desempenho e absenteísmo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, apesar de seus vários significados, existe com uma finalidade em comum, à sobrevivência, mesmo com suas mudanças históricas e contextuais, o trabalho sempre fez parte da vida do ser humano afim de que esse o realize para manter-se vivo. É certo que, quando o trabalhador está motivado, as chances de melhor desempenho e resultados são maiores e é esse pensamento que as empresas pós-globalização, têm ou deveriam ter. Como uma “via de mão dupla” o trabalhador motivado, além de fazer crescer e desenvolver a empresa, ganha em saúde e qualidade de vida.

O desequilíbrio na saúde do trabalhador traz consequências na qualidade do serviço e no nível de produção, afetando os lucros ao passo que ocorrem despesas com o absenteísmo, auxílio doença e rotatividade de funcionários, diante disso, as organizações têm se preocupado em investir na qualidade de vida dos funcionários (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

Para Nobre (2014) a fórmula para evitar as doenças ocupacionais e motivar os funcionários é o foco na humanização do trabalho. Para que haja a humanização, são necessários três fatores: buscar conhecer, em sua complexidade, o ser humano que faz parte da organização, valorizar as subjetividades e dispor-se a ouvir suas necessidades. Portanto não é só a empresa que precisa humanizar o trabalho, mas as pessoas que fazem parte dela também são responsáveis pelo tratamento humanizado.

O trabalho do psicólogo dentro da empresa é de intermediar o desenvolvimento pessoal e organizacional, “O objeto de estudo da Psicologia Organizacional encontra-se na inserção das ações da pessoa e da organização, como um todo complexo, dinâmico e inserido em uma ampla conjuntura.” (ACHCAR et al., 1994, p.104).

Dessa forma, o papel do psicólogo diante dos problemas apresentados no artigo é, em primeiro lugar atuar na prevenção e promoção da saúde. O psicólogo dentro da empresa deve atentar-se em garantir a QVT.

As estratégias de qualidade de vida no trabalho (QVT), devem estar em consonância com a realidade do trabalho inserido na organização. Estas são constituídas por um conjunto de escolhas de bem-estar, estruturadas de modo personalizado, onde se busca, fundamentalmente, a valorização da autoestima e a busca do equilíbrio entre hábitos saudáveis e boas condições de vida no trabalho. (NOBRE, 2014, p. 85).

O trabalho do psicólogo nas organizações deve ser multiprofissional, visando não só o bem-estar psíquico, como também o bem-estar físico, com estratégias como a ginástica laboral afim de prevenir e amenizar os sintomas físicos das doenças decorrentes do estresse.

Já presentes as doenças e os problemas do estresse ocupacional, o trabalho continua sendo multiprofissional, devendo o psicólogo intervir com técnicas e métodos específicos para cada problema em particular, realizando o encaminhamento adequado para cada diagnóstico.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistema de gestão da qualidade**: requisitos. Rio de Janeiro, set. 2000.

ABURRE, M. L. M.; PONTARA, M. N. **Literatura brasileira**: tempos, leitores e leituras. São Paulo: Moderna, 2005, p. 123.

ACHCAR, R. (Coord.). **Psicólogo brasileiro**: práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

AQUINO, T. **Suma Teológica**. v. IX, parte III. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ARRUDA, J.; PILETTI, N. **Toda história**: história geral e história do Brasil. São Paulo: Ática, 2001.

BARBOSA, A. F. **O mundo globalizado**: política, sociedade e economia. São Paulo: Contexto, 2007.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

BIFANO, E. P. et al. **Marketing de Incentivo**: uma visão legal. Barueri: Manole, 2008.

CARAVANTES, G. R. **Teoria geral da administração**: pensando e fazendo. Porto Alegre: AGE, 2003.

CHIAVENATO, I. **Administração geral e pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CHIAVENATO, I. **Comportamento organizacional**: a dinâmica do sucesso das organizações. Barueri: Manole, 2014.

CINTRA, J.; DALBEM, E. **Comportamento organizacional**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.

COSTA, M. C. C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1987.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Trabalho**. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/trabalho>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

DICIONÁRIO AURÉLIO. **Significado de Trabalhar**. Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/trabalhar>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. **Origem da palavra trabalho**. 2008 – 2007. Disponível em: <<https://www.dicionarioetimologico.com.br/trabalho/>>. Acesso em: 18

ago. 2017.

D'ÓFRIO, S. **Pequena enciclopédia da cultura ocidental**: o saber indispensável, os mitos eternos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FERNANDES, P. M. I.; MATTOS, G.G. **O funcionamento da sociedade capitalista na concepção de Émile Durkheim e Karl Marx**. Revista científica eletrônica de Psicologia, Faculdade de Ciências da Saúde de Garça FASU/FAEF, ano VI, número 10, mai. 2008. Disponível em:
<http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/T3U70zKu6gaMFwr_2013-5-10-16-46-37.pdf>. Acesso em: 28 set. 2017.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOFF, J. L. **A civilização do ocidente medieval**. Petrópolis: Vozes, 2016.

GREENBERG, J. S. **Administração do estresse**. Barueri: Manole, 2002.

HELOANI, R.; SOUZA, R. M. B.; RODRIGUES, R. R. J. **Sociedade em transformação**: estudos das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. Londrina: EDUEL, 2015.

HERZBERG, F. **Motivação para trabalhar**. Nova Iorque: Wiley, 1959. Disponível em:
<http://www.cra.rj.adm.br/publicacoes/textos_classicos/The_Motivation_to_Work_Traduzido/files/assets/basic-html/index.html#page1>. Acesso em: 14 ago. 2017.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração**. Porto Alegre: AMGH, 2011.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual da Ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAZZARESCHI, N. **Sociologia do trabalho**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Atlas, 2004.

MAÇÃES, M. A. R. **Liderança, Motivação e comunicação**. Lisboa – PT: Conjuntura Actual Editora, 2017.

MACEDO, N. D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MALASH, C. **Entendendo o burnout**. In: Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde organizacional. São Paulo: Atlas, 2005. p. 41-55.

MARRAS, J. P.; TOSE, M. G. L. S. **Avaliação de desempenho humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARRA, J.; VELOSO, H. **Estresse ocupacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. R. **Satisfação e saúde no trabalho: aspectos conceituais e metodológicos**. Cad. psicol. soc. trab. v.6, São Paulo, dez. 2003. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200005>. Acesso em: 02 out. 2017.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MASLOW, A. H. **Maslow no Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MEDEIROS, F. **Um mar de possibilidades: a medicina do passado, presente e futuro**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

MIRANDA, C. **O Desafio em manter funcionários motivados: Os fatores**

motivacionais para o trabalho. Monografia, Escola Superior aberta do Brasil, Vila Velha, 2009. Disponível em: < <https://www.esab.edu.br/wp-content/uploads/monografias/cely-miranda.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

MISES, L. V. **Ação humana**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

NOBRE, T. L. **Motivação**: os desafios da gestão de recursos humanos na atualidade. Curitiba: Jaruá, 2014.

PEREIRA, J. C. A. **Globalização do trabalho**: desafios e perspectivas. Curitiba: Jaruá, 2004.

SAMAPAI, J. R. **O Maslow desconhecido**: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. R.Adm., São Paulo, v.44, n.1, p.5-16, jan./fev./mar. 2009. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_10528o_maslow_desc_onhecido-_uma_bevisyo_de_seus_pbincipais_tbalhos_sobbe_motivayyo_pdf.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

SILVA, J. A. C. **Estresse no trabalho**: o machismo e o papel da mulher. Niterói: Muraquitã, 2006.

SIMMONS, R. **Estresse**: esclarecendo suas dúvidas. São Paulo: Ágora, 2000.

STONER, J.; PERREWÉ, P. L. **As consequências do humor deprimido no trabalho: a importância do apoio dos superiores**. In: Stress e qualidade de vida no trabalho: perspectivas atuais da saúde organizacional. São Paulo: Atlas, 2005. p. 92-103.

TADEUCCI, M. S. R. **Motivação e liderança**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2011.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2004.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. B. V. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

A DEPÊNDENCIA PSICOLÓGICA DO TABACO E AS IMPLICAÇÕES DE SEU USO NO AMBIENTE DE TRABALHO ⁸

RABELO, Kátia Borges Fonseca dos Santos ⁹

CUNEGATTO, Rejane La Bella Flanch ¹⁰

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discorrer sobre a dependência psicológica dos sujeitos com o cigarro e as consequências de seu uso em ambiente laboral. Para que fosse possível essas discussões foram feitas observações em um grupo de fumantes, trabalhadores de uma indústria do ramo de fundição localizada em um município da região Noroeste do Rio Grande do Sul, que faziam o uso do cigarro dentro de seu ambiente de trabalho em meio às atividades desenvolvidas durante o expediente. Partiu-se do pressuposto que o hábito de fumar foi construído culturalmente, sendo utilizado pelos sujeitos para ofuscar sua angústia de viver.

Palavras-chave: Tabagismo. Dependência Química. Dependência Psicológica. Ambiente de Trabalho.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the psychological dependence of the subjects with the cigarette and the consequences of their use in the workplace. To make this discussion possible, observations were made on a group of smokers, workers from a smelting industry located in a municipality in the Northwest region of Rio Grande do Sul, who used the cigarette within their work environment in to the activities developed during the file. It was assumed that smoking was culturally constructed, being used by subjects to obfuscate their anguish of living.

Keywords: Smoking. Chemical Dependency. Psychological Dependence. Desktop

1. INTRODUÇÃO

O tabaco é uma das principais causas evitáveis de mortes prematuras do mundo, porém, apesar do alto índice de mortalidade causado por ele, seu consumo continua aumentando. As doenças decorrentes deste vício são inúmeras, sendo hoje mais facilmente reconhecidas pela população e pelos próprios tabagistas. (KLEIN, 1997).

⁸ Artigo oriundo do estágio básico de observação, curso de psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santo Ângelo.

⁹ Kátia Borges Fonseca dos Santos Rabelo, 4º semestre, Psicologia. Departamento de Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI SANTO ÂNGELO, SANTO ÂNGELO, RS. E-mail: katiabsabelo@gmail.com

¹⁰ Professora supervisora de estágio, graduada em Psicologia, especialização em Gestão Empresarial com Ênfase em Recursos Humanos e mestre em Educação. Departamento de Ciências Humanas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI SANTO ÂNGELO, SANTO ÂNGELO, RS. E-mail: reflach.psico@gmail.com

O hábito de fumar foi ensinado ao homem culturalmente, e a pulsão existente em cada indivíduo se utilizou deste objeto para obter satisfação, transformando o cigarro em um afeto, um amigo, um companheiro, em um “não estar só”.

Segundo Klein (1997) em meados da década de 30, fumar era considerado um hábito glamoroso, porém atualmente, esse costume se tornou um ato abominável, sendo o fumante convidado a se retirar dos estabelecimentos se acompanhado do cigarro, por se tratar de alguém que pode causar danos aos demais através da fumaça inspirada por esses.

Para que fosse possível refletir e discutir sobre a temática do tabagismo, foi observado um grupo de fumantes de uma empresa do ramo de fundidos localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Tal grupo de indivíduos fumavam durante as atividades laborais. Nestas observações foram ressaltados aspectos vinculados à cultura transmitida ao grupo de colaboradores, e seus comportamentos que pudessem assinalar possíveis sinais de compulsão, bem como o mal causado aos fumantes passivos, não compreendido em profundidade pelos mesmos.

2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Foram realizadas dez observações com um grupo de fumantes, no interior de uma empresa do ramo de fundidos localizada na região do Noroeste do Rio Grande do Sul, no período de 17 de agosto a 26 de outubro de 2015. Cada observação apresentou duração de uma hora.

Neste trabalho, por questões éticas, optou-se por não expor o nome da empresa e dos integrantes do grupo observado, sendo esses denominados por letras para melhor caracterização do grupo.

3. DESENVOLVIMENTO

O hábito de fumar é um costume ensinado ao homem desde os primórdios, cultivado pelos maias e astecas, como comprovado pela Universidade de Albany, Nova York. (VEJA, 2012).

Em meados do século XV os povos acreditavam ter o tabaco um poder medicinal e que este poderia curar qualquer doença, Thomas Harriot inclusive

preconizou em seu livro em 1588 o uso diário do tabaco. (KLEIN, 1997).

O tabaco, a partir disso ganhou o mundo chegando a ser negociado como moeda. A indústria tabagista se desenvolveu e buscou novos maquinários para que a produção de cigarro pudesse alcançar grande escala, sendo capaz de atender mais prontamente aos desejos da população. Segundo Klein (1997), no século XIX, a imagem do cigarro era vinculada às figuras de glamour, charme e rebeldia, dessa forma, chamava a atenção do telespectador para a mensagem subliminar de quão prazeroso era estar em sua companhia. Construiu-se então uma imagem falsa do cigarro, onde se reforçou o comportamento dos fumantes através de tais propagandas. Pode-se dizer que a cultura transmitida pela mídia ensina ainda hoje ao homem qual é a forma ideal de se comportar e como este deve obter prazer através desses comportamentos.

Em meio às observações constatou-se que a cultura dentro da empresa observada, foi de grande importância para o atual comportamento de fumar em meio às atividades laborais, pois o antigo proprietário da empresa e líder deste grupo é fumante, e segundo relato da diretoria da empresa A. fumava cigarros junto às dependências da mesma. Compreende-se desta forma que, como figura de autoridade, este reforçava o comportamento de fumar de seus subordinados.

Segundo Rhoden e Rhoden (2005) atualmente a sociedade vive sob o signo da descarga de seus instintos pelas vias mais curtas, isto é, vive vinculada a um imediatismo exacerbado, sendo possível conectar essa necessidade social de satisfação imediata ao crescimento no uso de substâncias psicoativas, como o cigarro.

A substância contida no cigarro chamada nicotina traz ao sujeito o prazer imediato, pois a partir do momento que a fumaça do cigarro é absorvida pelos alvéolos, a droga cai na corrente sanguínea e em menos de dez segundos chega ao cérebro, nele a nicotina estimula a liberação de dopamina, que consiste em um neurotransmissor associado a sensações de prazer e à compulsão, que faz o indivíduo repetir as experiências que lhe proporcionaram tal deleite. Desta forma, a nicotina induz prazer e reduz estresse e ansiedade. (VARELLA, 2011).

Em uma das observações realizadas pode-se constatar tal efeito, pois notou-se C., um dos integrantes do grupo, ansioso, andando pelas instalações da empresa a procura de algo, o mesmo colocava a mão em seus bolsos e movimentava os

objetos das mesas de trabalho, sugerindo um início de desespero por estar sem cigarro algum. Ao chegar próximo a M., esse lhe estendeu a mão lhe dando um cigarro. C. acendeu seu cigarro, inspirou e expirou a fumaça gradativamente como se estivesse suspirando, dando a sensação a quem observava de que fumava em busca de alívio. Quintana (1948) ressaltou em um de seus poemas que o cigarro é uma maneira disfarçada de suspirar.

O tabagismo é uma das adições mais sérias do mundo, causa inúmeras doenças ao organismo do fumante e daqueles que convivem diariamente com o adicto, e mata em média cinco milhões de pessoas por ano. (FALCONE et al, 2001). Klein (1997) destaca que o prazer do cigarro é negro, uma terrível sensação visceral de depender de um objeto estranho ao seu corpo. Mas como explicar este prazer negro do tabagista em continuar fumando mesmo sendo conhecedor dos males que este objeto pode trazer a si?

Para Costa (2009) quando se pensa em tabagismo é importante que a dependência seja levada em consideração, não somente a dependência química, mas também a psicológica. A dependência química ocasionada pelo cigarro se compara a causada pela cocaína, pois se descontinuado seu padrão de uso regular, pode levar o indivíduo à síndrome da abstinência.

Pode-se dizer que no grupo observado, os sujeitos C. e J. são portadores de uma dependência física e psicológica importante, pois necessitam de um maior número de cigarros durante o dia, e também porque percebeu-se em meio às observações que estes fumavam com certa fissura, dando a impressão a quem observava que se pudessem incorporariam tal objeto.

A sociedade capitalista faz um apelo ao individualismo transformando as pessoas em números, dessa forma, o indivíduo padece de um esvaziamento de valores que antes o norteavam. Estes são colocados em choque a partir da realidade de destruição do homem pelo homem, gerando no indivíduo carências de reconhecimento, de sensação de ser acolhido e de pertencer a um grupo. (Costa, 2009). A busca pela individualidade pode ser até suportável em certos níveis, mas de forma exagerada costuma trazer desconfortos angustiantes.

Tanto Freud (1926/1929) quanto Lacan (1962/2005) partem do pressuposto que o ser humano tem uma falta constitutiva que o leva frequentemente a busca de prazer, essa falta pode-se dizer se estrutura a partir da castração, da separação

inicial da figura materna. Para Costa (2009), essa necessidade de se acoplar a alguém seria uma forma de recuperar a paz e harmonia que um dia sentiu, pois o primeiro objeto pelo qual o sujeito obteve satisfação não o gratifica mais. Para alguns indivíduos, tal perda é de difícil superação, sendo no movimento em torno dessa lacuna que a pulsão se estabelecerá. (PISETTA, 2009). Dessa forma, pode-se dizer que as pulsões instigam o organismo a obter do mundo externo os elementos para sua saciação, alcançando deste modo a homeostase, porém a satisfação pulsional é sempre parcial, podendo – se compreender melhor a fala de Banville.

“Se entregar ao cigarro é colocar o interesse na criação de um desejo que não pode ser satisfeito.” (BANVILLE apud KLEIN, 1997, p 72).

Segundo Klein (1997) a satisfação de um desejo resulta da eliminação do mesmo, mas é necessário dizer que o cigarro não satisfaz tal desejo, apenas o acalma, sendo possível compreender essa insatisfação pulsional quando observado o sujeito C., pois como mencionado acima, este fumava com certa fissura, acendendo um cigarro após o outro, parecendo a quem observava que não se satisfazia em meio às inúmeras tragadas.

Portanto, pode-se dizer que pessoas com um ego frágil, isto é, indivíduos com menor capacidade de lidar com sentimentos, conseqüentemente com essa falta constitutiva, e movidas pelo capitalismo, tendem a substituir as figuras de amor, por objetos, caracterizando uma dependência psicológica. Klein (1997) ressalta que a dependência uma vez estabelecida representa risco de sofrimento e que para se parar de fumar deve-se entrar em processo de luto, e chorar a perda de algo ou alguém significativo. Pode-se compreender tal dependência psicológica, considerando a história de W., que segundo relato de um dos diretores da empresa, passou por problemas cardiovasculares, ficando entre a vida e a morte, sendo submetido à cirurgia e conseqüentemente orientado pelo médico para que não fumasse mais. O observado, mesmo sabendo do mal que o cigarro lhe traz, continua fumando e constatou-se nas observações que em momentos ociosos, ele fuma em média dois cigarros em uma hora.

Diante disso, é possível compreender que o ser humano é movido por afetos conscientes e também inconscientes e que níveis não-rationais também controlam o comportamento. Pode-se dizer que o fumante age movido pela pulsão de morte,

uma vontade de destruição, que corresponde a um gozo, e trata-se de um gozo sinistro, silencioso, uno. O gozo trata-se de um excesso, de algo que extrapola o prazer, que se constitui como forma de satisfação da pulsão, que inclui a destruição do próprio corpo. (RHODEN; RHODEN, 2005).

O fumante destrói o cigarro a cada tragada, sem notar que a cada incorporação do mesmo este o destrói, podendo-se dizer que o indivíduo fumante não procura extinguir a si mesmo, mas preencher aquilo que lhe falta, aniquilando seu vazio existencial. Notou-se nas observações no grupo que uma maior ociosidade pode levar o indivíduo a uma acentuada necessidade desse preenchimento, e conseqüentemente a uma maior compulsão, pois os fumantes observados quando trabalhando em atividades que exigiam menos concentração duplicavam o uso do cigarro. Freud (1905) chama a atenção em seus estudos também para a potência da pulsão sexual, que através da libido, energia que move o indivíduo, pode vencer barreiras como o asco, vergonha e fixar-se no objeto que gerou gozo, o que sugere que o gozo que W. tem com o cigarro transpõe o medo da morte.

Segundo Rhoden e Rhoden (2005), no hábito de fumar, o indivíduo regride à fase oral de desenvolvimento, tentando reduzir a ansiedade causada pela realidade inaceitável de privação de suas necessidades, quando toma consciência da castração, isto é, da proibição de seus desejos incestuosos pela figura materna. Dessa forma, compreende-se que o cigarro tornou-se uma peça chave para se encaixar no lugar do objeto perdido da pulsão oral, pois é possível perceber no ato de fumar as duas fases da oralidade: sucção e canibalesca, podendo-se notar no grupo de fumantes tais fases, pois o tabagista suga a fumaça como se desejasse o cigarro dentro de si, extinguindo o objeto aos poucos com a sucção.

Pode-se dizer que o indivíduo busca no cigarro um “porto seguro”, fuma para não ficar só, para liberar suas tensões, enfrentar ou fugir de sua ansiedade diante da realidade que muitas vezes é dura, pois o indivíduo está constantemente mergulhado em trabalho, rotina, horário, responsabilidades, falta de dinheiro, e para suportar tamanho peso ele precisa de descanso, precisa “morrer sempre um pouquinho” sendo imprescindível para alguns o alívio imediato deste incômodo. O instinto pulsional do fumante percebendo que o prazer encontrado no cigarro é passageiro faz com que, para manter a ilusão, o indivíduo repita a experiência do

comportamento de fumar, gerando certa compulsão. (RHODEN; RHODEN 2005).

Pode-se notar nas observações uma maior compulsão em dois indivíduos. Em dias de atividades voltadas a moldagem, isto é, com atividades que exigiam menos concentração e atenção por parte deles, se comparado aos dias de atividades voltadas à fusão, C. e J. fumavam em média um cigarro a cada doze minutos, totalizando quatro a cinco cigarros por hora. Constatou-se inclusive que C. fumava com certa rapidez, parecendo a quem observava que este não saboreava o cigarro, isso pode sugerir que o mesmo fumava em busca deste “paraíso perdido” não encontrado, porém, Freud em Além do princípio do prazer (1920), postula que o princípio do prazer não governa o organismo soberanamente, pois seria perigoso para a auto-preservação do mesmo.

Dessa forma, pode-se dizer que há no psiquismo uma tendência para funcionar a partir do princípio do prazer, onde este tenta se livrar ao máximo das excitações que lhe chegam, porém, este mesmo organismo, entende que se sua energia for zerada, ele será levado à morte, assim o princípio do prazer se transforma em princípio da realidade, postergando a satisfação imediata e tolerando provisoriamente o desprazer. Porém, as pulsões sexuais, ainda assim continuam a trabalhar com o princípio do prazer, e este consegue se impor por muitas vezes diante do princípio da realidade, o que leva a prejudicar todo o organismo. Diante disso, torna-se mais claro o que leva W. a fumar, mesmo tendo sido orientado pelo médico sobre os possíveis riscos à sua saúde, após sua cirurgia cardiovascular.

Para compreender compulsão, a psicanálise a discute a partir do fenômeno chamado transferência. Em Recordar, repetir e elaborar (1914/1969) Freud estuda a relação entre compulsão à repetição, a transferência e a resistência, e refere que a transferência impede o recordar, sendo a repetição uma reprodução do passado esquecido de forma inconsciente. O autor propõe a partir disso uma dualidade pulsional, onde a compulsão a repetição, de origem inconsciente, passa a fazer parte da pulsão. Essa compulsão leva o sujeito a se colocar em situações dolorosas, como na situação do fumante, “no prazer de se matar”, não conseguindo se satisfazer de forma completa. Esta compulsão então faz com que o indivíduo repita suas experiências em busca de gozo, o que sugere que quando C. fumava de maneira ansiosa e rápida, este estava à procura desse deleite.

Para Lacan, o conceito de gozo, está para além do prazer, seria algo como

que prazer e dor misturados. Com exceção da melancolia, a pulsão de morte se encontra sempre misturada à pulsão de vida, podendo-se postular que para que o fumante obtenha este gozo, ele necessita recalcar o mal que o cigarro lhe faz. (QUEIROZ, 2012).

Pode-se dizer que o tabagismo é apenas um sintoma daquilo que o indivíduo em algum momento de sua vida recalcou, transferindo para o cigarro o poder de cessar o vazio que foi tomando forma e lugar no interior de si. Rondina et al (2002) ressaltam que pacientes depressivos relatam que fumar traz uma sensação de relaxamento propiciando a redução da ansiedade, dos sintomas psiquiátricos, do sofrimento psicológico e dos efeitos colaterais da medicação antipsicótica, porém para vincular tal diagnóstico ao grupo observado seriam necessárias observações e técnicas psicológicas mais detalhadas. É possível apenas dizer que esta sensação de relaxamento foi constatada nas observações feitas relacionadas à W. e M., que fumavam mais precisamente em horários de descanso, onde juntos riam, e pareciam saborear cada tragada.

Segundo Castro et al (2008), pode-se dizer que o fumar está mais relacionado ao alívio do desprazer do que à busca do prazer, sendo que o tabaco pode muitas vezes ser usado como automedicação, ou seja, como forma de aliviar sentimentos desagradáveis, sintomas de ansiedade e depressão. Tal angústia pode ser notada em C. em dias de moldação, quando parecia ao observador, que esse fumava de maneira ofegante e ansiosa, praticamente “comendo” o cigarro em menos de 10 minutos.

Como ressaltado anteriormente, constatou-se que na empresa observada os colaboradores fumantes, fazem uso do cigarro durante suas atividades laborais. Essa compulsão por não suportar ficar sem fumar, pode trazer à empresa algumas complicações diante das autoridades governamentais, pois, buscando cumprir os artigos 196 e 200 da constituição, onde diz respectivamente que a “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL, p 112, 113), e que “Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.” (p

114), o governo regulamentou a lei nº 12546 em 2014, que é mais conhecida como Lei Antifumo. Esta proíbe o ato de fumar cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos em locais de uso coletivo, públicos ou privados, como *halls* e corredores de condomínios, restaurantes e clubes – mesmo que o ambiente esteja parcialmente fechado por uma parede, divisória, teto ou toldo. A lei também extingue os fumódromos, e em caso de desrespeito à lei, o local pode ser multado ou até perder a licença de funcionamento.

Nestas condições, pode-se dizer que a empresa está contribuindo para o desenvolvimento de doenças não só de seus colaboradores fumantes, mas também dos demais colegas que se caracterizam por fumantes passivos, por trabalharem por oito horas inspirando a fumaça expelida pelo cigarro dos colegas fumantes. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA) define-se tabagismo passivo como sendo a inalação da fumaça de derivados do tabaco, tais como, cigarro, charuto, cigarrilhas, cachimbo, e outros produtores de fumaça, por indivíduos não fumantes, que convivem com fumantes em ambientes fechados, respirando as mesmas substâncias tóxicas que o fumante inala. (BRASIL, 2001).

Ainda segundo o Inca (BRASIL, 2001) o ar poluído pelo fumante possui três vezes mais nicotina, três vezes mais monóxido de carbono e até cinquenta vezes mais substâncias cancerígenas do que a fumaça que entra pela boca do mesmo após passar pelo filtro do cigarro. Portanto, é fácil compreender o mal que um fumante pode causar aos seus colegas durante oito horas de trabalho, sendo de simples compreensão para a empresa observada o porquê de coibir o uso do cigarro no interior da mesma.

Dessa forma, é de suma importância o papel do empregador na tomada de medidas para manter o ambiente de trabalho hígido, para que este deixe de ser um local de agressão a saúde do trabalhador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se que dentre os colaboradores da empresa, os fumantes passivos não têm consciência do mal que estão inalando, sendo possível perceber nas observações que estes não esboçavam nenhum comportamento de aversão aos colegas enquanto fumavam, pode-se dizer que estes colaboradores que se

caracterizam como fumantes passivos, nem sequer tem a opção de estarem em outro lugar, por ser em meio às atividades laborais, que seus colegas tabagistas dão suas tragadas.

Diante das considerações e observações feitas ao longo deste trabalho, constatou-se que o fumante busca no cigarro aquilo que neste objeto não pode ser encontrado, sendo que busca descobrir uma saída rápida de sua situação aflitiva. Desta forma, gera-se uma compulsão à repetição, que se impõe ao psiquismo, ficando, portanto o fumante impotente para agir, e mesmo sabendo das possíveis doenças que o cigarro pode lhe gerar, este continua fumando em busca da cessação de sua falta constitutiva, falta que se originou na perda do objeto que um dia lhe gerou a satisfação completa.

O cigarro se encaixa no lugar do objeto perdido da pulsão oral, pois é possível perceber no ato de fumar as duas fases da oralidade: sucção e canibalesca, além de que esse se constitui como um objeto de linguagem, pois através dele o fumante fala de sua angústia.

Há, portanto várias abordagens que podem ajudar o indivíduo a deixar de fumar, porém para a psicanálise, o tabagismo não é uma fixação comportamental como é para a terapia cognitivo-comportamental. A medicina também dá suas contribuições para a cessação do tabagismo, porém, por muitas vezes para fazer cessar o sintoma, não leva em consideração o sujeito que fuma. Este através de medicamentos pára de fumar, mas, em geral, migra para outras adições, como, álcool, remédios, comida, entre outros. É imprescindível dizer que o tabagismo é concebido como um problema de saúde pública, sendo necessária uma visão interdisciplinar para que seja feito o tratamento de forma assertiva.

Cabe ressaltar ainda que estas observações feitas na empresa contribuíram para um melhor esclarecimento sobre os males do tabagismo e do risco que o uso do cigarro em meio às atividades laborais traz a todos que ali trabalham, bem como colaboraram para a abertura de consciência dos diretores da empresa para uma possível mudança de cultura da mesma e conseqüentemente de seus colaboradores. Em conversa com um dos diretores da empresa, L.C. relatou que o uso do cigarro em meio às atividades não afeta a produção em larga escala, mas que compreende hoje a contribuição da empresa para o vício e doenças desencadeadas aos colaboradores em geral, sendo necessário o início de um

trabalho para com o grupo para a retirada do mesmo de dentro da empresa. O mesmo postulou que a temática do tabagismo será abordada na SIPAT 2015 da organização, que se refere à Semana Interna de Prevenção a Acidentes no Trabalho, onde são abordados temas relacionados à saúde dos colaboradores.

Por fim, partindo do pressuposto que o indivíduo é um ser desejante, estruturado a partir de uma falta, e que hoje se vive uma solidão exacerbada, em busca do suposto “eu”, é necessário dizer que o cigarro pode se constituir como uma forma de anestesia dessa angústia de ser incompleto, e de não encontrar em meio às relações muitas vezes líquidas algo que possa preencher de maneira sólida tal vazio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12546, de 14 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12546.htm#art49>. Acesso em: 2/10/2015.

_____, Constituição Federativa do Brasil. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/dandle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9>. Acesso em 15/10/2015.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer – INCA. Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV). **Abordagem e Tratamento do Fumante- Consenso**. Rio de Janeiro: INCA, 2001.

CASTRO, Maria da Graça Tanori de. et al. Relação entre gênero e sintomas depressivos e ansiosos em tabagistas. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre v.30, n.1, Jan./Apr., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082008000100008>. Acesso em: 2 out. 2015.

COSTA, Célia Lúcia da. **Meu cigarro, minha vida**. 2009. Disponível em: <<https://pontolacaniano.wordpress.com/2009/05/13/meu-cigarro-minha-vida/>>.

Acesso em: 21 out. 2015.

VEJA. Acervo Digital. **Estudo acha sinal de nicotina em vaso maia de 1.300 anos.**

É a primeira evidência direta de que a civilização cultivava o tabaco. 2012.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/estudo-encontra-sinais-de-nicotina-em-vasos-maias-de-1-300-anos/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

FALCONE, E. et al. Psicoterapia cognitiva. In: RANGÉ, B. (Org.). **Psicoterapias cognitivo-comportamental: Um diálogo com a psiquiatria.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREUD, Sigmund. (1914 a). **Recordar, repetir, elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise).** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. 12.

_____. (1920) **Além do princípio do prazer.** Sigmund Freud obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. 2.

_____. (1926-1929) **Inibição, sintoma e angústia. O futuro de uma ilusão e outros textos.** Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras 2014, v. 17.

_____. (1901-1905) **Um caso de Histeria, Três Ensaios sobre a Sexualidade e outros trabalhos.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, v. 7.

KLEIN, R. **Cigarros são sublimes: Uma história cultural de estilo e fumaça.** Rio de Janeiro: Rocco Editora, 1997.

LACAN, J. (1962-1963/2005) O Seminário livro 10, A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

PISETTA, Maria Angélica Augusto de Mello. **A falta da falta e o objeto da angústia.**

Estud. psicol., Campinas, v. 26, n.1, Jan./Mar., 2009. Disponível

em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2009000100011&script=sci_arttext)

166X2009000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 out. 2015.

QUEIROZ, Edilene Freire de. Dor e gozo: de Freud a Lacan. **Rev. Latinoam.**

psicopatol. fundam. São Paulo, v.15, n.4, Dez., 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142012000400008&script=sci_arttext)

47142012000400008&script=sci_arttext>. Acesso dia: 21 out. 2015.

QUINTANA, Mário. **Sapato Florido.** Rio de Janeiro - Porto Alegre - São Paulo:

Editora Globo. 1948

RHODEN, Juliana Lima Moreira; RHODEN, Valmor. **IMPACTO OU INDIFERENÇA: A**

Comunicação Social e a Psicanálise na Busca da Compreensão dos Efeitos das

Imagens das Carteiras de Cigarro. 2005. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rhoden-rhoden-impacto-ou-indiferenca.pdf>>. Acesso em:

2 out. 2015.

RONDINA, Regina de Cássia, et al. Relação entre tabagismo e transtornos

psiquiátricos. **Rev. Psiq. Clín.** v. 30, n. 6, p. 221-228, 2003. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v30n6/a05v30n6.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

VARELLA, Dráuzio. **A crise de abstinência de nicotina.** 2011. Disponível

em:<[http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/tabagismo/a-crise-de-](http://drauziovarella.com.br/dependencia-quimica/tabagismo/a-crise-de-abstinencia-de-nicotina/)

abstinencia-de-nicotina/>. Acesso em 21 out. 2015.

LEI DA GUARDA COMPARTILHADA: REFLEXÃO PSICOJURÍDICA SOBRE AS CIRCUNSTÂNCIAS DE VIABILIDADE E INVIABILIDADE DE SUA APLICAÇÃO

FREITAS, Carlos David de ¹¹

RESUMO

Diante da ruptura conjugal surge a questão da guarda dos filhos: pode haver consenso ou disputa entre o ex-casal. A Lei da Guarda compartilhada favorece a responsabilidade conjunta do pai e da mãe nos cuidados dos filhos. A dita Lei também pode ser aplicada quando há discórdia entre os pais, desde que ambos apresentem condições para o exercício das funções parentais. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de verificar circunstâncias de viabilidade e inviabilidade de sua aplicação. Observou-se fundamentalmente a importância do bom relacionamento entre os pais para o bom funcionamento dessa modalidade de guarda.

Palavras-Chave: Guarda judicial. Poder familiar. Guarda compartilhada.

ABSTRACT

In face of the conjugal rupture arises the question of the children's custody: there may be consensus or dispute between the ex-couple. The Shared Custody Law favors the joint responsibility of father and mother in the care of children. This can also be applied when there is discord between parents, as long as both provide conditions for the exercise of parental functions. This is a bibliographical research, with the objective of verifying the feasibility and non-feasibility of its application. The importance of a good relationship between the parents for proper functioning of this modality of custody is a fundamental observation.

Keywords: Judicial custody. Family power. Shared guard.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, transformações ocorreram na estrutura familiar: das famílias numerosas e extensivas (pai, mãe, filhos e parentes) para as normalmente nucleares (pai, mãe e filhos). Emergiram novas configurações de família, tais como as monoparentais, homoafetivas e adotivas.

Mudanças importantes ocorrem no casamento. Roudinesco (2003) explica que, até o final do século XVIII - período da família "tradicional" - os casamentos eram arranjados entre os pais, devido ao interesse na transmissão do patrimônio; o afeto e o desejo dos filhos na escolha eram desconsiderados. Entre os finais do século XVIII e meados do século XX transcorreu a "família moderna", com a

¹¹ Psicólogo Judiciário, lotado no Fórum da Comarca de Marília-SP. E-mail: cdavidf@terra.com.br

possibilidade de o casal se escolher. Na sequência, começou a fase da “família contemporânea”, com o interesse dos cônjuges nas relações de intimidade e satisfação sexual; o que deu origem ao aumento de separações, divórcios e recomposições familiares.

Diante das separações, divórcios e recomposições familiares, surge a questão da guarda dos filhos, que, sem consenso, implica em ações judiciais.

Quintas (2010) explica que a guarda judicial encerra deveres como assistência moral, material, educacional, proteção, cuidado, vigilância e afeto.

As modalidades de guarda são três: exclusiva ou unilateral, alternada e compartilhada, as quais são caracterizadas por Grisar Filho (2014) da seguinte forma:

Na Guarda exclusiva ou unilateral, os filhos permanecem sob os cuidados e direção de apenas um dos pais.

Com relação a guarda alternada (baseada no artigo 1.586 do Código Civil), os cuidados dos filhos são atribuídos para ambos os pais, alternadamente, que passam um período sob a guarda do pai e outro com a mãe.

No que diz respeito à guarda compartilhada, ambos os pais detêm a guarda legal e participam ativamente da vida dos filhos. Assim, as decisões importantes são tomadas em conjunto. É uma forma de manter intacto o exercício do poder familiar, após a ruptura do casal, dando continuidade à relação de afeto edificada entre os pais e os filhos, evitando disputas que poderiam afetar o pleno desenvolvimento da criança.

Nosso objetivo é o de focar aspectos relacionados à guarda compartilhada. Assim, pretendemos contribuir nas reflexões dessa modalidade.

2. A GUARDA DE FILHOS NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO: BREVE HISTÓRICO

Ao abordar sobre guarda compartilhada, e dado o caráter psicojurídico deste artigo, apresentaremos a seguir algumas informações de ordem jurídica para melhor compreensão desta temática.

Monteiro (1989) explica que, no Código Civil de 1916, o desquite era permitido, e, quando os ex-cônjuges não estavam em acordo com relação à guarda dos filhos, o critério para resolver a situação legalmente era o de conceder a guarda

ao cônjuge inocente, ou seja, àquele que não provocara a separação, ficando desprovido desse direito o cônjuge considerado culpado. A culpa, nessa situação, era compreendida e interpretada dentro de critérios de ordem moral.

No caso de os dois serem culpados, a mãe teria o direito de ficar com a guarda das filhas menores, e com os filhos, até completarem seis anos de idade, quando então os meninos passariam a ficar sob a guarda do pai.

Em 1962 ficou estabelecido que, sendo os ex-cônjuges culpados pela separação, e, não havendo concordância com relação à guarda dos filhos, estes ficariam sob a guarda da mãe.

No ano de 1977 entrou em vigor a lei do divórcio, e nela prevaleceu que os filhos menores ficariam com o cônjuge que não dera causa à separação; e sob os cuidados da mãe, quando os dois fossem culpados.

Explica o referido autor que modificações importantes ocorreram no Código Civil de 2002. Uma delas é o critério de culpabilidade, que deixou de ser fator determinante para a escolha do guardião: a guarda passou a ser atribuída àquele que revelasse melhores condições para exercer a função. A outra é que o termo *pátrio poder* foi substituído por *poder familiar*, que pode ser exercido por ambos os cônjuges.

Brito e Gonsalves (2013) esclarecem que o Código Civil de 2002 tratava apenas da guarda unilateral, em que era observado o critério de qual dos pais tinha melhores condições para exercer a guarda dos filhos.

Explicam os referidos autores que a Lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, regulamentou a guarda compartilhada e que a mudança na legislação foi decorrente das reivindicações daqueles que não detinham a guarda dos filhos.

No ano de 2014, foi promulgada a nova Lei 13.058 da guarda compartilhada, em que consta referência sobre o equilíbrio de tempo de convívio dos pais com os filhos. Outro aspecto é relativo à aplicação da referida modalidade de guarda pelo juiz, diante da discordância dos pais com relação à guarda dos filhos, na condições de ambos para exercer esta função (BRASIL, 2014).

3. VIABILIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA

Após a breve apresentação histórica sobre a guarda dos filhos no Código Civil

Brasileiro, abordaremos a seguir os fatores que viabilizam a guarda compartilhada.

Para Grisard Filho (2014) a guarda compartilhada privilegia a continuidade da relação da criança com seus dois genitores após o divórcio: ambos são responsáveis pela criação dos filhos, assegurando-lhes o direito a ter os pais, de forma contínua em suas vidas. Explica que muitos países instituíram a guarda compartilhada com o fim de reequilibrar as relações entre pais e filhos. Na Alemanha, Inglaterra, Espanha, Itália, Argentina, Suécia, Estados Unidos, Dinamarca e França, ela é considerada como modelo básico.

Argumenta que a guarda compartilhada atribui a ambos os genitores a guarda jurídica; assim, exercem igualitária e simultaneamente todos os direitos e deveres relativos aos filhos pressupondo ampla colaboração entre os pais na tomada de decisões em conjunto, o que minimiza os sentimentos de perda e rejeição dos filhos.

Explica ainda o mesmo autor que a cooperação entre os pais, na guarda compartilhada, distancia a possibilidade da guarda unilateral, a qual impõe ao não guardião o afastamento, gerando sentimento de fracasso e restrição à obrigação alimentar e o dever de visita.

A guarda compartilhada eleva o grau de satisfação de pais e filhos e elimina os conflitos de lealdade: a necessidade de escolher entre seus dois pais. Mantém intacta a vida cotidiana dos filhos do divórcio, dando continuidade ao relacionamento próximo e amoroso com os dois genitores, sem exigir dos filhos que optem por um deles.

No paradigma da guarda compartilhada, pais e filhos não correm o risco de perder a intimidade, equilibrando a necessidade dos filhos de uma relação permanente e ininterrupta com seus genitores, bem como recompõe os embasamentos emocionais do menor, atenuando as marcas negativas de uma separação, resultando em um maior compromisso dos pais nas vidas de seus filhos.

Diminuir os sentimentos de rejeição dos filhos, proporcionando-lhes a convivência com os pais livre de conflitos, facilitando o processo de socialização e identificação.

Sob a ótica de Quintas (2010), a guarda compartilhada é o arranjo que mais se aproxima do melhor interesse da criança, pois assegura a necessidade de os filhos manterem a relação com os pais, como uma única família, apresentando,

portanto, vários benefícios.

Explica o autor, que, para os pais, a guarda compartilhada tem como benefício a igualdade em direitos e obrigações. Assegura que os genitores não perderão o contato com seus filhos e poderão tomar decisões que entendam o melhor interesse dos filhos. Alivia a pressão sobre um só, possibilita maior flexibilidade na sua vida pessoal e profissional, além do apoio nas horas difíceis, como por exemplo, problema de saúde.

Assevera que a modalidade da guarda compartilhada evita que os pais tenham de discutir quem apresenta melhores condições, evitando agressões e ataques desnecessários, pois, no caso da disputa de guarda, geralmente um procura demonstrar a incapacidade do outro, agriem-se mutuamente e se tornam inimigos, ao invés da cooperação na criação dos filhos.

Segundo o autor, na guarda compartilhada os pais serão ambos considerados aptos a exercer a guarda, diminuindo o sentimento de perda, falência pessoal, baixa estima e culpa diante da ruptura familiar.

Argumenta que a maioria das mães são detentoras exclusivas da guarda. Assim, a guarda compartilhada é benéfica porque permite às mães desfrutar de mais liberdade para suas atividades pessoais, já que não detêm a inteira responsabilidade para com seus filhos.

Com relação às vantagens da guarda compartilhada para os filhos, o autor refere que ela permite que os pais participem ativamente em suas vidas: assim eles percebem que os pais se preocupam com eles e cuidam deles; o que diminui a ansiedade decorrente da separação: saber com qual dos genitores irão viver, qual dos pais irá perder o contato contínuo.

Segundo o autor, no caso da guarda exclusiva, um dos pais pode ser visto como mero visitante, e vai perdendo o contato com os filhos, gerando neles sentimento de rejeição e abandono. Em alguns arranjos, os pais podem manter ativo o envolvimento de ambos na vidas dos filhos, mas a guarda compartilhada maximiza a possibilidade de isso ocorrer.

Outro benefício apresentado pelo autor sobre a guarda compartilhada é que a questão da guarda dos filhos deixa de ser o ponto de discussão, e outras questões pendentes podem continuar sendo resolvidas sem envolvimento das questões relacionadas à guarda, evitando que os filhos tenham que escolher com qual dos

pais querem ficar, diminuindo-lhes assim os conflitos, que seriam prejudiciais.

O autor explica que a guarda compartilhada também é benéfica no caso de um dos pais falecer, pois os filhos estão habituados à presença do outro genitor, o que facilitará a adaptação e amenizará o sofrimento da perda.

Enfim, o autor refere que a guarda compartilhada propicia mais contato com os avós e outros familiares de ambos os lados, pois não priva a criança da convivência com o grupo familiar e social de cada um dos seus genitores.

4. INVIABILIDADE DA GUARDA COMPARTILHADA

Vistos os aspectos relacionados a viabilidade da guarda compartilhada, focaremos, na sequência, fatores que tornam inviável a aplicação da guarda compartilhada.

Grisard Filho (2014) assevera que os arranjos da guarda compartilhada podem ser lesivos aos filhos, na ausência de diálogo, bem como diante de condutas em paralelo, sabotagem, contaminação no método educativo; diante de famílias fragilizadas, a guarda deve ser deferida ao genitor menos contestador e mais disposto a dar ao outro o direito amplo de visitas.

Explica que, no contexto da guarda compartilhada, os diferentes planos de acesso só terão sucesso se os pais proporcionarem aos filhos continuidade de relações, sem exposição a lutas pelo poder.

Diz o autor que os arranjos de tempo de forma igualitária (semana, quinzena, mês, ano, casa, dívida) também oferecem desvantagens ante o maior número de mudanças e menos uniformidade de vida cotidiana dos filhos.

Para Quintas (2014) a guarda compartilhada almeja a capacidade de entendimento entre os genitores. No entanto, se os pais não conseguirem manter um bom relacionamento, a guarda compartilhada não funcionará, o que a colocaria em desvantagem frente a outras possibilidades de estabelecimento da guarda.

Argumenta o autor que, se os pais não conseguem decidir em conjunto o futuro dos filhos, o impasse poderá gerar maiores conflitos. Para um casal que guarda mágoas e rancores, a guarda compartilhada pode ser a continuidade da vida a dois que se apresentava prejudicial aos filhos.

Conforme Leite (2014) a Lei nº 11.698, de 2008, atendia as expectativas dos

operadores do Direito e das famílias, pois estabelecia claramente o que era a guarda unilateral e a guarda compartilhada, conforme exposto no § 1º do art. 1.583 do Código Civil:

Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua”; e por guarda compartilhada “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. (BRASIL, 2002).

O autor explica que a Lei 11.698/2008 é precisa e objetiva com relação à guarda compartilhada, ou seja, que é a responsabilidade conjunta (de ambos os genitores) no exercício de direitos e deveres decorrentes do poder familiar, com residência fixa do menor, na casa materna, ou na casa paterna.

Conforme o referido autor, a Lei 13.058/2014, não estabelece claramente o significado da expressão “guarda compartilhada” ao contrario da Lei 11.698/2008.

Explica que o § 2º art da Lei 13.058/2014) faz referência ao “equilíbrio” da divisão de tempo de convívio dos pais com os filhos; no entanto, não estabelece o significado da guarda compartilhada, como exposto na Lei 11.698/2008, limitando-se na determinação da operacionalização da referida modalidade de guarda, conforme consta no parágrafo § 2º do art.1.583: “Na guarda compartilhada o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.” (BRASIL, 2008).

Assevera o autor que, embora a expressão *forma equilibrada* seja nova, o conteúdo da proposta já estava exposto no § 1º do art. 1.583, onde há referência sobre a responsabilidade conjunta e o exercício de direito e deveres do pai e da mãe, ressaltando-se a noção fundamental de guarda conjunta; ou seja, o exercício de direitos e deveres em relação aos filhos é exercido de forma igual (equilibrada) por ambos os genitores.

Explica, entretanto, que a nova lei se limita a determinar a operacionalização da guarda compartilhada e ao estabelecimento do tempo de convívio dos pais com os filhos de forma equilibrada. Por esta razão, o autor levanta-se as seguintes questões:

O que é forma equilibrada? Seria a divisão equânime de tempo que cada filho passaria com cada genitor? Ou corresponderia a uma divisão igualitária de residência dos filhos nas casas dos respectivos genitores? Como medir o tempo de convívio de modo a preencher a exigência do 'equilíbrio' estampado no citado § 2º? (LEITE, 2014, p.3).

Diz o autor que a nova Lei indica a postura que deve ser exercida pelos genitores, mas não aborda a forma de operacionalização; o que pode gerar confusão no judiciário, considerando a complexidade para estabelecer parâmetros rígidos de horas, dias, semanas ou quinzenas.

Assevera o autor que são os genitores, a partir da dinâmica própria a cada realidade familiar, que estipulam e acordam como vão dividir o tempo com os filhos, e que não existe lei que possa impor “*forma equilibrada*” de convívio com os filhos. Assim, cada caso implicará numa divisão de obrigações entre os genitores para com os filhos.

Se uma criança é de tenra idade, por exemplo, e ainda mama, é obvio que passará maior tempo com a mãe, porque dela necessita mais, conforme exigência determinada pela própria natureza. Estabelecer *forma equilibrada* de convívio com ambos os genitores redundaria em total absurdo. Da mesma forma, quando um menino cresce e se insere no mundo social e nas atividades lúdicas e esportivas, certamente a presença masculina se impõe naturalmente. (LEITE, 2014).

Na nova lei observamos os seguintes aspectos com relação à aplicação da guarda compartilhada, quando não há acordo entre os pais sobre a guarda dos filhos:

Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor. (BRASIL, 2014).

Para Leite (2014) a aplicação da guarda compartilhada, quando não há a concordância dos pais na guarda dos filhos, deixa de ser uma opção e sim imposição. Trata-se de uma solução parcial e meramente formal que não trará soluções diante dos conflitos entre os genitores.

Segundo o autor, a aplicação da guarda compartilhada sem o consenso entre os pais, pode encerrar o processo, mas não solucionará o litígio, o que trará prejuízos aos filhos, a parte mais fragilizada nesse contexto.

5. OS FILHOS DIANTE DA SEPARAÇÃO DOS PAIS

Consideramos importante tecer algumas considerações sobre os filhos diante da separação dos pais.

Para Waldemar (1996), as reações da criança no processo de separação dos pais dependem da idade, do temperamento e da capacidade de lidar com a tensão, bem como do clima pré-separação entre os genitores, sendo que, quanto mais crônico o conflito marital, mais problemáticos são os filhos, os quais não abandonam a ideia de fazer com que os pais se reconciliem; sentem-se desamparados e sem controle sobre suas vidas, sentem-se abandonados por um dos genitores, magoados e tristes, especialmente na idade escolar.

De acordo com Guisard Filho (2014) a cooperação entre os pais, não expondo os filhos aos conflitos, auxilia na minimização dos desajustes e da probabilidade de desenvolverem problemas emocionais, escolares e sociais.

César-Ferreira (2007) explica que, na constituição de novas famílias, a criança precisa saber que pertence às duas famílias, não devendo ser considerada como hóspede ao frequentar a casa de um dos genitores, sendo necessário também que os pais ajudem os filhos na dissolução das culpas existentes e assim evitem conflitos de lealdade. Portanto, é fundamental que os pais tentem a negociação frente aos desentendimentos, evitando prejuízos emocionais aos filhos.

Assim, a autora argumenta que, na medida em que a separação é bem administrada, durante e após o processo de separação, a tendência é que ocorra o estreitamento dos laços parentais, levando os filhos a reconhecer depois o que não conseguem admitir quando crianças ou jovens; ou seja, que a separação dos pais foi a melhor solução para a família.

A citada autora ainda argumenta que os ex-cônjuges se sentem fragilizados diante da separação e, por esta razão, os profissionais que assistem ao casal, tais como advogados, juízes, promotores, médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, podem contribuir na amenização dos conflitos; para tanto devem estar atentos para que posturas radicais e valores pessoais não intensifiquem os conflitos entre o casal e prejudiquem o estado emocional dos filhos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a viabilidade da aplicação da guarda compartilhada sob a ótica de Brito e Gonsalves (2013), verificamos que a promulgação da Lei da Compartilhada foi medida importante e decorrente das reivindicações do não guardião. Abriu-se assim, a possibilidade de guarda conjunta, em que ambos assumem as responsabilidades dos filhos.

Grisar Filho (2014) nos fez refletir que a Guarda Compartilhada satisfaz pais e filhos e elimina a necessidade de o filho escolher entre o pai ou a mãe, bem como possibilita a continuidade de relacionamento próximo e amoroso, relação permanente, resultando maior compromisso dos pais na vida dos filhos.

Nas argumentações apresentadas por Quintas (2010) foi possível observar que a Guarda Compartilhada é modalidade que mais se aproxima do melhor interesse dos filhos e da necessidade de manter relação com os pais, como única família. Desta forma, a guarda compartilhada deixa de ser um ponto de discussão; e outras questões pendentes do ex-casal podem ser resolvidas, sem que haja o envolvimento dos aspectos relacionados aos filhos. Propicia também a possibilidade de mais contatos com avós paternos e maternos e demais familiares de ambos os lados.

Com relação às questões da inviabilidade da guarda compartilhada, Grisard Filho (2014) nos levou ao entendimento de que a guarda compartilhada pode ser prejudicial aos filhos, quando não há diálogo, ou há condutas em paralelo, sabotagem e contaminação na forma de educação, ou quando os arranjos de forma igualitária, prejudica o cotidiano dos filhos. Também nos pontuou que a referida guarda é prejudicam aos filhos diante da continuidade de mágoas e rancores não elaborados entre os pais.

Leite (2014) apresentou a inviabilidade de guarda compartilhada no tocante ao equilíbrio de tempo de convívio entre pais e filhos, explicando que são os genitores, a partir da dinâmica própria de cada realidade familiar, quem devem entrar em acordo com relação à divisão de tempo com os filhos; desta forma, cada caso implicará numa divisão de obrigações entre os genitores para com os filhos.

Com relação à aplicabilidade da guarda compartilhada, diante da discordância entre os pais com relação à guarda, Leite pontuou que deixa de ser

opção e sim imposição, tratando-se de uma solução parcial e formal, que, no entanto, não soluciona os conflitos entre os pais.

Considerações importantes nos foram apresentadas com relação aos filhos diante da separação, tendo sido esclarecido por Waldemar (1996) que, na separação, quanto mais crônico os conflitos entre os pais, mais problemática se torna a situação para os filhos.

Esclareceu Guisard Filho (2014) que a cooperação entre os pais e a não exposição dos conflitos aos filhos poderão minimizar os desajustes, bem como a probabilidade de eles desenvolverem problemas emocionais, escolares e sociais.

Assim, pudemos refletir sobre a viabilidade e a inviabilidade da aplicação da guarda compartilhada, considerando os direitos dos pais e especialmente a preservação do bem-estar dos filhos nesse processo.

Considerando que a Lei da Guarda compartilhada é relativamente nova, pesquisas futuras sobre esta modalidade poderão trazer contribuições importantes ao meio acadêmico, à sociedade, aos psicólogos, assistentes sociais, operadores de direito e demais profissionais que lidam com esta temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Presidência da República . Casa Civil. Lei Nº 11.698 de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11698.htm>. Acesso em: 14 jul. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda

compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm>.

Acesso em: 15 jul. 2016.

BRITO, L. M. T.; GONSALVES, E. N. Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. *Revista Direito CV*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 299-318, jan/jun 2013.

CEZAR-FERREIRA, V. A. M. *Família, separação e mediação: uma visão psico-jurídica*. 2. ed. São Paulo: Método, 2007.

GUISARD FILHO, W. *Guarda compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEITE, E. Comentários à Lei nº 13.058, de 22.12.2014. *Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público*, RS, v. 1, n. 11, 2015. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/revistamulti11.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2016.

MONTEIRO, W. B. *Curso de direito civil: direito de família*. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

RODINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

QUINTAS, M. M. R. A. *Guarda compartilhada*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

WALDEMAR, J. O. Divórcios e recasamentos: enfrentando o desconhecido. In:

PRADO, L. C. (Org.). *Famílias e terapeutas: construindo caminhos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 176-187.

PATOLOGIZAÇÃO E TDAH: A IMPORTÂNCIA DE CONSIDERAR A INFLUÊNCIA DO MEIO, DOS ASPECTOS SOCIAIS E CULTURAIS.

AMORIS, Talita Kelly de Brito ¹²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo promover uma reflexão acerca da constante patologização dos alunos com alterações comportamentais e/ou emocionais como indivíduos com TDAH, sem considerar aspectos do meio social e cultural no qual o mesmo está inserido. No decorrer do artigo, diversos autores evidenciam que comportamentos que antes eram considerados "normais" atualmente são vistos como "indisciplinados" ou "desajustados" e questionam qual é o determinante que difere tais comportamentos, que muitas vezes acaba por patologizar indivíduos injustamente. Dessa forma, é possível concluir que ao realizar qualquer diagnóstico, é fundamental que este seja realizado por uma equipe multiprofissional, que esteja preparada para tal e considere todo o contexto no qual o indivíduo está inserido, a fim de não transferir para o indivíduo um problema que na verdade é social, político ou educacional, rotulando ou patologizando de maneira precoce ou até mesmo injusta.

PALAVRAS CHAVES: contexto social, patologização, TDAH.

ABSTRAT

The present article aims to promote a reflection about the constant pathologization of students with behavioral and / or emotional changes as individuals with ADHD, without considering aspects of the social and cultural environment in which it is inserted. In the course of the article, several authors point out that behaviors that were once considered "normal" are now considered as "undisciplined" or "misfit" and question the determinant that differs from such behaviors, which often end up unjustly pathologizing individuals. In this way, it is possible to conclude that in making any diagnosis, it is fundamental that this is carried out by a multiprofessional team, that is prepared for it and considers the whole context in which the individual is inserted, in order not to transfer to the individual a problem which is actually social, political or educational, labeling or pathologizing in an early or even unfair way.

KEYWORDS: social context, pathologization, ADHD.

1. INTRODUÇÃO:

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por dificuldades em manter a atenção e por comportamentos hiperativos-impulsivos, tais sintomas se manifestam na infância, durante o desenvolvimento e podem persistir até a vida adulta. De acordo com os dados apresentados pelo DSM-5 (2014) o TDAH se faz presente na maioria das culturas em cerca de 5% das crianças e 2,5% dos adultos, sendo mais

¹² Psicóloga formada pela FAEF, inscrita no CRP 06/144527. E-mail: talita.amoris@gmail.com

frequente no sexo masculino.

A constante patologização da educação que vem ocorrendo com cada vez mais frequência, nada mais é do que a transformação de problemas educacionais, históricos, políticos e culturais em problemas médicos, ou seja, individuais; devido a heranças culturais e ao fato de ignorar a influência que o indivíduo recebe do meio no qual está inserido.

O presente artigo tem como objetivo principal promover uma reflexão acerca da constante patologização dos alunos com alterações comportamentais e/ou emocionais como indivíduos com TDAH, sem considerar aspectos do meio social e cultural no qual o mesmo está inserido; dessa forma, mediante pesquisa bibliográfica realizada a partir da análise de artigos científicos e dissertações publicadas a partir de 2008, será explanado a caracterização do TDAH, a relação entre indisciplina e TDAH e a importância de analisar todos os fatores envolvidos no decorrer do diagnóstico.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Caracterização do TDAH

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2014) o TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento, que tem como principais características “um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento e no desenvolvimento do indivíduo”. Segundo o manual a tríade sintomatológica que acompanha o TDAH é desatenção, hiperatividade e impulsividade, sabendo-se que o transtorno pode ser dividido em três subtipos: TDAH com predomínio do sintoma de desatenção, TDAH com predomínio do sintoma de hiperatividade-impulsividade e TDAH combinado, quando ambos os sintomas se manifestam.

Segue abaixo a descrição dos sintomas do TDAH, assim como, descritos no DSM-5:

Desatenção: com frequência o indivíduo não presta atenção em detalhes ou comete erros por descuido, tem dificuldade de manter a atenção em tarefas ou atividades lúdicas, parece não escutar quando alguém lhe dirige a palavra diretamente, não segue instruções até o fim e não consegue terminar trabalhos ou

tarefas, tem dificuldade para organizar tarefas e atividades, não gosta ou reluta em se envolver em tarefas que exijam esforço mental prolongado, e perde coisas necessárias para tarefas ou atividades; frequentemente é distraído facilmente por estímulos externos, e esquecido em relação a atividades cotidianas.

Hiperatividade e impulsividade: frequentemente o indivíduo remexe ou batuca as mãos ou os pés ou se contorce na cadeira, levanta da cadeira em situações em que se espera que ele permaneça sentado, corre ou sobe nas coisas em situações em que isso é inapropriado, é incapaz de brincar ou se envolver em atividades de lazer calmamente, “não para” agindo como se estivesse “com o motor ligado”, fala demais, deixa escapar uma resposta antes que a pergunta tenha sido concluída, tem dificuldade para esperar a sua vez, e frequentemente interrompe ou se intromete. Em adolescentes ou adultos, os sintomas de hiperatividade e impulsividade podem se limitar a sensações de inquietude.

Segundo os critérios do DSM-5 (2014), para que um indivíduo seja diagnosticado com TDAH é necessário que apresente seis ou mais sintomas em cada uma das categorias descritas acima, por um período superior a 06 meses, averiguando se tais sintomas já estavam presentes antes dos 12 anos de idade, se os mesmos estão presentes em dois ou mais ambientes, e se há evidências claras de que os sintomas interferem ou reduzem a qualidade do funcionamento social, acadêmico ou profissional do indivíduo; outro aspecto a ser considerado é se os sintomas apresentados não são decorrentes de outros transtornos, como: esquizofrenia, transtornos psicóticos, alterações neurológicas e sensoriais.

Em relação a origem do TDAH, trata-se de um transtorno de base neurobiológica, no entanto, ainda não há um marcador biológico estabelecido para seu diagnóstico (APA, 2013 apud. SILVA, 2015). De acordo com Silva (2015) a origem do TDAH tem sido constantemente associada a fatores genéticos e psicossociais, e como complementa Papalia e Olds (2013) em relação a base genética do transtorno, existe um fator de hereditariedade próximo a 80%, que também pode ser influenciado por outros fatores, tais como: “complicações do parto, prematuridade, uso de álcool ou tabaco por parte da mãe e privação de oxigênio”.

De acordo com Guardiola (2015) as pesquisas e testes neuropsicológicos que vem sendo realizados tem revelado déficits no funcionamento do córtex pré-frontal

direito, defendendo que este apresenta um desenvolvimento lento e disfuncional em relação a indivíduos que não apresentam o transtorno. Segundo Barkley e Diamond (2010; 2013, apud. Silva, 2015) os indivíduos diagnosticados com TDAH apresentam prejuízos nas funções executivas, prejuízos esses advindos dos déficits do córtex pré-frontal, já que este é responsável pelas funções executivas.

As funções executivas são responsáveis pelas habilidades autodirigidas a metas, ao planejamento de ações, ao freio inibitório, à atenção prolongada, à resolução de problemas e a manipulação de informações durante a execução de atividades cognitivas (MALLOY-DINIZ, SEDO, FUENTES, & LEITE, 2008). Tais habilidades são fundamentais para manter a qualidade do funcionamento social, acadêmico ou profissional do indivíduo, daí emerge as dificuldades para os indivíduos com TDAH.

2.2. Relação entre indisciplina e TDAH

Segundo Souza (2013) expressões como “indisciplina”, “mau comportamento” e “má educação” são constantemente pronunciadas por professores ou outros profissionais da educação, e frequentemente atribuída aos alunos que já apresentam um histórico de problemas familiares, sociais, econômicos ou mesmo de insucesso escolar.

De acordo com Luengo (2010) os alunos que manifestam formas de comportamento que se distanciam dos padrões considerados “normais”, são vistos como indisciplinados ou desajustados; a autora chama a atenção para o fato de comportamentos que já foram considerados comuns da infância, serem confundidos com distúrbios ou transtornos do comportamento; e questiona o que aconteceu nos últimos anos para tal, que tem impulsionado os profissionais da educação a buscarem auxílio de especialistas da saúde para lidar com tais comportamentos.

A autora complementa ao afirmar que os alunos que fogem ao padrão de normalidade estabelecido pela sociedade passam a ser vistos a partir do olhar crítico de um sistema que não respeita as características singulares; como bem exemplificado por Signor (2013) “(...) se a criança pouco brinca, pouco fala, pode ser “autista”; se muito brinca, muito fala, apresenta-se resistente e desobediente, pode ser “hiperativa”; se troca as letras ao escrever é “dislética”; se tem

dificuldades para aprender é “deficiente mental””. Segundo o autor quando a criança apresenta um ritmo aquém do esperado, logo busca-se por especialistas a fim de encontrar o “problema”, problema este que nunca é da escola, do professor que por vezes não está preparado ou das práticas educacionais; e é neste universo construído a partir do discurso higienizante que os alunos são em larga escala patologizados.

Como mencionado por Signor, o sistema educacional é pautado, ainda nos dias atuais, pelo discurso higienizante, que é explanado por Luengo (2010) ao afirmar que o movimento de higienização, patologizava tudo e todos que fugissem do padrão de normalidade, considerando- os “anormais”; e assim, a escola é, ainda nos dias de hoje, uma “instituição selecionadora e punitiva”, que ao não aceitar as diversas maneiras de pensar e agir de seus alunos, tenta lhes impor um comportamento padrão, igualando-os, e os alunos que resistem a esse modelo são excluídos, punidos, ou encaminhados para profissionais da saúde, pois o problema “não” é do modelo pedagógico e sim dos próprios alunos, e dessa forma ocorre a patologização, definindo como doentes, aqueles que desviam do “padrão” pré-estabelecido.

Bassani et al. (2011) complementa esta ideia ao afirmar que ao longo da história da educação vem se caracterizando uma forma padronizada de ver o aluno, desconsiderando suas múltiplas características individuais, e a partir da crença de aluno ideal, ou seja, normal, cobra-se a redução das diferenças individuais. De acordo com Reghelin (2015), no momento em que a escola passa a considerar o que é diferente como sinônimo de doença, está buscando na patologia uma resposta para suas falhas.

Segundo Christofari, Freitas e Baptista (2015) transforma-se algo que deveria ser relacionado à questão pedagógica em supostos distúrbios e “crianças que em dada época eram tidas como levadas, sapecas, introvertidas, agitadas, teimosas, indisciplinadas agora são diagnosticadas com os mais diversos transtornos, déficits, desvios”.

Meira (2012) é enfática ao questionar onde fica a linha tênue que determina qual é o aluno que participa ativamente das aulas e o aluno que é considerado hiperativo, ou o ponto que distingue um transtorno da falta de adaptação as normas estabelecidas; pois afirma que as semelhanças diante de um aluno com TDAH e de

um aluno considerado indisciplinado são assustadoras. A autora salienta ainda que os professores não devem esperar que ao entrar na escola os alunos deixem os hábitos e comportamentos cotidianos do lado de fora e adaptem-se instantaneamente às regras e normas impostas pela instituição, apresentando-se “naturalmente” disciplinados, atentos e silenciados.

2.3. A importância de analisar todos os fatores envolvidos

De acordo com Luengo (2010) é comum no cotidiano escolar que as crianças que apresentam comportamentos que fogem a norma construída socialmente, sejam vistas como indivíduos com TDAH ou mesmo outros transtornos.

Segundo Renca (2008), os comportamentos indisciplinados dos alunos são em grande parte influenciados pelo meio social em que vivem, podendo ser internos à escola, ao se considerar o ambiente escolar, o modelo pedagógico e a gestão escolar; ou externos à escola, pensando-se no ambiente familiar e todo o meio social no qual o aluno está inserido.

Leonardo e Suzuki (2016) ressaltam em seu artigo, que os comportamentos inadequados dos alunos não devem ser compreendidos como um aspecto isolado, que se estende no máximo até a sua família; é necessário olhar por um panorama amplo, que se expande ao contexto escolar, social, histórico e político, afinal “o aluno não é um ser a-histórico a-social, ele pertence a uma sociedade e a uma cultura” e recebe constante influencia destas.

Segundo Signor (2013) a patologização desenfreada da educação, transforma as questões sociais, educacionais e políticas em questões médicas, ao não considerar todos os aspectos envolvidos no cotidiano da criança. O autor ainda salienta que o educador deve estar atento para não confundir instabilidades comuns da criança, provocadas por cansaço ou estresse, com condições patológicas; e com isso acabar por influenciar os pais, que motivados pelo educador buscam por ajuda médica/psicológica afim de tratar os comportamentos ditos “anormais”, como afirma Luengo (2010).

Alves, Neme e Cardia (2014) salientam que o TDAH envolve variáveis complexas, que demandam a necessidade de uma avaliação minuciosa e completa. Em consonância com as autoras, Barkley (2008) afirma que o diagnóstico do TDAH

requer o trabalho interdisciplinar de diversos profissionais, experiência na área e atualizações constantes referente aos critérios diagnósticos e últimas pesquisas publicadas.

De acordo com Stroh (2010), considerando a complexidade do transtorno, como já mencionado por outros autores, faz-se necessário uma investigação rigorosa, que reduza qualquer possibilidade de um diagnóstico errôneo, e para isso é necessário o envolvimento de profissionais de diferentes áreas, como fonoaudiologia, pedagogia, fisioterapia, neurologia, psiquiatria, psicologia, e outros, caso haja necessidade. Silva (2015) defende que a avaliação neuropsicológica também é um instrumento relevante no decorrer do diagnóstico de TDAH, pois assim, o diagnóstico pode ser apoiado por exames de imagem, como: tomografia, ultrassonografia e ressonâncias, tornando-o mais palpável e imune a erros.

Segundo Stroh (2010), a equipe multidisciplinar também será de fundamental importância para expandir as possibilidades de intervenções e logo, para a melhora do transtorno. Papalia e Olds (2013) ressaltam que atualmente há diversas possibilidades de intervenção para o TDAH, podendo ser equilibrado por medicamentos específicos, acompanhado por sessões de terapia comportamental, treino em habilidades sociais e

intervenções escolares; as autoras ainda afirmam que o tratamento ideal “seria uma combinação de medicação, terapia psicológica e mudanças no ambiente familiar e escolar”.

Brzozowski e Caponi (2013) alertam sobre as consequências de patologizar comportamentos ditos inadequados que até pouco tempo atrás eram considerados normais e ainda afirma que “[...] enquadrar uma criança em um diagnóstico psiquiátrico apresenta sérias consequências indesejáveis, e acaba sendo mais útil para a sociedade e para o entorno da criança do que para a própria criança” (BRZOZOWSKI; CAPONI, 2013, p. 209).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise da bibliografia estudada, é possível concluir relatando algo simples, porém, que não é considerado por todos os profissionais, sejam eles da área da educação ou da área da saúde, que é a importância de olhar o indivíduo

(aluno ou paciente) não como um ser isolado, mas dentro do amplo contexto (familiar, social, cultural e político) no qual ele vive, considerando os estímulos recebidos e as dificuldades encontradas; a fim de não transferir para o aluno/paciente um problema que na verdade é social, cultural, político ou educacional, rotulando ou patologizando o aluno de maneira precoce ou mesmo injusta.

Saliento ainda, que a fim de minimizar as chances de um diagnóstico errôneo, ou seja, de que o indivíduo seja patologizado injustamente, por um “problema” que na realidade não é dele, é fundamental que o diagnóstico seja realizado por uma equipe multidisciplinar, preparada para atendê-lo, e que além das dificuldades apresentadas pelo indivíduo sejam considerados também o meio no qual ele vive e a análise de testes e exames validados cientificamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. M. A. N.; NEME, C. M. B.; CARDIA, M. F. Avaliação neuropsicológica de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) Revisão de literatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, p. 760-769, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais- DSM-V**. São Paulo: Artmed, 2014.

BARKLEY, R. A. **Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade: Manual para diagnóstico e tratamento**. Porto Alegre: Artmed. 2008.

BASSANI, E. et al. O fracasso escolar em uma escola municipal de Vitória: A patologização dos problemas escolares. In: XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação Jubileu de Ouro da Anpae, n. 11, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Biblioteca Anpae, 2011.

BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. N. C. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Revista: Psicologia**

Ciência Profissão, Brasília, v. 33, n. 1, p. 208-219, 2013.

CHRISTOFARI, A. C.; FREITAS, C. R.; BAPTISTA, C. R. Medicalização dos modos de ser e de aprender. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, 2015.

GUARDIOLA, A. Transtorno de atenção: aspectos neurobiológicos. In: ROTTA, N. T.;

OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. (Orgs.). **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. P. 262-273.

LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal: Revista de Psicologia**, Maringá, v. 28, n. 1, p. 46- 54, jan./abr. 2016.

LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 142 p. Disponível em <<http://books.scielo.org>>.

MALLOY-DINIZ, L. F.; SEDO, M.; FUENTES, D.; LEITE, W. B. Neuropsicologia das funções executivas. In: FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L. F.; CAMARGO, C. H. P.;

COSENZA, R. M. **Neuropsicologia: Teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 187-206.

MEIRA, M. E. M. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 135-142, jan./jun. 2012.

PAPALIA, D.; OLDS, S. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

REGHELIN, M. M. A medicalização do fracasso escolar. **Revista de Psicanálise – Grandes Temas do Conhecimento**, São Paulo: Editora Mythos, ed. 4, 2015.

RENCA, A. A. **A indisciplina na Sala de Aula: Percepções de Alunos e Professores**. 2008. 226 p. Dissertação (Mestrado em Análise Social e Administração da Educação) – Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, Aveiro. 2008.

SIGNOR, R. Transtorno de déficit de atenção / hiperatividade: uma análise histórica e social. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 1145-1166, set. 2013.

SILVA, F. M. **Estudo psicofísico da atenção visual e avaliação cognitiva em adolescentes com TDAH**. 2015. 198 fls. Tese (Doutorado em Ciências do Comportamento – Área de Concentração: Cognição e Neurociências do Comportamento) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília. 2015.

SOUZA, C. **A indisciplina na sala de aula: enfoque psicodinâmico nas relações entre professores e alunos**. 2013. 155p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria) – Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Saúde, Setúbal. 2013.

STROH, J. B. TDAH - diagnóstico psicopedagógico e suas intervenções através da Psicopedagogia e da Arteterapia. **Revista: Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 18, n. 17, p. 83-105, 2010.

ADOLESCÊNCIA COMO PASSAGEM PARA A FASE ADULTA: CRISES E OPORTUNIDADES

RAFAEL, Brenda Helena¹³

SANTOS, José Wellington dos¹⁴

RESUMO

A adolescência é uma fase de oportunidades para que o sujeito conquiste autonomia e defina sua identidade. É possível dizer que as crises emocionais vividas pelo adolescente são normais e necessárias tendo em vista que a adolescência é uma fase importante dentro do processo de amadurecimento do sujeito. São definidas algumas características da adolescência onde fará parte do processo de passagem para a fase adulta. O propósito deste artigo é definir adolescência como fase do desenvolvimento e discutir as crises normais implicadas no processo do adolecer.

Palavras Chaves: Adolescência; Desenvolvimento; Crises; Fase Adulta.

ABSTRACT

Adolescence is a phase of opportunities for the subject to gain autonomy and define their identity. It is possible to say that the emotional crises experienced by the adolescent are normal and necessary considering that the adolescence is an important phase within the process of maturing of the subject. Some characteristics of adolescence are defined where it will be part of the process of transition to adulthood. The purpose of this article is to define adolescence as a stage of development and to discuss the normal crises involved in the process of adolescence.

Keywords: Adolescence; Development; Crises; Adulthood.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é um processo que ocorre durante o Desenvolvimento evolutivo do indivíduo, marca a transição do estado infantil para o estado adulto. As características psicológicas deste movimento evolutivo, sua expressividade e manifestações ao nível do comportamento e da adaptação social, são dependentes da cultura e da sociedade em que o processo se desenvolve. Somente em meados do século XVI passou-se a diferenciar infância, juventude e velhice.

As sociedades estabelecem os elementos que definem os status infantil e adulto, relatando essa transição entendendo o conjunto de critérios socialmente em

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). E-mail: brendaheloisa76@yahoo.com.br

¹⁴ Professor Mestre do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF). E-mail: wellingtonpsique@yahoo.com.br

vigor que marca a progressão do jovem para o status adulto. A escolaridade, por exemplo, pode ser utilizada como um dos critérios presentes em nossa cultura, e caracteriza uma diversidade de status dentro da sociedade.

A puberdade, é um processo decorrente das transformações biológicas, enquanto que a adolescência é fundamentalmente psicossocial, desencadeia alterações biológicas que intervêm na maturação das manifestações pulsionais que são inerentes a este período. A velocidade de maturação de cada setor (biológico, psicológico e social), e das partes que os compõem, são distintas caracterizando o adolescente de nossa sociedade. (LEVISKY, 1998)

2. O QUE É A ADOLESCÊNCIA?

Segundo NASIO, em seu livro, relata que a adolescência é, ao mesmo tempo, uma histeria e um luto, necessários para se tornar adulto. É uma passagem obrigatória, uma passagem delicada e atormentada, mas igualmente criativa, que vai do fim da infância ao começo da maturidade. Deixam de ser uma criança e caminham com dificuldade para o adulto que virá a ser. O adolescente deve ao mesmo tempo perder, conservar e conquistar: perder seu corpo de criança e o universo familiar no qual cresceu; conservando tudo o que sentiu, percebeu e desejou desde seu primeiro despertar, sua inocência de criança e conquistando finalmente a idade adulta, abandonando sua infância ao mesmo tempo que ainda ama, encontrando novas referências para consolidar sua identidade de homem ou mulher. (NASIO, J.-D., 2011)

Nessa fase há uma necessidade desesperada de pertencer a um grupo social. Os companheiros de idade a roda de amigos e a turma ajudam o adolescente a encontrar sua própria identidade em um contexto social. O apaixonar-se, que é uma ocorrência comum e frequente nesta idade, não é da natureza tão sexual quanto será em idade posteriores, é uma tentativa de projetar e testar o próprio ego por intermédio de outra pessoa a fim de clarear e refletir sobre si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento do mesmo, muitos adolescentes gostam mais de trocar ideias e discutir assuntos de identificação mútua do que trocar carícias. (MUSS, R. E., 5ª ed, 1966). O adolescente e seus problemas estão relacionados com a mudança de grupo. Ele não pertence mais a esse grupo infantil e não é mais

considerado como criança. Nem tão pouco pertence ainda ao grupo adulto e goza de seus privilégios, dessa forma, encontra-se em um estágio de transição social; ele está se transferindo de um grupo para outro, mas não pertence nem a um nem a outro. Alguns comportamentos infantis não são mais aceitos, enquanto algumas formas de comportamentos adulto não são ainda permitidas, ou se permitidas, são novas e estranhas. Não possui ainda uma compreensão clara de seu status social e de suas obrigações, seus comportamentos reflete essas incertezas de que em qual grupo ele pertencerá.

A transição do adolescente nessa fase é a descoberta reflexiva de si mesmo, através da mudança no seu autoconceito ingênuo e infantil para um conceito reflexivo e em fase de amadurecimento. A medida que o indivíduo cresce, especialmente nessa fase da adolescência, o mesmo desenvolve um conceito de tempo que torna o passado significativo, mas não se dirige apenas ao passado, como também ao futuro, que se torna significativo. É a fase onde começa a planejar sua vida, a estabelecer seus objetivos, fazendo escolhas quanto à sua educação e ir preparando para uma vocação, evidenciando aqui uma necessidade da orientação vocacional de um profissional qualificado. (MUSS, R. E., 5ª ed, 1966)

Os adolescentes confrontam com muitas alternativas, situações problemas envolvendo uma escolha autêntica. As dificuldades do adolescente nas sociedades complexas se relacionam com a presença de padrões conflitantes e a crença de que cada indivíduo deveria fazer suas próprias escolhas, sendo conflitoso. Fazer escolhas é um aspecto importante para o crescimento do adolescente, especialmente no período em que as necessidades sexuais começam a desempenhar um papel mais importante. Então, é fundamental que o jovem passe por certas circunstâncias na vida, onde ele aprenderá lidar e resolver conflitos, e também é fundamental que o adolescente tenha condições para aumento da percepção de si mesmo, dos fatores geradores de angústia, subsidiados que são pelas fantasias primitivas e atuais que invadem sua mente.

Havighurst, em seu livro "Developmental Tasks and Education" (p.45) apresenta um relato das tarefas evolutivas em cada nível de idade, ele define cada espaço de tempo compreendido entre 12 e 18 anos, indicando que a idade adulta e a maturidade estão sendo alcançadas pelo adolescente, são elas:

Aceitação do próprio físico e do papel masculino ou feminino; novas relações com os companheiros de idade de ambos os sexos; independência emocional dos pais e outros adultos; obtenção da independência econômica; escolha de uma ocupação e preparo para a mesma; desenvolvimento de habilidade intelectuais e de conceitos necessários para a competência como cidadão; desejo e obtenção de comportamento socialmente responsável; preparação para o casamento e para a vida de família; formação consciente de uma escala de valores, em harmonia com a visão científica do mundo. (MUSS, R. E., 5ª ed, 1966 p. 112, 113)

3. CRISES E OPORTUNIDADES

A crise na adolescência está relacionada ao período intermediário da vida em que a infância não terminou de acabar e a maturidade não terminou de nascer. Em nossa sociedade, onde os jovens conquistam sua autonomia muito tarde, levam-se em conta os estudos prolongados e o desemprego em massa, fatores que trazem essa dependência material e afetiva com a família. A emoção está envolvida na vivência de todas estas situações problemas do adolescente, a satisfação de seus desejos e a concretização de suas esperanças ao conseguirem atingir seus objetivos, conduzem a emoções agradáveis, mas conflitos e frustrações podem trazer sérias perturbações emocionais para o indivíduo. (NASIO, J.-D., 2011) Segundo CAMPOS, são várias as situações que despertam fortes emoções entre os adolescentes, onde são pressionados a enfrentar e resolver problemas que jamais foram experimentados anteriormente, mas que agora nesse período transição entre a infância e o estado adulto os mesmos são desafiados a encarar, tais como: preparação profissional; formação e busca do significado e finalidade de vida; descoberta de seu eu e de seu lugar de pertença no mundo; independência da família e estabelecimento de novas relações fora do grupo familiar, etc.

Atualmente, o adolescente é um ser muito conturbado que corre alegre a frente da vida e também para de repente, arrasado, arrebatado pela euforia da ação. Tudo é contraditório, pode ser tanto agitado quanto indolente, eufórico, revoltado e conformista, intransigente e esclarecido, em um certo momento, entusiasta, apático e deprimido, as vezes é muito individualista e exibe um orgulho ou, ao contrário, ele não se ama e sente-se insignificante e desconfiado de tudo. Entre os diferentes sinais que atestarão o fim dessa luta e a entrada na idade adulta, há, um essencial de que: o aprendizado de outra maneira de amar seus novos parceiros e de amar a si mesmo. (NASIO, J.-D., 2011)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de nosso artigo, procuramos expor a importância da adolescência no processo de desenvolvimento do indivíduo, trata-se de empenhar em aprender e descobrir formas em poder colaborar com esse processo de desenvolvimento do adolescente/jovem, através de estudos para a compreensão dessa fase de vida do ser humano, para que os mesmos possam desenvolver um caráter saudável e maduro perante os conflitos, realidades que a vida nos empoe.

É nesse mundo de contradições que o jovem precisa aprender a viver, com as suas ansiedades e com as do próximo, esperançoso e desejoso de encontrar-se, planejar a sua vida, controlar as mudanças, adaptar-se ao mundo externo e interno, para que assim, possa entrar com segurança no mundo adulto e sobreviver da melhor maneira possível consigo mesmo e com outros ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., KNOBEL M., **Adolescência Normal**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1981

CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 4ª ed. Petrópolis, RJ, 1975.

LEVISKY, D. L., **Adolescência: Reflexões Psicanalíticas**, Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998, 2ª. ed. rev. e atual.

MUSS, R. E. **Teorias da Adolescência**. 5ª ed. New York, U.S.A, 1966.

NASIO, J.-D. **Como agir com um adolescente difícil?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

O ESTRESSE ORGANIZACIONAL: PERSPECTIVAS AMBIENTAIS E GERENCIAIS

ALMEIDA, Vinicius Gonçalves de ¹⁵

MESQUITA NETO, Rui ¹⁶

RESUMO

O presente trabalho realizado sobre o viés dos estressores presentes na vida do indivíduo em seu ambiente de trabalho, resultou em um conhecimento dos elementos envolvidos no processo de estresse e principalmente conduziu a compreensão de que o trabalhador sofre por padrões institucionais, mobilização da execução do trabalho, fenômenos ligados às relações estabelecidas e as novas configurações em que o mercado se enquadra. Mediante ao contexto em que as organizações se estruturam, é possível perceber a dimensão da manifestação do estresse em diferentes formas, visto que cada indivíduo dentro de sua particularidade enfrenta os mesmos problemas existentes na organização, assim, sendo necessário um olhar para as alternativas e ferramentas que gerenciam e previnem o estresse em um ambiente tão comum para grande parte de trabalhadores.

Palavras chave: Estresse, Indivíduo, Organização, Trabalho.

ABSTRACT

The present monographic paper was done about the bias of the stressors present in the person's life in its workplace what brought a knowledge about the elements involved in the stress process and mainly, conducted the comprehension that the worker suffers because the institutional patterns, mobilization of work's execution, phenomena connected to the relation established and new configurations in that market is fitted into. Through the context in that organizations are structured is possible to realize the dimension of stress' manifestation in different ways, considering that each person inside its particularity faces the same existent problems inside the organization, thus, it has been necessary, a glance to the alternatives and tools that manage and previne the stress in that environment so shared for a great part of the employees.

Keywords: Stress, person, organization and work.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho sempre esteve presente na vida do homem desde a sua existência, constituindo assim, algo essencial primeiramente relativo à sua natureza, uma vez que o trabalho advém das potencialidades inerentes ao homem no qual interfere no meio, aprimorando os bens da natureza, desse modo podemos perceber que o homem desde o princípio sempre trabalhou, o que significa dizer que o valor do trabalho é o próprio ser humano, o sujeito no qual o trabalho está sob sua função.

¹⁵ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF. E-mail: viniciuss_aalmeidaa.02@hotmail.com.br

¹⁶ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF. E-mail: neto334@gmail.com

O valor do trabalho está intimamente ligado a quem dele realiza, pois é a partir da pessoa que se atribui o significado, a valorização e o sentido da sua produção (FILHO, 1994).

O trabalho sempre foi visto como algo inerente ao ser humano, principalmente como realização do homem, visto isso, Albuquerque e França (1998, apud SANTOS, 2014) salientam que o trabalho é o meio no qual se constrói a identidade, sendo uma condição de caráter social enquanto tange a existência do indivíduo, de modo que a forma como as pessoas trabalham, a maneira em que implementam e transformam a natureza, as relações interpessoais estabelecidas, e trocas de bens são determinantes para a saúde dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar uma reflexão em torno do capitalismo exacerbado no qual estamos vivendo, o que ocasiona uma desqualificação da saúde do trabalhador, pois os movimentos da sociedade giram em torno do produto do capitalismo, não implantando ações que condizem com a melhoria da saúde dos trabalhadores.

As mudanças que configuraram o trabalho, o torna hoje sem previsão do quanto sofrerá modificações. Vemos que a empresa que nos últimos anos em sua concepção, foi relativamente reestruturada, uma vez que era vista a princípio como capital, “trata-se de uma definição causal que apresenta implicitamente um conflito entre o capital e o trabalho” (FILHO, p. 24, 1994).

Ainda na mesma linha de raciocínio do autor, o mesmo aponta que a organização adotou uma nova configuração, o capital no qual se prioriza não se diz respeito ao modelo empregado de força de trabalho e sim ao capital humano, o mundo corporativo se tornou organismo, em que ser humano passou a ser investido como produtor e propulsor do conhecimento introduzido nas organizações como meio de inovação.

De acordo com as considerações de Neto e Koury (2015) o trabalho hoje é definido a partir de uma esteira de transformações e acontecimentos de natureza a vislumbrar a capacidade humana, de maneira que o trabalho é compreendido como o desenvolver de uma excelência.

Ressaltando novamente as mudanças no cenário do trabalho, Medeiros (2013) aponta para o processo de ordem socioeconômica em que o trabalho vem sofrendo, visto que no século XX o trabalho fabril teve seu ápice, contanto que a

sociedade capitalista se encontra em fusão com a alienação de valores se preocupando com os modos de produção.

Frankl (1990 apud FILHO, 1994) assinala que o trabalho poderia ser algo que se confere o caráter do homem, de modo que o valor do ser humano não se restringe a sua profissão mais sim ao quanto contribui com e para a sociedade na realização de seu serviço. Fica claro, então, que não é a profissão que faz o indivíduo alcançar sua plenitude e torná-lo um ser insubstituível, a profissão apenas é como uma ponte que faz com que o homem venha a ser único.

O estresse no trabalho fora causado por uma longa e extrema mudança gradativa, considerando o fato de ter sido modificado por vezes graças ao avanço da tecnologia sendo que com uma alta velocidade de inseriu no meio organizacional sem ao menos de adaptar ao ritmo dos trabalhadores e enquadre dos mesmo (CARVALHAL, 2008).

É importante olharmos para o ambiente de trabalho como propulsor de uma rede de estressores, pois são de lá que as relações se emergem, sendo uma espécie de desgaste emocional, o que acaba por acarretar transtornos específicos. O indivíduo com o estresse gerado pelo trabalho acaba por não corresponder a demanda do serviço (CARVALHAR, 2008).

Carvalhar (p.64, 2008) defende “por causa das normas e regras sociais as pessoas acabam ficando prisioneiras do politicamente correto, obrigadas a aparentar um comportamento emocional ou motor incongruente com seus reais sentimentos”. O que confere que a organização exerce uma força de poder sob o indivíduo, que se vê a serviço de uma instituição, que acaba por operar regimes e comportamentos do sujeito como se fossem uma máquina nos quais todos devem voluntariamente executar tais posturas e ações.

Quando falamos de estresse no trabalho logo nos remetemos à visão tradicional de chefes autoritários e pressões exacerbadas, embora uma boa parte dos problemas que desencadeia o estresse seja gerados pelo domínio dos chefes e pelas exigências, devemos considerar como importante os avanços da modernidade que acompanham um processo contínuo de adaptação das pessoas aos novos meios, acarretando sequelas que cujo os trabalhadores lutam contra as doenças da modernidade (BENKE; CARVALHO, 2008).

Considerando os fatores estressores tão emergentes no contexto organizacional se viu a necessidade de se pesquisar profundamente o estresse e seu manejo em interação do indivíduo com seu trabalho, de modo que a pesquisa tem como objetivo descrever o estresse no ambiente de trabalho e as alternativas e benefícios do gerenciamento dos fatores estressores.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. O Estresse

O Estresse é uma reação fisiológica do organismo frente a situações que provocam uma intensidade de resposta para o com meio, o que no seu êxito causa um certo desequilíbrio do estado físico, mental e emocional. A partir da explanação do conceito de estresse as pessoas passaram a reconhecer este estado em si mesmo, vemos que a grande massa identifica o estresse em diversas circunstâncias, por meio de entrevistas e questionários o estresse é uma resposta mais admitida atualmente (BENKE, CARVALHO, s.d).

Em 1926 o termo estresse foi utilizado pela primeira vez por Selye para apontar um conjunto de reações que os pacientes tinham que por determinadas patologias apresentavam, anos mais tarde Hans adequou o termo como uma resposta frente à síndrome geral de adaptação, sendo que em 1974 se designou o estresse como uma natureza de resposta do corpo as exigências (SEYLE, 1956 apud BENKE, CARVALHO).

O estresse começou a ser estudado em virtude do relatório desenvolvido pelo governo americano em 1979, que compôs uma compreensão mais acirrada sobre este fenômeno, apresentando intensas implicações na saúde mental e física De indivíduos, de maneira que o estresse adotou um caráter patogênico visto os efeitos que atingiu em inúmeras pessoas, em média 50% dos indivíduos doentes se encontravam em um quadro associado ao estresse (LIPP, MALAGRIS, 2001).

Embora os primeiros interesses sobre o estresse se iniciou por vias de pesquisas internacionais, no Brasil os estudos iniciais se deram em Campinas no interior de São Paulo, onde se encontrava o centro de pesquisas destinadas aos estudos Psicofisiológicos do Estresse, enquanto a PUCCAMP e o centro Psicológico de Controle de estresse que desempenhou 12 dissertações relacionadas ao

estresse, isso aponta para o que Lipp e Malagris (2001) chamam de pesquisas brasileiras, visto que muitas pesquisas na área da psicologia são desenvolvidas primeiramente no exterior para depois serem implantadas para o Brasil, o nosso país contempla estudos introduzidos no próprio cenário brasileiro.

Um fator estressor é definido a partir de qualquer situação que desencadeia um estado emocional forte que comporta uma ruptura da homeostase interna, aonde o indivíduo procura um meio para se adaptar (LIPP, MALAGRIS, 2001).

De acordo com Hans Selye (1926 apud LIPP, MALAGRIS, 2001) o estresse é “um conjunto de reações não específicas que ele havia observado em pacientes sofrendo das mais diversas patologias”. Este autor designou a reação do estado de estresse como uma síndrome geral de adaptação, sendo que no ano de 1974 definiu o estresse como uma resposta fisiológica do corpo frente a uma exigência, conforme as concepções de Selye:

Estresse é definido como uma reação do organismo, com componentes físicos e/ ou psicológicos, causada pelas alterações psicofisiológicas que ocorrem quando a pessoa se confronta com uma situação que, de um modo ou de outro, a irrita, amedronta, excita ou confunde, ou mesmo que a fala imensamente feliz (LIPP, MALAGRIS, p. 279, 2001).

Nesse sentido o estresse é tido como uma resposta psicofisiológica dos recursos psíquicos e recursos fisiológicos mediante os estímulos aversivos que confronta a homeostase do indivíduo, o mesmo procura respaldo para enfrentar a situação divergente ao mesmo tempo em que desqualifica o equilíbrio do bem estar.

É importante entender como que o estresse é desencadeado e mantido, e para isso que Lipp e Malagris (2001) falam que o estresse é um processo em virtude de que no instante em que se inicia a fenômeno simultaneamente se instala um processo bioquímico que acomete todas as pessoas independentes da tensão, sendo os sintomas parecidos como taquicardia, tensão muscular, sudorese exacerbada, estado de alerta e boca seca.

Entretanto quando este processo já alcança um caminho considerável às diferenças na manifestação são vistas, pois neste momento está ligado com a genética que se junta com a fraqueza individual de cada pessoa (LIPP, MALAGRIS, 2001).

O estresse sempre tem que ser visto pela perspectiva da probabilidade de

levar o indivíduo ao desequilíbrio do organismo se estendendo por períodos longos ou agudos, no entanto nem todo quadro leva ao desgaste descrito anteriormente pois depende de seu tempo de duração, da intensidade da vulnerabilidade da pessoa e de como a mesma administra-o (LIPP, MALAGRIS, 2001).

Em 1979 o fisiologista Bernard salientou o equilíbrio interno do organismo, ressaltando que o mesmo necessita de um ambiente explícito completamente adaptável e que mantenha o equilíbrio do organismo, enquanto em 1939, Canon também fisiologista utilizou-se do termo homeostase para descrever o equilíbrio buscado pelo organismo vivo com a finalidade de se preservar. Nesse sentido o conceito de homeostase adquiriu um caráter preponderante e até mesmo associado ao estresse, pois o quadro está intimamente relacionado ao rompimento do equilíbrio interno do organismo em virtude da ação acelerada do sistema nervoso simpático e a desaceleração do parassimpático.

Devemos entender como que é ativado o processo de estresse uma vez que devemos considerar que o organismo tem suas defesas próprias, quando uma ação do organismo é extremamente acelerada, mas que acontece em um momento preciso é tido como necessária e responsável por preservar a vida, o que significa dizer que o organismo se encontra em uma condição de alerta garantindo a segurança do organismo frente a uma ameaça. Desse modo esta reação do corpo é considerada como uma defesa automática, embora essa resposta fisiológica seja coerente com a situação, ou melhor, próprio de todo organismo vivo que preserva sua integridade, o que aciona o estresse é quando este estado de alerta é desenvolvido de maneira excessiva ou em um momento que não se faz necessário, para especificarmos melhor Lipp e Malagris (2001) nos dá um exemplo, como em uma reunião ou em momentos de estresse interpessoal o organismo começa a desempenhar os sinais de prontidão como a tensão muscular, sendo que o momento no qual a pessoa se encontra não atribui a necessidade de preparo.

Quando a reação dos fatores estressores se inicia, a adrenalina permanecerá no organismo durante um tempo, esse tempo causa a perda da homeostase, isso aponta que o indivíduo pode sofrer o estresse em virtude de uma série de eventos, salientando que se o estresse for convergente com a situação o processo terá um fim mais rápido, sendo assim as cognições não manterá as tensões (LIPP,

MALAGRIS, 2001).

2.2. Estresse e Ambiente de Trabalho

De acordo com Veloso (2018) o indivíduo é fruto de uma construção simbólica em que todo o contexto em que foi criado, assim como os valores e perspectivas são fundamentadas de significados que foram construídos ao longo da história o que implica ativamente na estrutura social em que se funde o relacionamento, pois junta-se a identificação individual em que o sujeito tem sua própria cultura com a relação a ser estabelecida em uma organização cuja sua essência se pauta de outras concepções

O trabalho em si não é tido somente como uma fonte que causa bem estar no homem tem o seu outro lado que indica a geração do mal estar sendo este mal-estar de caráter ocupacional ligado aos efeitos das condições em que o profissional realiza o seu trabalho sendo entendido como uma consequência do que hoje conhecemos como estresse profissional e se desdobrando sobre outros aspectos relacionados à insatisfação, ao esgotamento, a ansiedade, a depressão e o desejo de deixar o serviço (MURCHO, JESUS 2014).

Kroemer e Grandjean (2005) apontam para oito condições nos quais causam o estresse no ambiente de trabalho: A falta de controle das determinações que envolvem o núcleo de trabalho, que são tidas como fator geracional para o estresse, uma vez que o indivíduo que se beneficia deste cargo participa ativamente de sua própria rotina, da dinâmica de tempo e principalmente do monitoramento do trabalho; A assistência advinda dos colegas de trabalho assim como dos supervisores contribui para a minimização de outros estressores presente no ambiente de trabalho, no entanto a falta desse auxílio consiste em uma condição que ocasiona o estresse; A vivencia da junção de estressores, da carga pesada de trabalho, dos acontecimentos atribuídos à funcionalidade do trabalho se torna penoso e refletidos na carreira do indivíduo provocando um sofrimento; Os prazos impostos caracterizam como estressores, visto que a demanda de atividades, as exigências de caráter a aprimorar o desempenho se vincula a um leque de determinações imediatas; A estabilidade do emprego contempla a segurança, o indivíduo se sente útil e desprovido do sentimento de não ser necessário, é preciso que as organizações se pautam em colocar os funcionários em ocupações em que

desempenhem suas habilidades usufruindo de capacidades que podem servir a longo prazo. De modo que a falta de segurança assegura mais um fator estressor; o excesso de responsabilidade é capaz de ofuscar o humano do indivíduo, que atuando no cargo em que lhe foi destinado acaba por responder por muitas vidas e as condições de bem-estar sendo a causa para o desenvolvimento de úlceras e problemas de hipertensão; Problemas ambientais_ que interferem no trabalho como ruídos exagerados, espaços pequenos e clima organizacional marcado por divergências; reunir diversas demandas pode causar sobrecarga assim como ao contrario causa o impacto de incompetência, o que confere que a complexidade é um fenômeno caracterizado pelas diferentes demandas, há trabalho que não comporta a complexidade se tornando monótono causando insatisfação, enquanto o excesso causa desconforto com as próprias capacidades.

McShane e Glinow (2014) nos traz três fatores extremamente importantes e por vezes jamais pensados que poderiam se transformar em causadores de estresse sendo eles: assédio moral, assédio sexual e sobrecarga de trabalho. O primeiro se destaca pela competição acirrada mesclada pelos inconvenientes comentários verbais, atitudes discriminatórias que afetam a estabilidade psicológica do indivíduo. Atualmente os americanos advertem sofrerem assédio em seus empregos pelo menos uma vez por semana, visto que a população hoje se concentra mais indelicada do que há 20 anos. Vemos que esse fenômeno ocorre em todo mundo, o governo do Canadá aprovou a legislação contra o assédio no trabalho recebendo 2.500 indivíduos apresentando suas experiências.

Enquanto o assédio sexual acontece por meio da subordinação de relações sexuais em prol de recompensas, ou quando o indivíduo recebe violação de sua imagem na qual é divulgada, constituindo assim um ambiente hostil. A sobrecarga de trabalho se diz respeito ao advento da tecnologia e da globalização que acabou por estender as horas de trabalho, em virtude da caixa de e-mail, a estratégias de marketing e até mesmo pelo próprio desejo do trabalhador em ter mais acaba por aumentar seus honorários. (MCSHANE; GLINOW, 2014).

Outra causa do estresse é o chamado esgotamento, que é uma consequência a nível particular, mas que se distribui a esfera emocional diminuindo os sentimentos de realização pessoal se caracterizando primeiramente pela falta de ânimo perpetuada e pela sensação de que os respaldos emocionais foram esgotados, em

seguida o indivíduo é atingido pela despersonalização, o trabalhador passa agir como uma máquina frente às normas e burocracias estendidas pela empresa, tendendo a tratar os clientes de forma superficial. Contudo, o indivíduo chega à fase final, sofrendo pela perda da confiança em suas habilidades pessoais desenvolvendo assim a desesperança e desacreditando em seu potencial (MCSHANE; GLINOW 2014).

As principais consequências geradas pelo estresse no trabalho se dizem respeito a uma esfera representada pela insatisfação no trabalho o que é uma consequência do estresse organizacional. De modo que esta insatisfação proporciona quatro tipos de consequências sendo a primeira delas a demissão ou o afastamento do próprio indivíduo frente a situações nas quais não vê saída, em segundo lugar, o indivíduo tende a opinar colocando o seu ponto de vista em prol de situações que não são cabíveis a sua opinião se constituindo como insatisfatória, em terceiro lugar, o comodismo, o funcionário espera que o problema no qual emerge se resolva por si só e, por último, acontece a negligência da qualidade do serviço decaindo o índice de desempenho, visto que o compromisso com a instituição acaba por ser abalado pois o vínculo emocional entre o trabalhador e a organização se torna mais burocrático e calculista em questões do retorno até mesmo financeiro e satisfatório para o indivíduo (MCSHANE; GLINOW 2014).

Um das consequências mais calorosas que gera um impacto na produção é o baixo rendimento que é fortemente articulado com o manejo interno de suas habilidades, trabalhadores em contato com máquinas ficam mais estressados por sofrerem com a falta de controle, pois envolve um ritmo determinado por cronogramas, além de ser monitorado. A capacidade de energia a ser liberada em função dos maquinários por vezes não condiz com o que o indivíduo pode desempenhar (MCSHANE; GLINOW, 2014).

O grande problema dos riscos psicossociais é justamente a questão do apoio social, da família, de onde o trabalhador e todos nós vamos recarregar as nossas baterias, para no dia seguinte ou na semana seguinte, voltarmos ao trabalho. A falta desse apoio social por parte da família, de colegas e, principalmente, da empresa é fator de risco que temos de analisar (CAMARGO, 2014, p. 160).

O contexto em que o indivíduo está inserido é extremamente importante para seu desempenho no trabalho, pois é de lá que a sua vida se movimenta e

principalmente é a partir das relações interpessoais fora do trabalho que se acumula energia positivas ou negativas.

O trabalhador leva automaticamente os conteúdos mau elaborados de seu ambiente de convívio para o serviço, pois os conteúdos internos é fruto da percepção de mundo e do significado dado aos problemas que cerca o indivíduo. Isso aponta que o indivíduo não é um ser separado de seus problemas gerados pelas impressões internas, o mesmo o acompanha.

De qualquer modo o estresse afeta ativamente a prestação de mão de obra e a qualidade do serviço, sendo de suma importância o enfrentamento do estresse, pois minimiza os efeitos adversos sobre o bem-estar do trabalhador. O trabalho com o estresse envolve um amplo leque precauções sendo alguns deles alimentação, exercícios físicos, relaxamento, trabalho com as emoções e qualidade de vida (PRADO, 2015.).

2.3. O gerenciamento do estresse como fator benéfico ao trabalho

O estresse é um fenômeno de tal importância para o funcionamento fisiológico e psíquico que é capaz de interferir sobre a produtividade do ser humano, é o que Lipp e Malagris (2001) delimita como uma correlação positiva e negativa do estresse sobre o desempenho do indivíduo, a princípio a correlação é positiva enquanto o estresse se torna relevante, acentuado, dando resultados favoráveis a produtividade, ou aumentando e fazendo até mesmo que a criatividade seja sofisticada, assim, a pessoa é capaz de gerar novas ideias, no entanto, quando o estresse é excessivo, a queda da produtividade é inevitável, conseqüentemente, o indivíduo perde completamente sua criatividade e produtividade.

O que faz o estresse ocupacional se agravar é quando o indivíduo tem consciência de poucas possibilidades, se defrontando com autonomia e falta de controle, o que significa dizer que uma nova situação sempre exigirá recursos externos do indivíduo, e isso depende muito de suas crenças e expectativas (BENKE; CARVALHO, s.d).

Mediante a realidade do estresse no trabalho, o gerenciamento do estresse tem surtido efeitos positivos uma vez que ensina os trabalhadores sobre a natureza do seu estresse, o que está produzindo o mesmo, os efeitos dos estressores sobre a saúde e principalmente o que fazer para reduzir esse quadro.

Charlesworth e Nathan (2013) falam do gerenciamento de tempo e dos exercícios de relaxamento, sendo que o treinamento em gestão do estresse tem como finalidade reduzir em tempo curto e os sintomas mais causados pelo estresse como, por exemplo, a ansiedade e distúrbios do sono, contribuindo simultaneamente para organização, por ser um investimento prático e fácil de ser inserido.

A princípio as relações sempre foram um meio propício para o desenvolvimento de estresse de modo que Milkovich e Boudreau (2000) desenvolveu um programa em prol das relações dos trabalhadores incluindo cinco componentes norteadores do seu programa, sendo o primeiro que privilegia a comunicação como fator preponderante das relações, mestrados pela solicitação de sugestões e opiniões sobre os assuntos de trabalho de forma que as comunicações se configuram no companheirismo; em um segundo momento, o autor assinala a cooperação como uma forma de compartilhamento, visto que a organização depende deste processo para cumprir com as suas funções; em terceiro lugar, se admite a proteção, considerando que um trabalho é um espaço que se deve contemplar o bem-estar dos funcionários, segurança e as relações saudáveis devendo ser alimentadas, visto que as retaliações ou perseguições são tidas como aspectos desproporcionais ao local de trabalho. Por conseguinte, o componente da assistência se diz respeito à organização, corresponder às necessidades de cada funcionário para que os mesmos possam sentir apoiados e, por último, a disciplina e o conflito enfatizando a clareza das regras (CHIAVENATO, 2010).

Quanto para os problemas ambientais, Chiavenato (2010) assinala que assim como a definição casual de saúde que foi apontada pela Organização Mundial de Saúde também se aplica ao contexto da organização, pois o trabalho inclui riscos físicos e de natureza biológica e química o que implica em condições favoráveis para o estado físico e mental e social do indivíduo que trabalha, sendo assim Chiavenato (2010) adverte sobre a saúde ocupacional e vinculada à assistência médica preventiva que se intitula na Lei nº 24 de 12 a 14 outubro de 1994, que compõe a exigência de exames médicos admissionais, entre outros exames que se diz respeito à mudança de função, transferência e de desligamento. Ademais, o autor prioriza o programa de Medicina Ocupacional, pois o mesmo enfatiza ações preventivas e promocionais da saúde, incluindo palestras, mapeamento de riscos ambientais, relatórios em períodos determinados de tempo, relatando a condição do

indivíduo, exames clínicos, avaliações e outros exames complementares sempre visando a qualidade do contexto em que o indivíduo está inserido e principalmente a sua vida.

Como ressaltado anteriormente, os fatores estressores se desdobram sobre a complexidade da demanda, que também tem se tornado um fator propenso ao estresse de modo que Chiavenato (2010) traz um recurso que pode ser aliado contra este fator, sendo denominado de indicadores de desempenho que se constitui na avaliação dos resultados obtidos, o que pode configurar um estímulo para mostrar aos funcionários seus desempenhos, mesmo que insatisfatórios, a pontuar de possibilidade aonde a mudança pode acontecer, é a principal a contribuição de um bom desempenho para a empresa. Uma vez que os indicadores de desempenho agregam valores ao negócio, atua sobre as necessidades dos colaboradores, além de indagar a organização sobre o papel em que a gestão de pessoas está executando.

O gerenciamento de estresse traz resultados positivos, visto que os fatores geradores do estresse estão condicionados ao ambiente de trabalho, significando que uma alteração no sistema organizacional pode ser preciso em conjunto com a identificação dos fatores de estresse, como os conflitos gerados pela expectativa demasiada e carga horária excessiva.

No mais tocante, o estresse não é somente negativo, ele pode ser positivo quando é provocado pelo calor do momento devido a felicidade exacerbada, o entusiasmo e os desafios que o ser humano pode enfrentar em seu cotidiano em busca de alcançar o que tanto almeja. De acordo com Benke e Carvalho (s.d) os estressores ocupacionais são intimamente associado a sobrecargas de trabalho que devem ser atingidas a curto prazo, que são por sua vez, mediadas pela interrupção, autoridade, autonomia e a falta de visão de futuro quanto aos funcionários e ao seu convívio o que resulta em pessoas insatisfeitas com seu trabalho. Para que essa problemática não venha se concretizar é preciso que o indivíduo tenha uma certa cognição flexível frente a situações, pois a resposta que o indivíduo tem é muito importante, pois o fator de estresse organizacional pode não ser visto como estressante para pessoa (PASCHOAL; TAMAYO 2006 apud BENKE; CARVALHO s.d)

O que este autor traz é uma visão nova e, ao mesmo tempo, contribui para

com o fato do que se pode designar fator estressante na organização, pois nos leva a indagar e levar em consideração a percepção do indivíduo frente às diversas situações existente dentro de uma empresa. Este autor citou o exemplo do excesso de trabalho, que pode ser encarado pelo trabalhador como uma questão positiva e estimulante (BENKE, CARVALHO, s.d).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem trabalha desde princípio, sendo que ação de desempenhar um papel está nas raízes do ser humano, que construiu seus meios de sobrevivência se desdobrando como um produtor no contexto em que é inserido. Portanto, o trabalho é voltado para o homem em um primeiro momento, em prol de sua sobrevivência, passando a se tornar algo que faz parte do ser humano edificando-o e fazendo com que se sinta útil.

Considera-se válido que as empresas vêm enfrentando um processo de transformação contínuo, em que é convertido o trabalho do homem em padrões que causam insatisfação e mau aproveitamento dos recursos disponíveis.

Valendo-se dos principais estressores elencados no trabalho, os mesmos competem a dinâmica da organização, como falta de controle das tarefas que é um aspecto no qual é apresentado no meio organizacional em virtude da demanda exercida, a ausência de auxílio por parte dos integrantes da equipe é um peso significativo, pois se diz respeito a comunidade em que se é construída no trabalho, visto que o mesmo é um meio social, enquanto a vivência de diversos fatores estressores em consonância com as atividade do trabalho tende a ser uma carga negativa pois o indivíduo. A pressão exercida sob o trabalhador corresponde à introdução de um autoritarismo que acaba por fundir as capacidades do indivíduo e o esgotando. Os prazos que são determinados se vincula de certo modo a incompatibilidade do que a habilidade humana pode conferir, desdobrando do fato do ser humano sempre vincular as suas capacidades adaptadas, já a falta de segurança no serviço adere um forte estressor, pois o indivíduo trabalha temendo a todo momento um corte. Com efeito a responsabilidade também se torna estressante quando a mesma deixa de ser um critério para se tornar excessiva e permeada de representações legais, no entanto fatores de cunho ambiental

transforma o ambiente penoso e inadequado para o indivíduo pois não comporta condições reconfortantes para acolher pessoas, enquanto a reunião de diversas demandas acrescenta a sobrecarga e a sensação de que não se dará conta.

Contudo, a esfera do estresse, e seu dinamismo que já recebe uma carga negativa do meio, dependem da funcionalidade de cada indivíduo para o processamento dos estressores.

Fica claro que os estressores são fatores que influenciam na saúde e no desempenho das funções do trabalho, que podem ser minimizadas e trabalhadas com o acolhimento, escuta ativa das demandas, aprimoramentos do clima organizacional, manejo das posições em que se ocupam visando melhor relacionamento, atividades relaxantes no trabalho, com a respiração e movimentos corporais, revisão do estabelecimento da organização enquanto contingente humano que carrega potencialidade e conflitos que merecem serem mobilizados.

REFERÊNCIAS

ANAMT. Associação Nacional de Medicina do Trabalho. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. V. 14, Nº3, 2016. Disponível em:

<http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/revista_brasileira_de_medicina_do_trabalho_volume_14_n%C2%BA_3_131220161657237055475.pdf>. Acesso em: 16 Set 2018.

BENKE, M. R. P.; CARVALHO, E. **Estresse X Qualidade de vida nas organizações: um estudo teórico**. Rio Verde: FESURV, s.d.

CAMARGO, D. A. de. A Prevenção do Adoecimento Psíquico do Trabalho. **Rev. TST**, Brasília, vol. 80, no 1, jan/mar 2014.

CARVALHAL, Celia Regina. **Como lidar com o estresse em gerenciamento de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2008. Disponível em:<

<https://books.google.com.br/books?id=6CZGYRIQ9oEC&pg=PA63&dq=o+que+causa+o+estresse+no+trabalho&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjb3K23i-PcAhUQ-qQKHfOtBkwQ6AEIKDAA#v=onepage&q=o%20que%20causa%20o%20estr>>.

Acesso em: 7 Ago 2018.

CHARLESWORTH, E. A; NATHAN, R. G. **Gestão do Estresse: Um guia completo para o bem-estar**. Estados Unidos: BookBaby, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qz5WDQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 09 Out 2018.

CHIAVANETO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FILHO, Rubens Migliaccio. Reflexões sobre o homem e o trabalho. Revista de **Administração de Empresas São Paulo**, v. 34, n. 2, p. 18-32. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n2/a04v34n2.pdf>>. Acesso em: 25 Jun 2018.

KROEMER, K. H. E; GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MEDEIROS, Priscilla Brandão. O mundo do trabalho contemporâneo: uma análise crítica acerca dos embates gerados na vida da classe trabalhadora. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2013. Disponível em: <<http://fcst.edu.br/site/wp-content/uploads/2017/06/Artigo-JOINPP-2013-publicado.pdf>>. Acesso em: 28 Jun 2018.

MCSHANE, S, L; GLINOW, M, A, V. **Comportamento Organizacional: Conhecimento emergente. Realidade Global**. 6º ed. AMGH Editora Ltda, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=jrpTBAAAQBAJ&pg=PA111&dq=quais+s%C3%A3o+as+consequencias+organizacionais+do+estresse&hl=pt-br&source=onepage&q=quais%20s%C3%A3o%20as%20consequencias%20organizacionais%20do%20estresse&f=false>>. Acesso em: 22 Set 2018.

MURCHO, Nuno A. C; JESUS, Saul Neves de. Absenteísmo no trabalho. Absenteísmo no Trabalho. In: SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias (Org). **Novas**

medidas do comportamento organizacional ferramentas de diagnostico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=Uxo7AgAAQBAJ&pg=PA15&dq=como+se+manifesta+o+estresse+organizacional&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwiUkt7To77dAhWCg5AKHQc4BakQ6AEISzAG#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 16 Set 2018.

NETO, Prudêncio Hilário Serra; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O Trabalho no Mundo Contemporâneo: as metamorfoses no conceito de trabalho. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho.** Minas Gerais | v. 1 | n. 2|p.136-158. 2015. Disponível em :

http://www.indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/342/pdf_1. Acesso em: 29 Jun 2018.

LIPP, Marilda Novaes; MALAAGRIS, Lúcia Novaes. Manejo o estresse. In: RANGÉ, Bernard (Org) **Psicoterapia comportamental e Cognitiva: Pesquisa Prática, aplicações e Problemas.** Campinas: Livro Pleno, 2011.

SANTOS, Ana Maria Santos dos. Estresse e Qualidade de Vida no Ambiente DE Trabalho. **Ideau.com.** Disponível em: <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/234_1.pdf>. Acesso em: 24 abr 2018.

PRADO, Claudia Eliza Papa do. Estresse ocupacional: causas e consequências. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho.** 2015. Disponível em:<<http://www.rbmt.org.br/details/122/pt-BR/estresse-ocupacional--causas-e-consequencias>>. Acesso em: 09 Ago 2018.

VELOSO, Henrique Maia. **O estresse ocupacional sob a perspectiva da abordagem sociológica.** In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia. Gestão, Trabalho e Cidadania: novas articulações. Editora Autentica, 2018. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=d5VIDwAAQBAJ&dq=como+se+manifesta+o+estresse+no+trabalho&hl=pt-BR&source=_navlinks_s>. Acesso em: 09 Set 2018.

O TRANSTORNO DISMÓRFICO CORPORAL NA TEORIA COGNITIVA-COMPORTAMENTAL: UM RELATO DE PESQUISA

SIMÕES, Mariane Monici ¹⁷

SILVA JUNIOR, Sérgio Caetano da ¹⁸

RESUMO

O Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) consiste da distorção da percepção da imagem corporal do indivíduo, podendo ser de ausente a delirante. Este transtorno traz comorbidades como ansiedade, fobia social e depressão, além de potencialmente aumentar a ideação suicida. Muitas vezes tem sua gênese no conflito entre o corpo midiático (ideal) e o corpo real, criando uma lacuna de angústia a qual o indivíduo preenche com rituais de embelezamento. O padrão de pensamento do paciente é obsessivo e invasivo, gerando comportamentos compulsivos de compensação. Subdiagnosticado, TDC não possui tratamento, contudo a Teoria Cognitiva-Comportamental tem se demonstrado eficiente na melhora dos sintomas.

Palavras chave: transtorno dismórfico corporal, imagem corporal, teoria cognitiva-comportamental.

ABSTRACT

The Body Dysmorphic Disorder (BDD) consists in a distortion of the perception from the body image and it's may be from absent to delusional. This disorder brings comorbidities such as anxiety, social phobia and depression, in addition to potentially increasing suicidal ideation. It often has the genesis in the conflict between the mediatic body (ideal) and the real body, creating a gap of anguish to which the individual fills with rituals of embellishment. The patient's thinking pattern is obsessive and invasive, generating compulsive compensation behaviors. Undiagnosed, BDD does not have treatment, however the Cognitive-Behavioral Theory has been demonstrated efficient in the improvement of the symptoms.

Keywords: body dysmorphic disorder; body image; cognitive-behavioral theory.

1. INTRODUÇÃO

"Manhã depois da manhã, ele (*Dorian*) sentou-se diante do retrato perguntando-se à sua beleza... Ele examinaria com um cuidado minucioso e, às vezes, com um deleite monstruoso e terrível, as linhas hediondas que tapavam a testa enrugada... Imaginando às vezes quais eram mais horrível, os sinais do pecado ou os sinais da idade..." (WILDE, 1882)

O escritor irlandês através de seu único romance "O Retrato de *Dorian Gray*" narra as perturbações angustiantes da personagem emblemática que, no fim de seus dias, lutava entre uma mística aceitação de que seu retrato feito na juventude

¹⁷ Discente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).
Email: monicimariane@gmail.com

¹⁸ Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral (FAEF).
Email: falecom@sergiosilva.net

transformava-se progressivamente em algo horrendo ou que aqueles eram sintomas de uma imaginação hiperexcitada, culpada por anos de depravação e crueldade, “uma ilusão operada nos (seus) sentidos perturbados” (WILDE, 1882).

Como em todas as fábulas e grandes histórias, *Dorian Gray* revela um aspecto conflitante da psique humana, o Transtorno Dismórfico Corporal (TDC). As preocupações mórbidas perante os sinais de envelhecimento receberam o nome de Síndrome de *Dorian Gray*, como uma variante do TDC, discorrido por BROSING et al. (2001) apud BRITO, Maria José, (2011).

Contudo, a TDC não é uma exclusividade da população idosa. Segundo Ramos e Amaral (2008) apud Sinkiewicz et al. (2017), as primeiras evidências apontam que a TDC afeta tanto homens como mulheres, com início no período da adolescência, onde o indivíduo é mais vulnerável aos estímulos e preocupa-se excessivamente com sua imagem. Estes fatores facilitam a “instalação” do distúrbio que pode se dar de forma gradativa ou repentina, ocasionando prejuízos no percurso de desenvolvimento de sua identidade.

Angústias a respeito da percepção da imagem corporal eram vistas até então como um problema exclusivamente feminino, contudo, segundo evidências de estudos de MELIN et al (2005), o repertório dos sofrimentos masculino também depara-se com as mesmas preocupações mórbidas, porém com motivações diferentes: nas mulheres há uma preocupação com a massa corpórea e a finura das proporções, enquanto nos homens esta preocupação se manifesta quanto a forma física e o tônus muscular.

O TDC surgiu pela primeira vez na década de 90 no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS-III) como um transtorno somatoforme atípico chamado Dismorfofobia, de acordo com FANG et al (2014) apud BONFIM et. al (2016).

Dismorfofobia etimologicamente descende o termo grego *Dysmorphia*, o qual significa fealdade do rosto. Segundo Ramos e Amaral (2008) apud Sinkiewicz et al. (2017), no ano de 1886, Morselli caracterizou a Dismorfofobia como uma crença num grave defeito físico, no qual os pacientes acreditam estar sendo constantemente observados em virtude disto, contudo, a aparência destes mostravam-se dentro dos padrões da normalidade.

Atualmente, no DSM-V (APA, 2014), o TDC é classificado como um espectro

do Transtorno Obsessivo Compulsivo uma vez que lhe é característica a existência de pensamentos obsessivos sobre as supostas deformidades e comportamentos compulsivos como uma resposta a estes pensamentos. Para o diagnóstico do transtorno é preciso estar presente quatro critérios: (a) este paciente demonstrar sofrimento decorrente de um ou mais defeitos na aparência física que não é necessariamente observável ou aparenta mínimo para terceiros; (b) apresenta comportamentos ritualizados e obsessivos, como observações ou evitação de espelhos, além de atos mentais, como a comparação de sua aparência com pessoas do mesmo sexo e faixa etária; (c) esta preocupação causa aflições clinicamente significativas e compromete a funcionalidade do indivíduo na vida social, ocupacional e na relação com o outro; e (4) estes relatos não podem ser enquadrados em outros transtornos alimentares, como anorexia nervosa, por não ser restrito à questões como peso e gordura corporal.

Geralmente estes pacientes mostram preocupações que variam entre “não possuir atrativos” até “parecer-se tal como um monstro”. Estas queixas geralmente refere-se a faltas imaginárias ou discretas ao observador na região da face (palidez ou rubor, rugas, cicatrizes e acne), pelos (queda de cabelo ou excesso de pelagem corporal) ou nariz (forma e tamanho). Contudo qualquer parte do corpo pode tornar-se um foco de atenção que geram descontentamento generalizado: proporção entre membros, altura, genitálias, etc.

Alguns estudos apontam a relevância de aspectos intrapsíquicos para o surgimento dos sintomas: uma história de vida delimitada por uma educação rígida, pais excessivamente protetores, fase escolar marcada por amizades escassas, ambiente familiar em que se dá ênfase em esteriótipos de beleza, comentários, mesmo que inócuos, a respeito da aparência do sujeito e acidentes traumáticos, de acordo com Kaplan et al (1997) apud Pires et al (2016).

Embora possua poucos estudos sobre sua prevalência, a literatura médica indica uma incidência maior de que se possa imaginar, contudo, seus portadores buscam o auxílio de procedimentos estéticos e médicos em vez do devido auxílio psicológico e psiquiátrico. Segundo Boff (2003) apud Sinkiewicz et al. (2017), se observou casos de muita gravidade em serviços não psiquiátricos, envolvendo amputações de membros saudáveis, além de comorbidades como ansiedade, fobia social e depressão. É um transtorno subdiagnosticado, crônico e perigoso, o qual

pode levar das ideações ao suicídio segundo Sadock (2007) apud Pires et al (2016).

Dorian Gray, em sua perdição e desgraça, torna-se uma forte metáfora e plano de fundo para a compreensão do TDC em sua dimensão mais delirante. Perante o quadro de sua bela juventude a personagem projetava todos os seus pensamentos desajustados e conflituosos, sendo que ao final do romance, envolvido obssecadamente pela corrente de crenças distorcidas, se torna progressivamente recluso e finda sua história ao tirar a própria vida.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa caracteriza-se por uma revisão bibliográfica de artigos produzidos entre 2005 e o ano presente. A procura destas fontes aconteceu no mês de setembro de 2018, nas bases Scielo, Medline e Google Acadêmico. Foram utilizadas as palavras chaves “Transtorno Dismórfico Corporal”, “Dismorfia Corporal”, “DMS-V”, “TCC” e “Teoria Cognitiva Comportamental”; combinados de forma cruzada entre si.

Após a pesquisa nas bases de dados, os artigos foram lidos para que se selecionasse os conteúdos que correspondiam às necessidades para a inclusão: textos coerentes que abordassem o TDC e comorbidades, contendo os critérios de diagnóstico no DMS-V (APA,2014) e o processos terapêuticos dentro da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC), sendo exclusivamente publicações em língua portuguesa. Foram excluídos trabalhos que abordassem unicamente distúrbios alimentares ou apenas aspectos socioculturais do transtorno.

2.2 Imagem Corporal

A construção social da cultura é historicamente evidente como a ferramenta reguladora dos comportamentos humanos. Uma vez vindo à luz, o indivíduo é conduzido ao seio de uma determinada cultura, sendo compreensível e até mesmo esperado, que este sorva e compartilhe um conjunto de crenças e comportamentos que são comuns e dão unidade ao todo, transmitido através de gerações. Ainda segundo Caetano (2006) apud Carvalho et al (2016), o corpo é o principal veículo de interação com a cultura, sendo produto de regras as quais foi subjulgado e das

definições do ambiente em que está inserido.

Todo indivíduo constrói internamente um corpo ideal e sendo este distante de seu corpo real, cria interferências negativas em sua autoestima, sendo uma possível gênese da sua insatisfação e comprometimento da sua saúde mental. A imagem corporal (IC) é a conceituação e a vivência de todos os aspectos do corpo, abordando a maneira que o corpo expressa-se para si próprio. Ainda segundo Maciel; Ferreira (2010) apud Carvalho et al (2016), não há uma representação corporal coletiva, mas há um processo interno na compreensão de corpo de cada indivíduo. No entanto, estes processos são construídos no intercâmbio contínuo com o outro.

Uma sociedade orientada pelo culto exacerbado da beleza pode tanto esconder como propiciar o TDC. Dentro deste contexto social, a difusão de padrões estéticos difundidos pela mídia são de papel importante no desenvolvimento de distorções da IC segundo Flament et al (2011) apud Uchôa et al (2015). Pesquisas tem demonstrado que a internalização e a pressão cultural são os fatores mais fortemente correlacionados com a insatisfação corporal para Laus et al (2012) apud Uchôa et al (2015).

Sendo a IC as percepções, pensamentos e sentimentos do sujeito em relação ao próprio corpo, inclui uma dimensão atitudinal e perceptual, segundo Miranda et al (2011) apud Uchôa et al (2015). A dimensão perceptual revela as distorções desse sujeito entre as proporções do corpo percebido e o corpo real, enquanto a dimensão atitudinal corresponde a componentes cognitivos, comportamentais, afetivos e sua insatisfação global, sendo uma geratriz de pensamentos e comportamentos que arriscam a saúde, afetam a autoestima, desenvolvem depressões maiores, ideações suicidas e desenvolvimento de transtornos alimentares, de acordo com Menzel et al (2011) apud Uchôa et al (2015).

2.3 Terapia Cognitiva-Comportamental e Imagem Corporal

Ao se iniciar o tratamento do Transtorno Dismórfico Corporal, o fundamental é conseguir a aderência do paciente ao tratamento, necessitando que ele aceite que sua condição exige tratamento psicológico, pois muitos destes presumem que a resolução de seus conflitos está nas intervenções estéticas sob as condições que os constroem. É necessário salientar que é substancial a postura empática com este

paciente, não considerando suas queixas no campo trivial das vaidades, contudo sem assentir que realmente haja aspectos desagradáveis com sua aparência, de acordo com Kaplan et al (1997) apud Pires et al (2014).

Pacientes que apresentam TDC possuem maior convencimento a respeito da veracidade de suas crenças, uma maior resistência em aceitar tais crenças como falsas e distorções do pensamento que os levam a acreditar que terceiros concordam com sua IC. Ainda segundo Eisen & cols. (2004) apud Pires et al (2014), estes sujeitos possuem maior propensão a desconfiar quando terceiros discordam desta imagem deformada, uma menor colaboração na refutação de crenças e resistência em aceitar sua condição como psiquiátrica-psicológica e não estética, demonstrando gravidade na disposição a delírios mais graves.

Em estudos feitos por Moriyama e Amaral (2007) apud Bofim et al (2016), o paciente de TDC evita a exposição social, possuem medo de críticas e ansiedade em locais públicos. Seus comportamentos são esquivos, sendo mantidos por reforçamento negativo, que ocasionam prejuízos a médio e longo prazo, pois ausentam-se de emitir comportamentos que possibilitariam o reforço positivo, restando assim um repertório comportamental deficitário.

As estratégias da teoria cognitiva-comportamental, segundo Prazeres e Nascimento apud Pires et al (2014), apresentam bons resultados em reduzir o isolamento social e os comportamentos compulsivos, tendo sucesso em diversos casos com perceptível melhora dos sintomas.

De acordo com Beck (2009) apud Xavier et al (2010), o modelo terapêutico proposto por ele, a TCC trabalha as relações intrínsecas e dinâmicas entre pensamentos, emoções e comportamentos, considerando a cognição a intermediadora da relação entre o indivíduo e o meio, sendo razão deliberativa na expressão de emoções e comportamentos. Fundamenta-se na maneira a qual este indivíduo processa a realidade, uma vez que esta percepção estrutura seu sistema de crenças e esquemas que, em ciclo de retroalimentação, altera a percepção das mais diversas situações.

Segundo revisão literária sobre TDC de Bonfim et al (2016), foram referenciados quatro estudos que analisaram a eficácia da TCC e das terapias em grupo. No primeiro estudo houve indícios de que indivíduos que apresentam transtorno de ansiedade melhoraram dos sintomas do TDC que ocorriam em

comorbidade. O segundo estudo, comparou a eficácia da gestão de ansiedade juntamente com a TCC, indicando maior eficácia da terapia. Outro, submeteu pacientes a 22 sessões de TCC, apresentando no relatório final que 81% destes participantes cumpriram com os critérios de melhora e seus ganhos foram mantidos. Por fim, o quarto estudo avaliou intervenções e prevenções de comportamentos, apresentando 44% de melhoras nos sintomas no pós-tratamento e 57% durante o acompanhamento.

Embora não exista tratamento específico para TDC segundo Cororve e Gleaves (2001) apud Batinni (2008), estratégias de tratamento com métodos combinados surtem efeito. Tendo como pressuposto central que pacientes com o transtorno tem percepção corpórea distorcida, cognitivistas passaram a utilizar técnicas de reestruturação cognitiva; identificando crenças disfuncionais e as substituindo por crenças alternativas que percebam a beleza como algo subjetivo e seres humanos como indivíduos complexos demais para estabelecer juízos apenas por aparência, de acordo com Veale et al.(1996) apud Batinni (2008).

O *role-play*, o treinamento em habilidades sociais e intervenções psicoeducativas têm sido apontados como recursos importantes do tratamento. A conscientização através de informações simples sobre a psicologia da beleza, sobre o conceito da IC têm sido constantemente apresentados aos pacientes assim como seus diagnósticos, o que acarretou na diminuição dos comportamentos obsessivos e ritualizados típicos do TDC, segundo Veale et al.(1996) apud Batinni (2008).

Batinni (2008) cita um estudo de Rosen et al. (1990) o qual envolvia a modificação de pensamentos disfuncionais sobre a IC e exposições às situações esquivadas por ocasionar a intrusão dos pensamentos negativos obsessivos sobre a aparência do paciente. Foram realizadas também atividades que buscavam o ajustamento das estimativas de peso e medidas. Havia sessões de leitura, exercícios e tarefas da TCC. O tratamento foi construído sobre os três pilares da IC: percepção, cognição-avaliativa e comportamento.

Outra frente de atuação é a Exposição com Prevenção de Respostas (EPR), que expõe o indivíduo à situação aversiva como, por exemplo, se envolver em situações públicas sem camuflar a pressuposta imperfeição. A técnica segue uma organização hierárquica definida pelo paciente, organizadas do menor para o maior grau de estresse.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É ouvido um grito. Os criados de *Dorian Gray* correm até o quarto que fora de seu avô, onde ficava escondido e encoberto seu retrato. Ao adentrarem no cômodo, depararam-se com seu mestre com uma faca cravada no coração. Estava *Dorian* estendido sobre o chão, seu corpo era murcho, enrugado e repugnante. Sua figura era seca e decrépita, restando-lhe da juventude apenas os anéis que enfeitavam os dedos e a pintura a óleo na parede intacta, reproduzindo-o fielmente no auge de sua primavera.

Este acaba sendo o *plot-twist* da obra. Embora emergidos num universo de ficção gótica influenciado por outras obras vitorianas icônicas como *O Médico e o Monstro*, o romance abre espaço para o questionamento entre a possibilidade da exteriorização da juventude eterna, uma dádiva que ele misteriosamente desfrutara; ou o ponto de vista de seus servos, assumindo o papel de novos narradores da orativa, confrontando o corpo velho e o retrato intacto, evidenciando distorções da IC em *Dorian Gray* e seus acentuados delírios na sua percepção de si e do mundo.

Embora traga um trágico final da personagem com seu isolamento e sua “loucura”, o TDC apesar de crônico pode ser tratado e seus sintomas amenizados através de medicamentos como os SSRIs (inibidores seletivos da recaptção de serotonina) e de técnicas da TCC, como o estabelecimento de crenças mais ajustadas a realidade, com a educação psicoemocional e o desenvolvimento do pensamento crítico perante uma cultura midiática que propõe modelos corporais divergentes à maioria dos corpos reais. Esse déficit entre o ideal e o real, que gera comorbidades como Fobia Social, Ansiedade, Transtornos Alimentares e Depressivos. Deve ser trabalhado em todas as esferas sociais, muito além das paredes dos consultórios, como um compromisso com a saúde mental pública.

Apesar de pouco difundido, discutido e subdiagnosticado, o TDC é de incidência comum e está muitas vezes no âmago do sofrimento dos indivíduos que continuamente recorrem a dietas exóticas, exercitam-se excessivamente em academias, recorrem constantemente a procedimentos estéticos e plásticas ou criam elaborados rituais de embelezamento; contudo permanecem sempre no mesmo conflito da “feiura”.

A beleza na sociedade moderna está ligada ao modelo de mercado e as promessas sempre adiadas de felicidade. O Brasil, de acordo com registros da Sociedade Brasileira de Cirurgias Plásticas (2007), é o segundo país no ranking destas intervenções. PITANGUY (1992) apud Sinkiewicz et al (2017), afirma:

“Muitas vezes o paciente transporta para uma parte do corpo, geralmente a face, o cerne de seus problemas emocionais. A intervenção cirúrgica pode tirar desse tipo de paciente o suporte ou o apoio físico para suas queixas e, como consequência, leva-o a eleger outra parte do corpo ou a um agravamento de seu quadro psíquico”. (PITANGUY, 1992)

Tendo por base as informações apresentadas, surge a preocupação: o culto ao corpo, em vez de ser tratado como uma disfunção que gera inúmeros prejuízos aos sujeitos acometidos, está sendo normatizado e inserido socialmente, como uma expectativa e uma necessidade. Os reflexões elaboradas nesse estudo se mostram à necessidade da continuidade de pesquisas nacionais para aprofundar o conhecimento sobre a sua funcionalidade, facilitando diagnósticos e caracterizações comportamentais no auxílio à divulgação do DTC e novos parâmetros de saúde e beleza corporal.

REFERÊNCIAS

ALVARES DE BRITO, Maria José. **Título:** Prevalência de Sintomas do Transtorno Dismórfico Corporal em População Candidata à Abdominoplastia, Rinoplastia e Ritidoplastia. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2011.

DSM – 5 / [American Psychiatric Association, tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento, et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. - e. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LOPES CARVALHO, Ariana et al. **Título:** Transtorno Dismórfico: A Doença da Insatisfação com a Auto Imagem Corporal. 2016. Disponível em: editorarealize.com.br/revistas/conbracis/trabalhos/TRABALHO_EV055_MD1_SA5_I D3648_30052016210356.pdf. Acesso em: setembro, 2018.

MACÊDO UCHÔA, Francisco Nataniel et al. **Título:** Causas e Implicações da Imagem Corporal em Adolescentes: Um estudo de Revisão. Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção de Saúde de Santa Cruz do Sul/ Unisc. Ano 16. Volume 16. Número 4 – Outubro/ Dezembro 2015.

PIRES, HHM et al. **Título:** Diferenças e Semelhanças entre TDC e TOC. Rev Med Saude Brasília. 2014; 3(1):94-101

SALIM XAVIER, Gabriela et al. **Título:** Alterações na Satisfação da Imagem Corporal a Partir da Intervenção Cognitiva-Comportamental em Um Programa de Reeducação Alimentar Multidisciplinar. 2010. Disponível em: fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/congressos/imagemcorporal2010/trabalhos/portugues/area2/IC2-23.pdf. Acesso em: setembro, 2018.

SINKIEVICZ, Simone Aparecida et al. **Algumas Considerações a Cerca do Transtorno Dismórfico Corporal em Relação à Imagem Corporal.** 2017. Disponível em tcconline.utp.br/media/tcc/2017/04/ALGUMAS-CONSIDERACOES.pdf. Acesso em: setembro, 2018.

WILDE, Oscar. **Título:** O Retrato de Dorian Gray [Tradução João do Rio]. -- São Paulo: Martin Claret, 2009.

WILLIAN BONFIM, Grazielle et al. **Título:** Transtorno Dismórfico Corporal: Revisão de Literatura. 2016. Contextos Clínicos, 9(2):240-525, julho-dezembro 2016. Unisinos – doi: 10.4013/ctc.2016.92.09

PROFILING: UM ESTUDO SOBRE A HISTÓRIA E A ATUAÇÃO DO PERITO CRIMINAL

BARBOZA, Juliana Marques¹⁹

BARACAT, Juliana²⁰

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, buscar traçar uma caracterização do *profiling*, sua história e a importância da formação técnica, através de buscas em referências bibliográficas já existente em livros, artigos, monografias e revistas científicas buscando maior possibilidades de material acerca do tema, foram feitas buscas em sites de buscas acadêmicas como; Google Acadêmico e Scielo fazendo uso de palavras chaves específicas, de maneira a contribuir para que seja possível maiores indagações e novos campos de pesquisa dentro da problemática exposta. Apesar do pouco material encontrado, é notória a importância da técnica do *profiling* nas investigações que precisam de auxílio quanto a descoberta de um suspeito potencial querendo eliminar de fato todos aqueles que não se encaixam no perfil avaliado através de pistas coletadas e avaliação da cena do crime. O preconceito contra a técnica existe, pois ela se utiliza de um método dedutivo e intuitivo, para realização do perfil e acaba por ser visto como uma arte e não como ciência, porém, a psicologia também era vista de tal forma antes de ser considerada uma ciência, o que sugere a necessidade de mais estudos sobre esta área, a fim de garantir a assertividade dos resultados do perfil dos suspeitos identificados.

Palavras-chave: *profiling*, psicologia jurídica; psicologia forense.

ABSTRACT

This present paper work aims the search for tracing a profiling characterization, its history and the importance of technical education, through searches in bibliographic references already existing in books, articles, monographies and scientific magazines, seeking wider possibilities of resources related to the theme. Searches were done in academic searching sites, such as Scholar Google and Scielo, by using specific keywords in a way to contribute for larger quests and new searching fields into the exposed problematic. Despite the limited amount of resources found, the importance of the profiling technic is notable in the investigations which need support about the discovery of a potential suspect willing to eliminate indeed all those ones which do not fit in the profile evaluated through collected clues and crime scene evaluation. The prejudice against the technic exists due to it using a deductive and intuitive method to the profile implementation and ends up being seen as art and not as science, however, psychology also used to be seen in such way before being considered a science, so, maybe, if there are wider studies about the theme, we can come to a conclusion that its efficiency is guaranteed and likely to be proved starting from its assertiveness towards the results of the profile with identified suspects.

Keywords: profiling; juridical psychology; forensic psychology.

1. INTRODUÇÃO

O *profiling* é uma técnica utilizada na investigação criminal para relacionar

¹⁹ Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: marquesb.ju@hotmail.com

²⁰ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: jbaracat@hotmail.com

personalidade e comportamento criminal, é usada por psicólogos forenses, porém ainda é algo que está em pleno desenvolvimento para a melhor assertividade da mesma em relação a sua função na investigação, tendo que ser ressaltada que não é instrumento exclusivo da psicologia como o uso de testes por exemplo, mas é um instrumento de uso e também que se baseia em diversas outras ciências como a medicina (psiquiatria), antropologia e física (WRIGHTSMAN, 2001; CORREIA, LUCAS & LAMIA, 2007; MAIA et al., 2014; SPITZER, 2002 apud, CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007; DÍAZ, 2017).

Sua área de exploração e atuação é tão ampla quanto as ciências das quais se baseiam, tendo melhores resultados em crimes de homicídios e casos de crimes ritualistas, por exemplo (KONVALINA-SIMAS, 2012).

Esta área equivale a técnica e apresenta pouco material escrito no Brasil sobre sua história, formação e aplicação em casos. Quanto ao material estrangeiro, existe de fato um número maior de bibliografia, devido a técnica ser mais utilizada e ter tido sua origem fora do Brasil, porém, o acesso a esses mesmos materiais é extremamente difícil pela questão de estar em sites pagos para que se possa acessá-los.

Um importante aspecto do *profiling* no Brasil é ter a habilidade de interpretar comportamentos humanos, porém, a grande maioria dos atuantes da área não possui uma formação específica em ciências comportamentais, com isso, oficiais da lei se opõe quanto a colocação de um profissional da área, como a psicologia, em uma investigação e acabam utilizando-os apenas como último recurso, mesmo quando os mesmos profissionais tem o treinamento e compressão específicos quanto aos processos mentais, pensamentos e comportamento humanos e suas psicopatologias (TURVEY, 2012 apud HEUSI, 2016).

Ainda segundo Heusi (2016) atualmente, o *profiling* no Brasil está longe da impressão que se deveria ter a quanto à eficácia da técnica quando comparados com países como Inglaterra, Portugal, Chile e Argentina, sendo essas as referências buscadas pelos profissionais quando precisam de materiais sobre o tema.

O método de pesquisa que foi utilizado para a confecção do trabalho consiste em uma metodologia de caráter exploratório de natureza aplicada, de abordagem qualitativa através do método hipotético dedutivo se utilizando de pesquisas em bibliografia disponível.

Levando essas questões em consideração, o objetivo do trabalho busca traçar uma caracterização do *profiling*, sua história e a importância da formação técnica. Devido as várias maneiras corretas de se referir ao *profiling*, nesse artigo ele será referenciado também, como perfil.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1. Um Breve Histórico sobre o Profiling

Os estudos sobre a natureza criminosos datam de muito tempo, porém a participação das ciências tem uma história relativamente curta, onde apenas há 40 anos relatou-se o surgimento das primeiras técnicas que seriam utilizadas pelas ciências criminais (PEREIRA, 2011).

O *profiling* pode ter sido originado na ficção, sendo suas primeiras referências literárias, como na figura do personagem C. Augusto Duping, de Edgar Allan Poe em sua obra *The Murders in the Rue Morgue* (1841), onde o personagem buscava meios de se identificar com os criminosos e compreender sua mente, na expectativa de entender quais os motivos que o levaram a cometer seus crimes (ALMEIDA, 2014). Outro autor que seguiu esta corrente literária, foi Sir Arthur Conan Doy, que em sua obra *Complete Sherlock Holmes* (1892-1927), modificou a técnica investigativa, assim como a popularizou, porém, o que difere este personagem de outros era que, Sherlock Holmes baseava-se na arte de inferência e da dedução dos crimes, usando técnicas de explorações científicas (HICKS & SALES, 2006 apud ALMEIDA, 2014; EGGER, 1999 apud MAIA, MARGAÇA, SARAIVA, 2014).

Historicamente, o surgimento do *profiling* pode ser derivado dos estudos do médico italiano Cesare Lombroso, que teria sido um dos primeiros criminologistas a dar início a classificação de criminosos. Foi em sua obra de 1876, *The Criminal Men*, que criou uma teoria partindo da análise comparativa com um determinado grupo de prisioneiros, onde foram analisados itens como: raça, cor, características físicas, nível de educação e a localização geográfica; e através dos resultados obtidos, concluiu-se que comportamentos criminosos poderiam ser previstos a partir dessas características, tidas como comuns diante da aparição das mesmas na maioria do grupo estudado, logo, qualquer pessoa que estivesse dentro desses padrões, seria passível de cometer algum crime. (FONSECA, 2013; TURVEY, 2012 apud ALMEIDA,

2014).

Outros marcos históricos para o desenvolvimento do *profiling* remontam a década de 1880, onde o médico patologista George Phillips buscou desenvolver o perfil do criminoso, conhecido como *Jack, the Ripper*, que cometeu uma série de homicídios na zona de Whitechapel, em Londres, que se tornou um dos casos mais famosos na literatura e também, para a criminologia moderna, como não resolvido (CRIGHTON, 2009 apud ALMEIDA, de, 2014). Outro momento de desenvolvimento foi em 1940 e 1956, após se esgotarem pistas para apreensão do criminoso que cometia série de explosões em locais públicos, a polícia de Nova Iorque recorreu ao psiquiatra James Brussel, que realizou revisões de todas as informações em posse da polícia para realizar um perfil do criminoso, levando a apreensão de George Metesky (CONSTANZO & KRAUS, 2012 apud ALMEIDA, 2014).

O relato inicial do *profiling*, como prática é escasso, contudo, frequentemente é notório o envolvimento do FBI (KOCIS, 2006 apud HEUSI, 2016). Seu seguimento se deu através da criação da Unidade de Análise Comportamental (BSU – *Behaviour Science Unit*), em 1972 situada em Quantico, na Virgínia, pelo agente Howard Tenten. Seu objetivo era o desenvolvimento para métodos científicos para auxiliar a identificação de criminosos desconhecidos, assim como a avaliação da divergência do perfil na população em geral (ALMEIDA, 2014).

Segundo Woodhams (2012, p. 171-188), citado por Almeida (2014, p. 8), o *profiling* se expandiu por países como a Suécia, Alemanha, Canadá, Austrália, Singapura, Finlândia e Holanda. Porém, atualmente existe um grande debate sobre a afirmação do *profiling* como uma ciência que se baseia em dados empíricos e racionais, como forma de comprovar seu campo de estudo dentro das ciências forenses.

2.2. Um Breve Histórico sobre a Psicologia Jurídica

A área da Psicologia que tem como foco de trabalho temas ligados ao sistema judiciário ou práticas jurídicas, é chamada de Psicologia Jurídica, sua especialidade foi reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia conforme a resolução Nº 14/00 de dezembro de 2000, sendo seu objeto de estudo, ações jurídicas sobre o indivíduo e suas consequências (FRANÇA, 2004 apud ANTON, 2014; ANTON, 2014).

Determinar o surgimento da Psicologia Jurídica no Brasil é uma tarefa complexa, uma vez que existe uma notória dificuldade de se definir um único marco

histórico que possa indicar o seu início, no entanto, no final do século XIX, surgiu a “psicologia do testemunho”, ocorrido histórico em que aliou a Psicologia com o Direito, buscou-se averiguar a veracidade do testemunho que foi envolvido em um processo jurídico pelo relato de um sujeito através do estudo experimental dos processos psicológicos. Deste momento em diante, a psicologia foi reconhecida através de suas práticas com exames criminológicos, realização de perícia, construção de pareceres psicológicos baseado no psicodiagnóstico e laudos periciais que foram realizados através de resultados de testes psicológicos. Seu início foi influenciado pelo ideário positivista, em que o método científico era privilegiado (DE MEDEIROS LAGO et al, 2009; TRINDADE et al, 2012; JACÓ-VILELA, 1999 apud BASTOS, 2003; FOUCAULT, 1996).

O início da Psicologia, como profissão, ocorreu na década de 1960, tendo seus primeiros trabalhos na área criminal, a maior parte de forma voluntária, onde envolviam estudos a respeito de adultos criminosos e adolescentes infratores, criando uma abertura da profissão junto ao campo jurídico (ROVINSKI, 2002 apud DE MEDEIROS LAGO et al, 2009). Posteriormente, em 1980, ocorreram várias mudanças que estabeleceram novas perspectivas da prática profissional da psicologia com o direito para o século XXI (BASTOS, 2003). Segundo Morin (1999), conforme citado por Trindade (2012, p. 14), o campo psicojurídico passa a ser uma nova forma, complexa, de compreender o homem, além de suas relações, sua conflitualidade inter e intrapessoal e sua transubjetividade.

Segundo Schott & Santos (2016) citado por Xavier (2018), à medida que a psicologia foi trabalhando com a área jurídica sua contribuição foi também apresentada gradativamente se fazendo útil e necessário o trabalho multidisciplinar. As demandas do profissional da psicologia atualmente abrangem áreas de atuação familiar, combate à violência e participação em audiências, por exemplo. O trabalho da Psicologia junto ao campo jurídico é importante na verificação de demandas judiciais, onde possam ser feitos trabalhos e prevenção de danos físicos ou psíquicos.

2.3. Um Breve Histórico sobre a Psicologia Forense

A origem da palavra forense vem do latim, *forensis*, que significa *do fórum*, onde antigamente era utilizada para designar um local na Roma Antiga, ele era um

local usado para cidadãos resolverem disputas. (BLACKBURN, 1996; POLLOCK E WEBSTER, 1993 apud HUSS, 2011). Ainda segundo o autor a história da Psicologia Forense se desenvolveu de maneira extensa antes mesmo da cultura popular focar-se nela. Engloba atividades do ramo pericial, como o perfil psicológico de possível criminoso, a avaliação e credibilidade do testemunho e constatação de danos psíquicos (FREITAS, 2013 apud ANTON, 2014).

Alguns eventos importantes que marcaram o desenvolvimento da Psicologia Forense aconteceram em: durante o início dos anos 1900, William Stern, usou da aplicação dos conceitos psicológicos ao sistema legal através do estudo da identificação de testemunhas oculares; em 1908 publicação do livro *On the witness stand*, de Hugo Munsterberg, considerado um dos primeiros psicólogos a aplicar os conceitos psicológicos ao direito; ainda em 1908, Lihtner Witmer, ministrou cursos sobre psicologia do crime; em 1909 ocorreu a Fundação do Instituto Psicopático Juvenil de Chicago, por William Healy, para tratamento e avaliação de delinquentes juvenis; em 1921, o psicólogo tem a permissão de testemunhar como perito, por exemplo, *Estado vs. Motorista*; em 1962, os psicólogos testemunham em casos de insanidade, como por exemplo, *Jenkins vs. Estados Unidos*; em 1969, houve a fundação da Sociedade Americana de Psicologia Jurídica e durante a década de 1970, Fundação de periódicos que publicam artigos especializados e exclusivos da psicologia forense (BLACKBURN, 1996; BRIGHAM, 1999 apud HUSS, 2011; HUSS, 2011).

No Brasil, os termos da jurídica e forense são muitas vezes usadas como se fossem iguais, ou seja, apenas um único conceito. Esse engano ocorre devido à Resolução 14/00 de 2000, reconhecer apenas a especialidade de Psicologia Jurídica. Mas, a Psicologia Forense é reconhecida como uma subárea que abrange os procedimentos forenses (LEAL, 2008 apud ANTON, 2014; ANTON 2014). Conforme Huss (2011), as áreas de atuação da Psicologia Forense variam de acordo o direito criminal e o civil, sendo elas, no **direito criminal**, avaliações de risco durante a sentença, inimizabilidade e responsabilidade criminal, verificação da capacidade para submissão de julgamento, tratamento de agressores sexuais, transferências do jovem para tribunal adulto e no **direito civil**, guarda dos filhos, responsabilidade civil, danos pessoais, indenização a trabalhadores e a capacidade para tomar decisões médicas.

Os psicólogos forenses são raramente vistos em cenas de crimes ou investigações criminais, desta forma, são profissionais da psicologia que estudam o comportamento e aplicam esses conceitos no auxílio ao sistema legal, sendo o seu papel simples e direto.

2.4. Um Breve Histórico sobre a Criminologia

A Criminologia teve origem a partir da obra de Raffaele Garofalo (Itália, 1851-1934), intitulado com o mesmo nome. Porém, a princípio o termo era atrelado ao estudo do crime e deu origem a ciência da criminalidade, chamada anteriormente de Sociologia Criminal ou Antropologia Criminal. Historicamente, a criminologia é interdisciplinar, se baseando no fato de que seus fundadores eram um médico, Cesare Lombroso, um jurista sociólogo, Enrico Ferri e um magistrado, Raffaele Garofalo. Sendo assim, essa se baseia em várias correntes de estudos, porém três correntes são fundamentais e devem estar inter-relacionadas: a **clínica**, a **sociológica** e a **jurídica** (MENEZES, 2018).

A Criminologia é dividida em: **radical**, a qual tenta elucidar a relação crime com a formação econômico-social; **social**, sendo essa uma atividade que estuda os processos de criação de normas sociais e penas relacionadas com o comportamento desviante; **organizacional**, que entende os fenômenos de criação de leis, infrações e consequências das violações das mesmas; **clínica**, que estuda casos particulares com o objetivo de estabelecer diagnósticos e prognósticos de tratamentos, identificando entre a delinquência e a doença (MENEZES, 2018).

De forma geral, pode-se dizer que a Criminologia é uma ciência perfilhada a Sociologia, não sendo uma ciência independente, a priori seu objeto de estudo é a criminalidade, onde essa cuida de uma maneira geral da questão. Seu objeto atual de estudo é o crime e tudo relacionado a ele, como por exemplo, seu autor e vítima. Deve orientar na prevenção de crimes socialmente relevantes, intervenção das suas manifestações e suas consequências para os indivíduos e famílias. Pretende prevenir também, ações e omissões que mesmo não sendo vistas como crime merecerem reprovação. Por fim, a criminologia transpassa por teorias que procuram analisar o **crime**, a **criminalidade**, o **criminoso** e a **vítima**, passando pela **Sociologia**, **Psicopatologia**, **Psicologia**, **Religião**, **Antropologia** e **Política**, abrangendo todo o universo de ação humana (MENEZES, 2018).

3. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL

3.1. Conceito e Importância do Profiling

O *Profiling* é considerado uma das subcategorias das técnicas que são utilizadas na investigação criminal, a qual relaciona personalidade e comportamento criminal, essas são usadas por psicólogos forenses ao mesmo tempo que continuam a ser desenvolvidas para o entendimento do crime e do criminoso, atribuindo assim, conceitos da Psicologia Forense nas investigações, porém, ainda é uma técnica considerada por muitos como uma técnica de dedução não baseada em conceitos científicos. Entretanto, o *profiling* utiliza de várias áreas além da criminologia e psicologia, como a psiquiatria, antropologia, biologia, física, medicina e sociologia por exemplo, utilizando também das várias outras ciências necessárias a investigação (WRIGHTSMAN, 2001; CORREIA, LUCAS & LAMIA, 2007; MAIA et al., 2014; SPITZER, 2002. apud, CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007; DÍAS, 2017). Desta forma, o *profiling* existe em vários outros campos, não sendo de uso exclusivo da criminal, mas também em outras áreas com nomenclatura específica como o *profiling* racial, por exemplo, que surgiu mediante a prática discriminatória com negros por parte da polícia que costumava usar de força maior e enquadramentos mais constante que a necessária (FONSECA, 2013). Consiste assim, como uma forma de predição da imagem psicossocial de um determinado indivíduo, de forma rigorosa, usufruindo de informações coletadas durante a cena de crime e a partir disto, fornecer dados específicos de potenciais criminosos (WRIGHTSMAN, 2001; MONTET, 2002 apud MAIA et al., 2014).

Segundo Garrido (2012) conforme citado por Díaz (2017), o perfil criminal (*criminal profiling*) ou o *profiling* pode ser considerado como uma disciplina da ciência forense, sendo assim, essa se preocupa com a verificação dos vestígios do comportamento durante a cena de crime, seu objetivo é a promoção de dados importantes que possam ser utilizados de forma útil pela polícia durante as investigações, podendo levar a captura do criminoso que até o momento seria desconhecido.

cierto crimen, es una estimación que en esa tarea el experto ha de emplear los conocimientos que se derivan de la ciencia de la Criminología (Garrido Genovés, a investigación criminal, 2008).²¹

Maia et al. (2014) citam Ainsworth (2014), que amplia os conhecimentos sobre os perfis, os colocando como uma técnica de estruturação da análise de um criminoso cujo o objetivo é responder três questões essenciais, sendo elas: 1) o que ocorreu na cena do crime; 2) quais as razões que levaram ao crime; e 3) qual o tipo de indivíduo que o cometeu. Os autores ainda citam Costa (2012), que elucida o valor de realizar um perfil psico-criminal coerente, se utilizando de interpretações de atos e exames de todas as pistas coletadas no local do crime. O objetivo da interpretação é determinar, de forma concreta, os suspeitos em potencial. Por isso, o foco dos estudos está na decodificação do pensamento infrator por meio de análises comportamentais, com intenção de analisar atos violentos se atentando as diversas variáveis como motivação, uso de um tipo específico de arma e as provas físicas que foram encontradas no local do crime.

O *profiling* se aplica a qualquer situação onde há uma infração cometida por um sujeito, porém, não se deve pensar que o campo de atuação se limite apenas a crimes extremos (MONTET, 2002 apud MAIA et al., 2014). Assume-se que geralmente o *profiling* pode ser aplicado em outros casos, como homicídios, violações sendo elas em série ou não, tentativas de homicídios, atos sádicos, cruéis ou perversos, torturas, entre outros (MAIA et al, 2014).

O perfil criminal não é a única forma totalmente eficaz para se chegar do crime, mas a importância de se traçar um perfil não deve ser descartada, pois ele pode ajudar na solução do crime, sendo parte importante das investigações. Ele não levará apenas a um único suspeito, servirá como parâmetro para exclusão de suspeitos sem potencial, restando apenas os possíveis suspeitos. O objetivo não é a solução do crime, mas que a técnica seja uma importante ferramenta para a investigação ou até mesmo evitar a eventual atuação de outros criminosos (MAIA et al, 2014). Para Casoy (2002) conforme citado por Maia et al. (2014), realizar um perfil objetivo é possível a partir de dois conceitos que devem ser levados em consideração pelos investigadores e criminalistas, antes de tentar compreender os

²¹ **Tradução própria:** É uma tentativa elaborada de proporcionar as equipes de investigação, informações específicas sobre o tipo de indivíduo que tenha cometido um certo crime, uma estimativa que nessa área o perito deve utilizar seus conhecimentos acerca da ciência da Criminologia.

pensamentos de um *serial killer*, sendo eles: na maioria das vezes, o criminoso, antes mesmo de cometer o crime, fantasia sobre o mesmo diversas vezes satisfazendo assim, seus desejos ou necessidades relacionadas ao ato que deseja cometer. E a partir destes conceitos, o investigador ou criminalista poderá prever os desejos ou necessidades do criminoso através dos dados coletados sobre seu comportamento na cena do crime.

No geral, a definição do perfil criminal se dá pela inter-relação entre provas físicas e psicológicas, sendo uma ferramenta utilizada para estreitar o foco dos suspeitos em estudos (WHITE, LESTER, GENTILE & ROSENBLEETH, 2011 apud MAIA et al., 2014). Com isso se entende que ao ponto de vista forense a maior parte dos assassinos em séries são psicopatas e/ou sádicos sexuais, ou possuem um transtorno de personalidade antissocial, dependendo de como ocorreu o homicídio e do ato cometido contra a vítima que após investigações posteriores, refletirá o perfil do criminoso (MAIA et al., 2014).

4. O PROFILING E SUAS CARACTERÍSTICAS PARA ATUAÇÃO

Inicialmente, o perfil é feito com o objetivo de ajudar as autoridades policiais na busca do potencial suspeito, impedindo assim que haja um maior número de vítimas caso o criminoso seja um *serial*. O perfil é teórico, advindo de teorias e hipóteses embasadas em estudos já existentes acerca de suspeitos com as mesmas características, a partir destas semelhanças, os peritos constroem o perfil do suspeito tentando pré adiantar seus próximos atos e impedi-lo através da prisão (HAMADA, 2008). Sendo que existem questões levantadas acerca do tema que são fortemente debatidas em função da validade científica dos perfis psicológicos, questionando se este pode ser resultado de um método científico com fundamentação teórica ou se é uma dedução baseada em senso comum, instintos e experiência profissional na área (KONVALINA-SIMAS, 2012).

O Profiling Criminal ou a análise comportamental em contexto investigativo procura interpretar todas as pistas comportamentais relacionadas com uma ocorrência, quer sejam de cariz social, biológico ou psicológica. A triangulação destas características é que vai permitir a construção de um perfil aproximado do ofensor e fornecer pistas para direccionar a investigação criminal. Outras aplicações desta técnica de análise comportamental podem incluir desenvolver estratégias de entrevista de

suspeitos e de testemunhas, estratégias para casos de sequestro, estratégias de negociação no caso de reféns e, no contexto da pesquisa criminológica, indicar tendências, expor fenômenos e sugerir novos caminhos para a compreensão, prevenção e combate ao crime (KONVALINA-SIMAS, 2012).

A área do perfil está em constante debate científico, que interfere seu ensino como um método de investigação e impossibilita uma avaliação concreta dos resultados, além do problema referente a dificuldade de estimar a frequência e profundidade em que os perfis realizados estão de acordo com a realidade (JACKSON E BEKERIAN, 1997 apud KONVALINA-SIMAS, 2012). Nos Estados Unidos e na Europa, o perfil é requisitado antes mesmo da investigação começar, se fazendo presente até o final da mesma, sendo essencial para o processo penal, porém no Brasil, o mesmo é utilizado apenas após a prisão do suspeito, não se fazendo essencial durante a investigação (HAMADA, 2008).

O *profiling* se constrói a partir de uma base pluridisciplinar que envolve áreas como: criminologia, psicologia, psiquiátrica, criminalística ou qualquer outra ciência que ajude na investigação criminal, como sociologia, antropologia, geografia, biologia, física, medicina, entre outras (SPITZER, 2002 apud, CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007; DÍAZ, 2017). Os profissionais que podem atuar com a técnica do *profiling* são todos os profissionais capazes de compreender o fenômeno criminal como o investigador, o Criminólogo, profissionais de polícia e Psicólogos que podem exercer atividades em instituições policiais ou não (RODRIGUES, 2010).

5. METODOLOGIA

Silveira e Córdova (Métodos de Pesquisa, 2009) afirmam que pesquisa aplicada tem como objetivo propiciar conhecimentos que ajudem na solução de problemas pontuais e que por esse motivo, é necessário na formação deste trabalho, já que foi pensado para auxiliar na ampliação do conhecimento de pessoas interessadas na técnica.

Gil (2008) diz que pesquisas exploratórias são aquelas desenvolvidas com objetivo de oferecer uma visão generalista acerca de determinado assunto, sendo a mesma realizada quando o tema é pouco explorado e acaba se tornando difícil formular hipóteses precisas sobre o mesmo.

A pesquisa qualitativa se preocupa com questões da realidade que não podem ser quantificados, focando no entendimento e explicação das reações sociais, logo ela busca uma visão mais abrangente oferecendo um campo onde a pesquisa não será esgotada, mas sim, aberta a possíveis novas pesquisas e indagações do tema proferido. (SILVEIRA e CÓRDOVA, Métodos de Pesquisa, 2009).

Já o método hipotético dedutivo que será utilizado:

Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tentar tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo procura-se a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la (Gil, p. 12, 2008).

A partir dos conceitos apresentados, a pesquisa será constituída por meio de buscas de referências bibliográficas, que é o levantamento de conteúdo já publicado através de livros, artigos, monografias e revistas científicas buscando maior possibilidades de material acerca do tema. Foram feitas buscas em sites de buscas acadêmicas como; Google Acadêmico e Scielo usando de palavras chaves, por exemplo: *profiling*, psicologia forense, psicologia jurídica, psicologia criminal, histórico da psicologia forense, jurídica e criminal e relação da psicologia com o direito, além de pesquisas em bibliotecas. Foi escolhido material em português, inglês e espanhol. Houve uma dificuldade em encontrar material sobre o tema por isso, os textos de base não têm uma faixa específica de data de publicação, sendo assim, não estimado uma margem do mesmo, porém, sendo baseado por aproximação do tema trabalhado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto e buscado para apresentação do trabalho, a maior dificuldade foi encontrar material específico e acessível para a montagem do mesmo, ainda mais escasso se tratando de bibliografia brasileira. Além de ser notória a dificuldade de atuação do psicólogo quanto a utilização da técnica do

profiling no Brasil, devido à pouca abertura para a formação como um *profiler*, existindo apenas um lugar com pós-graduação na área do *criminal profiling*, o Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (IPEBJ) em Ribeirão Preto – SP, além do HELIX Cursos que oferece cursos, porém de extensão na área, sendo eles, presenciais em diversos lugares no Brasil.

O preconceito contra a técnica existe, pois ela se utiliza de um método dedutivo e intuitivo, para realização do perfil e acaba por ser visto como uma arte e não como ciência, porém, a psicologia também era vista de tal forma antes de ser considerada uma ciência, então, talvez, se houver maiores estudos acerca do tema, pode ser que se chegue à conclusão de que sua eficácia seja garantida e passível de ser provada a partir de suas assertivas quanto a frequência de sua assertividade quanto aos resultados do perfil com os suspeitos identificados, pois o *profiling* se mostra eficaz quando utilizado em casos que precisam da eliminação de suspeitos para se chegar com a máxima precisão ao suspeito em potencial, economizando tempo dos profissionais envolvidos, se houver, é claro, a formação necessária para isso e que haja maior abertura para que a técnica seja explorada no campo investigativo, que ela seja aprimorada e vista como um instrumento de auxílio para todos os envolvidos na investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fátima Alexandra Soares de. *Profiling em crimes violentos: O perpetrador e a vítima em casos de filicídio*. 2014. Dissertação de Mestrado.

ANTON, Juleine; DE SALVO TONI, Caroline Guisantes. A PSICOLOGIA FORENSE E A IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS PSICOPATAS. **Revista Faz Ciência**, v. 16, n. 24, p. 189.

CORREIA, Elisabete; LUCAS, Susana; LAMIA, Alicia. *Profiling: Uma técnica auxiliar de investigação criminal*. **Análise Psicológica**, v. 25, n. 4, p. 595-601, 2007.

DE MEDEIROS LAGO, Vivian et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 483-491,

2009.

DÍAZ, Dalia Nonatzin Miranda. Introducción a la perfilación criminal.

FONSECA, Guilherme Damasceno. O Profiling nos aeroportos como ferramenta de prevenção ao terrorismo. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 3, n. 2, p. 107-128, 2013.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. (Org) **Métodos de Pesquisa**. Editora: UFRGS. Universidade do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. Editora: Atlas S.A. São Paulo, 2008.

HAMADA, Fernando Massami; DO AMARAL, José Hamilton. PERFILAMENTO CRIMINAL COMO FERRAMENTA CRIMINOLÓGICA. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 4, n. 4, 2008.

HEUSI, T. R O Perfil Criminal Como Prova Pericial No Brasil. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics** 5(3):232-250 (2016).

HUSS, MATTHEW T. Psicologia forense. Artmed, Porto Alegre, 2011.

KONVALINA-SIMAS, T. Profiling Criminal: introdução à análise comportamental no contexto investigativo. 2012.

MAIA, Luis; MARGAÇA, Clara; SARAIVA, Jorge. Evolução Histórica do Profiling: O misterioso caso de Jack the Ripper. **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**, v. 4, n. 1, 2014.

MENEZES, Cristiano. Noções de criminologia. Disponível em:
<www.doraci.com.br/files/criminologia.pdf>. Acesso em: 30 set 2018.

PEREIRA, Ecília Silva. O profiling como expressão do paradigma indiciário. 2012.

RODRIGUES, Marina Joana Ribeiro. " Perfis Criminais: Validade de uma Técnica Forense". 2011.

XAVIER, Anna Carolina de Paula et al. Depoimento especial: uma necessária conversa entre o direito e a psicologia. 2018.

INFANTOLATRIA: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA RELAÇÃO PAIS E FILHOS NA CONTEMPORANEIDADE

RUSSO, Larissa da Silva ²²

BARACAR, Juliana ²³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a infantolatria presente nas relações pais-filhos na contemporaneidade. Através da pesquisa bibliográfica, realizou-se um breve apanhado histórico da construção da categoria criança e como esta é vista na atualidade, para, na sequência, verificar o que a produção psicanalítica teoriza sobre este sintoma social. Como resultado, verificou-se que a infantolatria parte dos pais para a criança, tendo como consequência efeitos nocivos para ela na escola e em suas relações futuras.

Palavras-chave: Infantolatria; Parentalidade; Psicanálise.

ABSTRACT

This article aims to analyze the infantolatrty present in parent-child relationships in the contemporary world. Through the bibliographical research, a brief historical survey of the construction of the child category was carried out and how it is nowadays seen, in order to verify what psychoanalytic production theorizes about this social symptom. As a result, it has been found that infantolatrty leaves from the parents to the child, resulting in harmful effects on the child in school and in their future relationships.

Keywords: Infantolatria; Parenting; Psychoanalysis.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a infância contemporânea, no que diz respeito ao fenômeno da infantolatria. Em decorrência do tema, inicialmente iremos descrever os principais aspectos da relação pais e filhos na contemporaneidade e, na sequência, indicar os fatores que levam a infantolatria e suas consequências na personalidade da criança.

Também é foco deste trabalho analisar o contexto e as concepções da criança e da estrutura familiar ao longo do tempo, e o quanto as alterações dessas concepções influenciaram e continuam influenciando o desenvolvimento psicológico e emocional do indivíduo, partindo para uma análise psicanalítica deste contexto.

²²Discente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: larissa_russo@hotmail.com

²³ Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral- FAEF. E-mail: jbbaracat@hotmail.com

De acordo com Ribeiro (2016) no artigo *Infantolatria: atualização do infantil na operação de interdição*, a infantolatria é quando o adulto se submete a um comportamento de idolatria pela criança, colocando-a como centro de todas as atenções, dispensando assim, uma paixão desmedida e exagerada pela criança.

A infantolatria aparece, portanto, como um comportamento danoso, tanto à criança quanto ao adulto, já que os pais deixam de exercer a autoridade necessária sobre os filhos, e os filhos por sua vez, passam a se enxergar como donos de suas razões, desejos e vontades, mesmo sem ter maturidade e discernimento para tal. Há, portanto, uma inversão total dos valores de forma que os filhos passam a agir como os “pais de seus pais”, como destaca Ribeiro (2016).

Há relevância também em refletir sobre as diversas concepções de família, isso se dá com base no intuito de se procurar compreender o ponto de partida para uma análise psicanalítica da relação entre pais e filhos, uma vez que esta se torna cada vez mais peculiar e ocupa uma lacuna bastante relevante no panorama social e psicanalítico contemporâneo.

É, portanto, necessário compreender as mudanças nas estruturas familiares, para então, compreender como a evolução na concepção de criança se desenrolou até chegar nos dias de hoje, culminando, sobremaneira, no comportamento de infantolatria que será desmembrado sob alguns aspectos neste trabalho.

Além disso, outro fenômeno que atinge a família contemporânea diz respeito à fragilização das funções parentais, que será analisado com base em Gomes e Zanetti (2011), que salientam que muitos pais se sentem inseguros e incapazes de educar seu próprio filho. Isto se deve ao novo lugar que a criança ocupa no seio familiar no contexto atual, levando muitos pais a vivenciar dúvidas em relação a sua função parental.

Desta forma, vale ressaltar que não se pretende aqui estancar este assunto, e sim propor uma reflexão psicanalítica sobre este tema que tanto se faz pertinente quanto pouco se é discutido enquanto raiz de diversos problemas na sociedade contemporânea, justificando-se assim como situação-problema para análise neste trabalho.

2. AS CONCEPÇÕES DE FAMÍLIA E INFÂNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ONTEM E O HOJE.

A etimologia da palavra “família” se remete a uma série de pré-conceitos e, por conseguinte, levanta uma série de questionamentos sobre sua inter-relação enquanto agrupamento social, e uma vez que se entende que a família é a base da sociedade, independente de qual estrutura ela se estabelece, se faz ainda mais importante compreendê-la em todos os seus aspectos.

Buscando então a raiz etimológica da palavra “família”, lê-se no dicionário *Michaelis online*, a seguinte definição:

Família fa-mí-li-a sf. 1 Conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto. 2 Conjunto de ascendentes, descendentes, colaterais e afins de uma linhagem ou provenientes de um mesmo tronco; estirpe. 3 Pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação ou mesmo adoção; parentes, parentela. 4 FIG. Grupo de pessoas unidas por convicções, interesses ou origem comuns. 5 Conjunto de coisas que apresentam características ou propriedades comuns.

Tem-se, portanto, que por si só a palavra “família” se remete a uma série de possibilidades, permitindo uma gama muito ampla de adequações, variações e arranjos que são peculiares à convivência comum, e acredita-se que toda essa heterogeneidade estabelece reflexos tanto negativos quanto positivos nas relações entre seus membros, seja de uma mesma família, consanguínea ou não, e na relação destes membros com a sociedade, de maneira geral.

No artigo *O Estatuto Contemporâneo da Parentalidade*, Gorin, Mello, Rebeca e Féres-Carneiro (2015) discutem o termo parentalidade enquanto conceito contemporâneo a ser estudado nas áreas da psicologia e da psicanálise, pois trata, sobremaneira, das relações entre pais e filhos, e das interferências dessas relações na subjetividade do sujeito.

Atualmente, o conceito vem sendo utilizado, em diferentes abordagens teóricas, para designar o processo dinâmico por que passam os pais, isto é, ao processo de tornar-se pai e mãe, que vai além do biológico, envolvendo aspectos conscientes e inconscientes, que passam pela história da família de cada um dos pais e pelo contexto sociocultural em questão. (GORIN et al., 2015, p. 6)

Dentro desse contexto as autoras destacam que “Abordar a parentalidade como uma construção social permite reconhecer as forças em jogo na contemporaneidade, recusando estereótipos e lógicas anteriores” (p. 10) e, portanto, vê-se a importância de se aproximar o profissional da psicologia e da psicanálise de tais arranjos familiares, para que ele possa, contudo, compreender, a partir da organização familiar a “construção da subjetividade de cada membro da família” GORIN et al (2015, p.10).

Desta forma, retoma-se o conceito de parentalidade, abordado por GORIN et al (2015):

No âmbito dessas considerações, propõe-se que a discussão sobre as formas de ser família hoje não se realize apenas em torno do exercício das funções paternas e maternas; mas que, independentemente do arranjo conjugal, a parentalidade se ocupe da estruturação psíquica do sujeito, por meio da troca afetiva e da transmissão dos interditos. Desse modo, o papel das figuras parentais se mostra absolutamente formador, no sentido de preparar os filhos para suas responsabilidades em relação às normas de convívio social. Daí o sujeito pode advir como parte de uma família e de uma sociedade.” (GORIN et al, 2015, p.10, 2015).

Tem-se então a importância de se compreender que a família além de ser algo heterogêneo no que tange sua estrutura, tem se modificado significativamente ao longo dos anos, e acompanhando essas mudanças está intrínseca a forma de se conceber o papel da criança dentro desse seio familiar, bem como o tratamento destinado a ela.

O trabalho de Ariès, *A história social da criança e da família*, demonstra como o conceito de infância passou a ser engendrado a partir do século XV, através da análise de quadros da época nos quais o autor vislumbrou o crescente destaque do lugar ocupado pela criança. De acordo com Ariès (1981) “a velha sociedade tradicional” não concebia com bons olhos a criança e o adolescente, estes recebiam certa “paparicação” no que tange a cuidados especiais e exclusivos, apenas durante a primeira infância, quando a criança estava em sua fase mais frágil, mas assim que esta começava a apresentar certa autonomia física já era o tempo de se colocar no papel do adulto e exercer as funções que lhe cabiam. Além disso, toda essa transmissão de valores e conhecimentos era incumbida à sociedade de forma geral, a própria família se via livre de tal fardo.

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos à educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. (ARIES, 1981, p. 4)

A criança era vista como um objeto de distração em sua fase mais tenra, e logo depois já era inserida na vida adulta, sem melindres ou recomendações. Se antes desta fase a criança viesse a morrer, por exemplo, nenhum tipo de sentimentalismo era destinado à mesma, já que a infância era tida como uma fase insignificante, não se detinha o foco da vida adulta para um ser de tamanha pequenez e que em nada colaborava para todas as obrigações que a vida adulta exigia.

É importante mencionar que este “desapego” pela criança era justificado pelos altos índices de mortalidade, fazendo com que os adultos resistissem a se vincular profundamente a um ser que, na época, tinha grandes chances de morrer.

Essa família antiga tinha por missão - sentida por todos a conservação dos bens, a prática comum de um ofício a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas. Ela não tinha função afetiva. (ARIES, 1981, P.5)

De acordo com Ribeiro (2016) durante a Idade Média e se estendendo até o período colonial no Brasil a criança nunca foi alvo de grandes atenções, além do cuidado, “a criança ficava a cargo das amas e dos empregados da casa, e à mãe cabia fazer funcionar esse dispositivo; só mais tarde, é que ela se tornou a responsável pela sua educação” (p. 34)

Ribeiro (2016) considera as contribuições da psicanálise de extrema relevância na visão contemporânea de infância, já que destaca a vida psíquica da criança como fonte de “marcas impressas no inconsciente e seus efeitos na vida adulta que despertou os educadores para uma maior atenção à qualidade e às consequências das vivências na infância”. (p. 35)

Este paradigma continua a se romper a partir do século XIX, quando há

inclusive uma adaptação dos contos de fadas que outrora tratavam de temas dramáticos, apresentando uma visão de mundo cruel, de temas como a fome, violência entre outros e que a partir de então passam a servir ao imaginário fantástico do universo infantil, de acordo com KEHL (2011).

É assim que elucida KEHL (2011) no prefácio do livro *Fadas no Divã — Psicanálise nas Histórias Infantis*, onde a partir deste esclarecimento sobre a intencionalidade dos contos de fadas, a autora apresenta a transformação desse panorama através de uma nova concepção de infância, se vê, portanto, importância em destacar duas consequências cruciais nestas mudanças:

1. A progressiva exclusão dos pequenos do mundo do trabalho, na medida em que a Revolução Industrial criou espaços de produção separados do espaço familiar (o segundo era característico das organizações do trabalho artesanal e campesino); 2. Os ideais iluministas e os novos códigos civis trazidos pelas revoluções burguesas passaram a reconhecer as crianças como sujeitos, com direito tanto a proteções legais específicas quanto ao reconhecimento de uma subjetividade diferenciada da dos adultos. (KEHL2011, p.16).

Temos então, contextos históricos que foram cruciais para a alteração na concepção da criança como temos hoje, e que estão estreitamente ligadas às novas conjunturas familiares, como foi apresentado inicialmente.

Se pararmos para analisar e tomarmos como base uma família da década de 1970, por exemplo, podemos observar uma série de características que não iremos encontrar em uma família contemporânea. No artigo *Família contemporânea* de Oliveira (2009) é apresentado uma observação muito relevante sobre essa heterogeneidade na construção familiar ao longo do tempo.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família. Essa construção da identidade irá rebater nas relações sociais ampliadas, não somente no seio familiar. Nesse contexto encontramos a "nova família", que se caracteriza pelas diferentes formas de organização, relação e em um cotidiano marcado pela busca do novo. Os arranjos diferenciados podem ser propostos de diversas formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar. (OLIVEIRA, 2009, p.67)

Antes tínhamos uma estrutura familiar centrada num modelo tradicional,

nuclear e patriarcal: pai, o único provedor e aquele que exercia a principal autoridade no lar, autoridade, que por sinal, era incontestável; a mãe, que por sua vez, era a única responsável pela educação dos filhos e pelo cuidado da casa, submissa à autoridade do esposo e por último; os filhos, que por serem crianças não representavam nenhuma autoridade, eram totalmente submissos às ordens da mãe e principalmente do pai, não tinham voz, nem vez.

Saltando para os dias atuais observamos uma total inversão nos papéis, e que ainda variam muito de acordo com a estrutura familiar a que se aplica. Primeiro que essa estrutura familiar pautada em pai, mãe e filhos já não ocorrem de forma maciça na sociedade. Hoje temos muitas famílias formadas apenas pela mãe e os filhos, chamadas de famílias monoparentais, outras em que os filhos são criados pelos avôs, mas também vemos casos em que a formação familiar se dá entre pai e filhos, e essa estrutura ainda tem muitas outras ramificações entre os laços familiares, envolvendo tios e tias, sobrinhos e etc. Além disso, temos os casos de famílias formadas a partir das relações homo afetivas e as famílias formadas com base na adoção.

Oliveira (2009) reforça que:

Tais arranjos diversificados podem variar em combinações de diversas naturezas, seja na composição ou também nas relações familiares estabelecidas. A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear. (OLIVEIRA, 2009, p. 68)

Fatores sociais e econômicos também estão diretamente ligados a essas alterações nos agrupamentos familiares e em sua lógica de funcionamento.

[...] as transformações ocorridas com o início da industrialização, o advento da urbanização, a abolição da escravatura e a organização da população provocam alterações nas feições familiares e sociais. A expansão da economia acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a pressão pelo consumo de bens e serviços, características inerentes ao capitalismo, anteriormente produzidos no espaço doméstico, passa a apertar os orçamentos familiares, e o trabalho assalariado passa a ser um instrumento também utilizado pelas mulheres. (OLIVEIRA, 2009, p. 65)

Toda essa mudança na estrutura familiar culminou na forma de educar e tratar a criança, estabelecendo novos parâmetros para a relação pais e filhos. Enquanto antes a criança era tida quase que como “objeto decorativo”, sem exercer função nenhuma no seio familiar, não era tida como ser de direito, hoje se observa uma situação completamente e extremamente contrária.

É notória hoje a participação da criança, inclusive nas tomadas de decisões, além disso, analisando um contexto mais global, vê-se que a criança tem se tornado prioridade e direcionamento de público-alvo em toda a sociedade, desde aspectos relacionados à sua formação escolar, pelo qual se discute hoje uma série de teorias e proposições, até mesmo se pensarmos em todo o marketing que é direcionado ao público infantil, que envolve desde programas infantis a brinquedos, ampliando consideravelmente o mercado capitalista em torno da criança.

Segundo o site de notícias G1, com base em resultado de pesquisa realizado pelo IBGE, no Brasil o mercado infantil cresce 14% ao ano, isso devido ao poder de pressão e persuasão exercido pelas crianças sobre os pais, isso é o que apresenta o próprio site. Entende-se, portanto, que esse grau de “pressão e persuasão”, apontado pela pesquisa, já está incutido diretamente os reflexos da infantolatria, que foi mencionado na introdução deste trabalho e será esmiuçado doravante.

Isso é só mais um exemplo do quanto a concepção de infância mudou dentro das novas conjunturas familiares, e o quanto esta nova visão mostra toda uma sociedade voltada para a criança e, mais ainda, tendo esta criança não só como centro das atenções, mas como direcionadora das tomadas de decisões, não só no seio familiar como também nas diversas esferas da sociedade.

Portanto, entende-se que toda essa mudança na estrutura familiar contemporânea atingiu diretamente a concepção criada sobre criança, e conseqüentemente a relação entre pais e filhos, culminando na transferência de autoridade que se tem observado nos dias de hoje, na qual a criança vem sendo tratada como um “adulto em miniatura”, detentora de todos os desejos e vontades e os pais passam a ser submissos a esses desejos, tornando-se verdadeiros reféns das vontades dessas crianças, aceitando seus mandos e desmandos, fenômeno conhecido como *infantolatria* que será discutido no próximo tópico.

3. IDOLATRIA À INFÂNCIA – UM OLHAR PSICANALÍTICO

De acordo com Ribeiro (2016) em seu artigo *Infantolatria: atualização do infantil na operação de interdição*, infantolatria é:

O comportamento que é chamado de infantolatria é a consequência de uma atitude de idolatria, uma paixão exagerada, excessiva por um objeto, a criança, ou melhor, a infância, considerada pelos adultos como o paradigma do tempo feliz, pelo qual nutrem uma nostalgia e um desejo de retorno. A criança passa a ser investida, não como um sujeito, dividido em sua essência, mas como um representante real de uma inscrição imaginária de um tempo sem castração! (RIBEIRO, 2016, p. 34).

E ainda reforça:

Permite-se que a criança, mesmo sem ter uma experiência de vida que lhe dê um conhecimento dos fatos, determine para os membros da família o que devem fazer e quando fazer, não admitindo ser contrariada. Os pais se colocam inteiramente à disposição da criança, tornando-se súditos dela, inteiramente submissos. (RIBEIRO, 2016, p. 35).

Desta forma entende-se que a infantolatria enquanto um comportamento adulto pode provocar prejuízos extremamente danosos na vida da criança, já que a mesma, sem grandes experiências de vida e discernimento ético do que é certo ou errado, passa a ser detentora da autoridade sobre si mesma, e conseqüentemente sobre o indivíduo adulto.

Esse comportamento de infância despótica não permite que a criança lide diretamente com a relação de frustração e perda que são fundamentais para o amadurecimento emocional e psicológico de qualquer indivíduo, podendo provocar uma série de transtornos, entre eles o TDO - Transtorno Desafiador Opositor.

Serra-Pinheiro et al (2004), descrevem claramente a definição deste transtorno no artigo *Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico*, apresentado como:

O transtorno desafiador de oposição (TDO) é um transtorno disruptivo, caracterizado por um padrão global de desobediência, desafio e comportamento hostil. Os pacientes discutem excessivamente com adultos, não aceitam responsabilidade por sua má conduta, incomodam deliberadamente os demais, possuem dificuldade em aceitar regras e perdem facilmente o controle se as coisas não seguem a forma que eles desejam. (SERRA-PINHEIRO et al 2004, p. 273)

Segundo Serra-Pinheiro et al (2004, p.274) em análise às situações de mães que relatavam apresentar mais dificuldade de manejo e de lidar com os problemas comportamentais dos filhos foi reportado por estas que se sentiam “menos competentes”.

Desta forma, garantir que o filho tenha tudo o que deseja, no momento em que deseja é uma forma desta mãe se sentir mais segura em sua função, “mais competente”, para ela o sentimento de frustração causado no filho atinge, de maneira negativa, o seu próprio ego, e ela, não conseguindo administrar tal situação, passa a ser exageradamente permissiva, chegando à infantolatria.

Entende-se desta forma, a possibilidade de mais um desdobramento que pode levar à infantolatria e conseqüentemente podendo desencadear o Transtorno Desafiador Opositor, que é o sentimento de culpa alimentado por muitos pais e mães.

São muitos os fatores que levam os pais a sentirem-se culpados e falhos ao se tratar da educação dos filhos, entre eles está a rotina massiva e agitada da vida moderna, bem como a busca por satisfação financeira e bens materiais, que o próprio sistema capitalista incute nas pessoas, fatores que acabam por gerar o sentimento de culpa na maioria dos pais: seja pela compensação da ausência, ou satisfação de posse por um objeto material, de acordo com Ribeiro (2016)

Entre os fatores da vida moderna, a diminuição no número de filhos, com o objetivo, conforme apresenta Ribeiro (2016, p.34) “visando um conseqüente investimento na satisfação, ou talvez, e de abordagem mais complexa, numa frágil vivência de intimidade dos laços afetivos”, e até mesmo o próprio sistema capitalista, que obrigam os pais e mães a trabalharem demasiadamente, passando boa parte do dia, e muitas vezes à noite também, longe de seus filhos.

Em muitos lares, não são raros os casos de crianças que chegam a ver seus pais apenas nos finais de semana, devido ao excesso de trabalho destes. Todo esse contexto promove nos pais ao sentimento de culpa pela ausência na vida dos filhos.

Ribeiro (2016) reafirma justamente esta questão quando diz que:

Sem falta, não há desejo. Vivemos sob a égide do “seja feliz” a qualquer custo, não como uma conseqüência do advir de um sujeito desejante, mas como uma imposição do olhar do outro. Tal estado se faz presente no pensamento capitalista investindo, nem tanto na produção, mas muito mais no consumo cada vez maior de objetos descartáveis, incluindo-se nisso os

relacionamentos. (RIBEIRO, 2016, p. 36)

Vê-se então, que os pais, na maioria das vezes, visualizam seus filhos como pessoas infelizes devido à sua ausência e tentam recompensá-los a qualquer custo, não admitem que suas crianças sintam falta de qualquer coisa ligado ao campo material, ao mesmo tempo que tentam compensar sua ausência afetiva com presentes materiais, criando um paradoxo negativo e uma inversão de valores para a compreensão da criança do que é necessário e do que é supérfluo.

Desta forma, na maioria das vezes, esta ausência passa a ser suprida por bens materiais, os pais passam a presentear seus filhos com brinquedos e objetos que na maioria das vezes nem lhes são plenamente necessários. Temos hoje crianças entre três e quatro anos de idade, com tablets e celulares, bens que não lhe são necessários, mas que acabam servindo de “agrado” para suprir a culpa da presença materna e/ou paterna.

Além dos bens materiais, que muitas vezes chegam a ultrapassar o orçamento financeiro da família, os pais ainda passam a se sujeitar aos plenos desejos dos filhos, já que passam boa parte do tempo ausente, quando estão juntos de seus filhos, não se sentem suficientemente seguros para repreender qualquer situação que seja, preferem se submeter aos desejos e vontades de suas crianças à causar em seus filhos mais um sentimento de frustração para além de sua ausência.

Ribeiro (2016) faz uma ressalva e destaca que:

É esperado nos primeiros anos de vida, que a família viva em função da criança e a atenda em suas necessidades. Essas, além de decifradas, são também cifradas e nomeadas pela mãe ou outro adulto que desempenhe essa função. O que não quer dizer que essa situação deva se perenizar. A partir dos dois anos de idade ela já tem um desenvolvimento suficiente para perceber a existência de um mundo à sua volta, onde as pessoas têm interesses e necessidades diferentes dos dela e, principalmente, já é capaz de suportar o não. (RIBEIRO, 2016, p.34)

Desta forma, os pais devem compreender e delimitar o que é o cuidado, no sentido de atender as necessidades vitais da criança e o que passa a ser uma idolatria à criança e ao seu mundo, assim como descreve Ribeiro (2016) sobre o comportamento de infantolatria.

É importante que os pais tenham clareza do quanto o seu comportamento pode impactar negativamente a vida da criança, causando transtornos que muitas vezes

irão os acompanhar até a vida adulta, e nem sempre será percebido pela mesma, fazendo com que esta seja um adulto inseguro e com diversos problemas de relacionamento, como será tratado no próximo item.

E é dentro deste contexto que à luz da psicanálise, se pode observar, compreender e agir para um auto entendimento da subjetividade do indivíduo e das questões, muitas vezes obscuras, que circundam sua mente. É claro que nem todos possuem o discernimento suficiente para se entender enquanto necessitados desse olhar, para tanto outras instituições podem servir como orientadoras para tal direcionamento, como escolas, hospitais e até mesmo comunidades religiosas. É preciso que se veja a psicanálise como alicerce da compreensão da subjetividade humana.

Portanto entende-se que apesar do sentimento de culpa, associado a idealização da infância, conforme indicado no início do texto, ser algo recorrente entre os pais, se vê necessário compreender que este sentimento pode levar a sérios transtornos de ordem psicológica na criança, prejudicando seu desenvolvimento pessoal, social e cognitivo em suas inter-relações com o mundo que a cerca.

4. OS REFLEXOS DA EDUCAÇÃO FAMILIAR CONTEMPORÂNEA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E NA CONVIVÊNCIA EM SOCIEDADE.

Nos tópicos anteriores foi levantada a questão do quanto o comportamento de infantolatria pode causar efeitos desastrosos para o desenvolvimento psicológico da criança e afetar diretamente suas relações em sociedade. Uma vez levantada a tese de que adultos que nutrem esse sentimento de infantolatria acabam por educar crianças com dificuldade em aceitar o “não” como resposta, e conseqüentemente incapazes de lidar com situações que a vida adulta impõe.

Foi observado que essa obsessão pela criança, em que a mesma passa a ser foco de todas as atenções, ao que Ribeiro (2016) classifica como infantolatria culmina numa geração de crianças mimadas e adultos maus sucedidos, pois não conseguem lidar com os “nãos” da vida.

Ribeiro (2016) usa o termo “colapso familiar”, para enfatizar os efeitos desse comportamento de infantolatria no seio familiar:

No colapso familiar não existe mais a hierarquia dos lugares: o filho passa a ser o pai de seus pais, não consegue cumprir uma rotina que poderia lhe trazer segurança, não se inclui nos pequenos trabalhos domésticos, não suporta as frustrações, perde a capacidade de concentração e, com uma sensação imaginária de domínio, faz exigências que se tornam insuportáveis para o grupo familiar, podendo se estender para o social, e mais tarde, para o profissional e outros. (RIBEIRO, 2016, p.36)

É exatamente este comportamento apontado por Ribeiro (2016) que observamos hoje em dia, em que as crianças são poupadas de toda e qualquer obrigação e responsabilidades, são demasiadamente mimadas e idolatradas, poupadas de qualquer tipo de frustração.

Enquanto há algumas décadas atrás a criança já passava a fazer parte o quanto antes dos afazeres domésticos, assumir determinadas responsabilidades no seio familiar, era ensinada a tomar conta de si, começando pelos próprios cuidados com a higiene, temos hoje uma geração que está cada vez mais dependente dos cuidados dos pais e ao mesmo tempo se entende como plena detentora desses direitos, transferindo obrigações que já deveriam ser suas para os pais.

Pode-se observar através de relatos dos próprios professores, que este comportamento, no qual a criança se sente a única detentora de razões e direito se estende em especial para o contexto escolar. A escola passou a ser o primeiro local onde se detecta os efeitos devastadores da infantolatria, e os professores passam a ser considerados os algozes dessas crianças, uma vez, que são os primeiros a cobrar algum tipo de responsabilidade das mesmas e, estas, por sua vez, assumem para os pais os papéis de vítimas, acusando os professores de perseguidores por cobranças excessivas.

Professores se veem acuados em sua autoridade na medida em que ficam podados de tomar qualquer medida disciplinar ou orientadora em seus alunos. Já que estes foram educados pelos pais para não sofrerem nenhum tipo de frustração e quando isso ocorre na escola, e o professor é que muitas vezes é colocado na berlinda tendo que justificar a todo o momento sua atitude perante os pais do aluno, uma vez que estes pais sempre tomam o partido do próprio filho, tentando justificá-los e protegê-los de atitudes que frustrem suas vontades pessoais, de acordo com Pasini (2016)

Em ambiente escolar este comportamento de infantolatria acaba se revertendo contra a própria criança que por não conseguir se socializar com as outras, uma vez que tem dificuldade de seguir qualquer tipo de regra, fica sendo vista como a “chata”, “que se acha”, tudo isso reafirma Pasini (2016), no artigo intitulado *Infantolatria... o que quer dizer isto?* Chegando ao ponto dessa criança passar a ser vítima de *bullying*, quando não, a mesma é menosprezada e isolada pelas outras crianças, que por sua vez começa, pela primeira vez, lidar com o sentimento de frustração.

A autora ainda destaca que o papel de preparar a criança para uma “socialização plena e duradoura” é tarefa dos pais e se isso não acontece, segundo Pasini (2016), as consequências primeiras são sentidas na escola que é “a primeira interação fora da família, onde a criança terá que respeitar regras e dividir suas ações com os primeiros coleguinhas de sua vida” e quando essa educação para a socialização não acontece em casa e, segundo Pasini (2016) “essa criança não consegue aceitar as regras definidas, será rejeitada e com certeza não entenderá porque não pode fazer tudo o que quer como faz dentro de sua casa” (p. 3), por conseguinte toda essa situação acaba sendo um processo muito doloroso para o amadurecimento da criança.

Há de se convir, portanto, que uma educação voltada apenas para os desejos e vontades da criança não há de ser benéfica para o seu amadurecimento e convívio em sociedade, acarretando em uma série de conflitos interpessoais, e mais ainda, pessoais, que doravante necessitarão de uma análise psicanalítica para que a criança, em amadurecimento para a vida adulta, possa se compreender no meio em que vive.

Temos na contemporaneidade o que alguns estudiosos da psicologia classificam como “fragilização das funções parentais”. Segundo Zanetti e Gomes (2011, P. 1) este conceito tem a ver com “as dificuldades que os pais possuem em educar seus filhos, na atualidade, devido à insegurança e a dúvidas no exercício de suas funções”.

De acordo com essas autoras os pais não conseguem medir a autoridade que se deve ter com a criança e ao mesmo tempo lidar com a liberdade que se dá para a mesma desde muito pequena, levando-se em conta o contexto cultural em que vivemos, onde desde a mais tenra idade a criança está exposta a todos os assuntos

e já se entende enquanto sujeito de direito dentro de um contexto democrático.(ZANETTI & GOMES, 2011).

Como fica explícito a seguir:

Contudo, o fenômeno da “fragilização das funções parentais” denuncia a existência de pais que não conseguiram se apropriar de todas essas mudanças de um modo equilibrado: ou seja, proporcionar uma educação não rígida, que dê maior espaço para a participação da criança na família, promovendo formas de relações mais compreensivas e próximas da mesma, ao mesmo tempo em que reconheçam que a criança em idade precoce precisa ser orientada, em termos de limites, e respeitada dentro de suas possibilidades e capacidades características. (GOMES e ZANETTI, 2011, p. 12)

É notado então que os pais possuem grandes dificuldades em estabelecer os limites entre educar uma criança autônoma e crítica para o mundo à sua volta e ao mesmo estabelecer limites e regras que também são importantes para a construção de sua subjetividade, e que são extremamente necessárias para se operar em sociedade, cria-se, então, um paradoxo nesta relação pais e filhos.

Viver em sociedade significa respeitar e acatar as regras que está lhe impõe. Não se pode fazer o que se quer a todo momento a seu bel prazer, e a todo momento estamos ouvindo “nãos”, precisamos operar pelas regras que a sociedade impõe para conseguirmos viver de maneira sadia e produtiva dentro dela, caso contrário a convivência com o outro se torna intolerável.

As consequências de uma educação permissiva, em que o “não” é tido como uma afronta pessoal pode ser desastrosa para essa convivência social, seja no âmbito escolar e também se direcionando para o campo profissional, levando em conta o contexto atual do mercado de trabalho. Uma criança que nunca foi educada para o “não” tende a não se adaptar às diversas situações que a sociedade lhe impõe quando na vida adulta. Portanto, educar também para o “não” é papel dos pais e das famílias para que não se crie adultos mimados e infantilizados incapazes de lidar com as controvérsias da vida em sociedade.

Vemos hoje em dia muitos casos de pessoas, adultos, que não se enquadram, que enquanto adolescentes estavam sempre envolvidos em questões indisciplinadas na escola, em conflitos interpessoais com os colegas e professores e até mesmo em conflitos internos, pois não conseguem lidar com o sentimento de frustração, e isso causa um verdadeiro nó em seu desenvolvimento psicológico e emocional.

Esses adolescentes crescem e vão para o mercado de trabalho e continuam os conflitos: não conseguem se relacionar com os colegas de trabalho, possuem dificuldades em serem colaborativos e proativos e de trabalharem em equipe, características que são cada vez mais exigidas no mercado de trabalho. Muitos desses adultos não aceitam nem mesmo as ordens diretas do chefe, pois não compreendem a relação de hierarquia e acabam “pingando” de emprego em emprego, levando-os ao fracasso profissional.

Mas com a necessidade, agora, do auto sustento e as pressões que a vida adulta impõe começam a surgir distúrbios como ansiedade, stress, dificuldade de concentração, sentimento de inferioridade e até mesmo depressão.

O adulto em questão, começa só agora a sentir frustração e claro que não a compreende, pois sempre foi atendido em todos os seus desejos enquanto criança onde o mundo girava em torno de suas vontades e demandas, o sentimento de frustração é completamente novo para este adulto que precisa aprender a lidar com este sentimento para enfim, amadurecer para vida em sociedade, com as regras e frustrações que está impõe a todo e qualquer indivíduo.

Voltando à questão da parentalidade, abordado no primeiro item deste trabalho, vimos o quanto a interdição dos pais se faz necessária na vida dos filhos, para tanto Junqueira (2014) desvenda esse assunto no artigo *Parentalidade contemporânea: encontros e desencontros*, e reforça ainda mais esta obrigação dos pais, com relação aos limites e rotinas destinados aos filhos.

Os limites, os interditos, as rotinas e a narratividade são indispensáveis para a estruturação afetiva da criança, tanto na fase pré-verbal como na verbal. Se eles não são ditos, se a violência natural não aprende a se transformar em agressividade, a lei externa irá substituir a lei familiar (mas a que preço!). Dar limites, por vezes, parece significar perder o amor dos filhos, e fica difícil suportar a raiva gerada pelo limite. A sedução é introduzida, colocando à mão dos pequenos tudo que desejam. E é designado a outros – escolas, terapeutas – a missão da educação e de resolverem todos os problemas resultantes da omissão dos pais como educadores e colocadores de limites. (JUNQUEIRA, 2014, p. 43)

Esse sentimento de frustração quando não compreendido pode levar a agressão, pode-se citar, por exemplo, o caso dos crimes passionais que muitas vezes são motivados, justamente pelo sentimento não resolvido de frustração do indivíduo: a mulher que deseja o fim do relacionamento e o companheiro que não

aceita o “não” de maneira madura e adulta, e desta maneira se acha no direito de cometer um crime contra a vida da pessoa.

Como já foi citado anteriormente sobre o contexto escolar, no qual muitas vezes o aluno chega a agredir, verbal e fisicamente, colegas e professores, pois não compreendem que não podem fazer o que querem naquele momento e acabam estourando num rompante de raiva e agressividade.

Estes são só alguns exemplos de como uma educação permissiva e carregada de infantolatria pode desencadear problemas e distúrbios extremamente marcantes e desastrosos para a vida adulta.

Como Junqueira (2014) apresentou sobre o conceito de “lei familiar”, que nada mais é que os limites e regras operados pela família: é preciso que esta se cumpra perante os filhos para que a “lei externa” não tenha que agir, uma vez que esta não está carregada da afetividade da primeira, é como diz a sabedoria popular “o mundo ensina”, mas não com o mesmo amor e dedicação da família que ama e cuida.

A autora ainda esclarece que dar limite é realmente uma tarefa difícil, pois implica resignação, autoridade, aceitar a raiva do filho, o que para muitos pais é inconcebível, porém que precisa se compreender que esta raiva é momentânea, mas os efeitos de uma educação sólida, presente e constante serão heranças eternas e frutíferas (JUNQUEIRA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi apresentado pôde-se observar que a relação entre pais e filhos na sociedade contemporânea sofreu e continua sofrendo mudanças que possuem impactos diretos no desenvolvimento psicológico e emocional do indivíduo, culminando na forma como este se relaciona em sociedade.

Viu-se que as alterações do contexto familiar e da concepção de infância desde a Idade Média até os dias de hoje colaboraram para que o comportamento do indivíduo se transformasse e, com isso, a geração de um comportamento de idolatria à criança e a seu mundo, a que se chama de infantolatria passou a ser recorrente nos seios familiares, envolvendo todos os tipos de classes sociais e os diversos tipos de família.

Além disso, outro ponto compreendido foi sobre as “fragilizações das funções parentais”, discutidas por diversos psicólogos na contemporaneidade e referenciados neste trabalho por Gomes e Zanetti (2011) que discutem em seu artigo *A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências*, a problemática dos pais que não conseguem educar seus filhos, uma vez que se sentem despreparados para tal função, isso devido suas inseguranças pessoais e todas as outras dúvidas que os cercam diante do contexto contemporâneo de infância e do como lidar com este novo perfil de criança.

Entendeu-se que este comportamento pode acarretar diversos problemas de cunho emocional e psicológico à vida da criança, problemas estes que a perseguirá até a fase adulta, impactando na forma como esta se relaciona, seja no campo pessoal, social ou profissional de sua vida.

Durante a infância observou-se que crianças que passaram pela infantolatria possuem dificuldades de se relacionarem com as outras, já que, de acordo com Pasini (2016) não conseguem seguir regras, nem ouvir “não” e acabam sendo isoladas pelas outras crianças, chegando a sofrer bullying.

Além disso, outros tipos de transtornos podem aparecer durante esta fase em consequência da infantolatria, entre eles o Transtorno Desafiador de Oposição (TDO), como apresentou Serra-Pinheiro et al (2004), que é um transtorno destrutivo onde a criança está em constante desobediência ao adulto, não aceita obedecer a regras ou responsabilidades impostas pelos adultos e possuem um comportamento extremamente hostil e desafiador.

Entende-se, portanto, que como afirma Junqueira (2014):

As crianças hoje em dia parecem ser bastante destituídas da presença de uma parentalidade afetiva e disponível, em nome de uma falsa proteção e de uma demanda social - o que resultará disto? Pais cada vez mais narcísicos, sem poderem dar oportunidade para o nascimento do narcisismo primário de seus filhos? (JUNQUEIRA, 2014, p. 43)

Portanto, vê-se a importância da parentalidade afetiva, enquanto presença e participação dos pais na vida dos filhos, não apenas para acoitar, permitir e tudo propiciar a ponto de se estabelecer um sentimento de infantolatria pelo filho, mas se fazer presente, principalmente na imposição de limites e orientação para vida.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1981.

GOMES, Isabel Cristina; ZANETTI, Sandra Aparecida Serra. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. **Revista Temas em Psicologia** - 2011, Vol. 19, no 2, 491 – 502

GORIN, M. C., MELLO, R., MACHADO, R. N., & FÉRES-CARNEIRO, T. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo **Revista da SPAGESP**, 16(2), 3-15.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima de Amorim. **Parentalidade contemporânea: encontros e desencontros (*Contemporary parentality: matches and mismatches*)**. Primórdios, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 33-44, 2014

KEHL, Maria Rita. Prefácio a criança e seus narradores. In CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. **A psicanálise na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia**. Porto Alegre: Penso 2011.

OLIVEIRA, NHD. **Recomeçar: família, filhos e desafios [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books.

PASINI, Valdete. Infantolatria... o que quer dizer isto? Disponível em <http://www.escolaparapais.blog.br/2016/11/infantolatria-o-que-quer-dizer-isto/>. 2016.

RIBEIRO, Maria Mazzarelo Cotta. **Infantolatria: atualização do infantil na operação de interdição**. Revista Reverso. Belo Horizonte. Ano 38. Nº. 72 • p. 33 – 38 • dez. 2016.

SERRA-PINHEIRO, Maria ET AL. **Transtorno desafiador de oposição**. Revista

Brasileira de Psiquiatria. 2004; 26 (4): 273-6.

Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/> Acesso em 20/03/2018.

Disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/08/mercado-brasileiro-infantil-cresce-14-ao-ano-segundo-o-ibge.html> Acesso em 01/05/2018.

A NEUROSE DE QUE SE FALA E A NEUROSE DE QUE SE SOFRE

BERVIQUE, Janete de Aguirre ²⁴

1. VIVENDO COMO SE...

O neurótico vive como se... Vive como o operário da “Construção” de Chico Buarque, que “subiu na construção como se fosse máquina”, que “sentou pra descansar como se fosse sábado”, que comeu “feijão com arroz como se fosse príncipe”, que “dançou e gargalhou como se ouvisse música...” O neurótico é alguém que “não vê o óbvio (...); não vê as espinhas do próprio nariz” (PERLS, 1977). Vive como se as espinhas não estivessem ali. Como poderia vê-las, se ele não é dono do seu próprio nariz? Ele não se sustenta sobre os seus próprios pés, seu self-support não dispõe de recursos para satisfazer suas necessidades; então, ele manipula para obter apoio: encena, pede, ameaça, faz barganhas, representa seu script, socialmente introjetado, de doente, de fraco, de bonzinho, de desamparado, de perseguido, de erudito, de superior etc. etc..

Eis, pois, a neurose que todos aprendemos, sem nunca ter sido, intencionalmente ensinada... Onde aprendemos a neurose nossa de cada dia? Como aprendemos? Com quem? Para quê? Engolidores de sapo, é isso que todos somos! “Quem já não os engoliu?” pergunta o eminente jurista e educador Damásio de Jesus; e continua: “Eu já engoli sapos pequenos, médios e sapões (...). Na verdade, engoli o brejo Inteiro” (2011).

Isso aconteceu e continua acontecendo com todos nós. Em nome de não sei o quê, ou para “não criar caso”, toleramos situações desagradáveis, abusos até, sem nada dizer; optando por “deixar como está para ver como é que fica”; justificando, explicando, racionalizando, desculpando; enfim, inconscientizando aquilo que está nos incomodando, dizendo que o tempo tudo apaga; ou que cada um só pode dar

²⁴ Docente da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF – Garça – SP. Gestalt-terapeuta do Instituto “Eu-Tu” de Psicologia Alternativa – Bauru – SP. Ativadora do Centro “Fritz Perls” de Estudos de Gestalt – Bauru – SP. e-mail: janetegestalt@uol.com.br

aquilo que tem; ou que é melhor deixar nas mãos de Deus. Claro! Ele tem costas largas para isso mesmo!

Todos nos descobrimos, de quando em quando, com um sapo entalado na garganta; sorrimos amarelo, como se tudo estivesse bem, pois, como diz uma antiga fábula, os lobos são fortes demais para não terem razão. E sendo assim...

2. SOMOS TODOS NEURÓTICOS, GRAÇAS A DEUS.

O que há de melhor distribuído, entre os homens, no mundo? Para Descartes, o “bom senso”; para Erasmo, a “loucura”; e para o velho Fritz, a “neurose”. É isto que evidencia a estrutura da neurose, tal como foi concebida por Perls, da camada mais superficial à mais profunda, figurada pela “cebola”. Se todos temos bom senso, se todos somos loucos, se todos somos neuróticos, a diferença entre uns e outros é qualitativa ou quantitativa? Não importa... O que importa é contextualizar a neurose de cada um; é privilegiar o direito à diferença; é atentar para a singularidade de cada pessoa vivenciando a experiência de sua própria neurose __ a sua “verdade sentida na carne”, apropriando-me da expressão de Rollo May (1969); isto é tudo o que há no “entre” do encontro terapêutico.

Existencialmente, a neurose antecede ao encontro terapêutico; é parte orgânica do nosso arranjo existencial, impregnando os saberes, os fazeres, os pensares e os sentires que dinamizam o nosso cotidiano. Falamos de neurose, vivemos de neurose, sofremos de neurose. Nunca esta palavra e seus derivados estiveram tanto na boca do povo como hoje, com seus múltiplos significados na linguagem popular e até da nossa, especialistas. É uma verdadeira “neura”!

2.1. A neurose de que se fala.

Além de estar na boca do povo, sendo uma expressão usada para tudo o que incomoda, a neurose está na literatura especializada: tudo está definido conceitualmente, abstratamente, racionalmente, cada coisa no seu lugar, com começo, meio e fim; a figura analógica da “cebola”, com suas camadas sobrepostas, verniz aparente evidenciando o socialmente imposto e aceito, ponto em que se inicia a normopatia: enquadrando, cercando, apertando, enchendo, sufocando, até você não caber mais dentro de si mesmo. Está na boca do professor em sala de aula, do

conferencista postado na tribuna em congressos __ “cocô de elefante” (PERLS, 1977) __, do terapeuta explicando o sofrimento psíquico do parceiro-terapêutico, deste comentando o seu diagnóstico de neurose com um grupo no barzinho. Está no livro-texto adotado, no texto selecionado para leitura complementar, no artigo publicado na revista científica tradicional ou virtual. Está, até mesmo, nos discursos messiânicos ou salvacionistas de políticos e de pregadores; bem como na boca de pais e mães, na hora do sermão e da chantagem emocional. Entremeando conversas sobre qualquer coisa e em qualquer lugar, surgem termos como contato, alienação, projeção, clichê, impasse, consciência e outros, e a “cebola” é, novamente, servida como prato principal.

2.2. A neurose de que se sofre.

Salta dos livros de Psicologia e de Psicopatologia, do DSM V-TR e da CID-10 para a vida; entra no arranjo existencial de cada um de nós, em um dado momento, e se instala, se acomoda, se aprofunda e se enraíza. Agora é “verdade sentida na carne”, a neurose que nenhuma teoria ou analogia é suficiente para explicar: é uma experiência inefável, visceralmente e afetivamente articulada, com seus corolários de sentimento de inadequação e de burburinho interior, de estar contendo algo que não é seu, de sufoco respiratório e emocional, de estranhamento de suas próprias coisas, de vergonha e de culpa, sem motivo aparente, de perda da linguagem de comunicação pessoal.

É a neurose aprendida, reforçada, exigida, avaliada, premiada; é o ajustamento forçado a situações que se chocam com o nosso direito de ser um, em oposição ao ajustamento criativo que promove o crescimento e conduz à autorrealização; é a negação do direito de dizer sim e de dizer não, conforme as nossas demandas pessoais. É a neurose que se manifesta no sofrimento da mulher que não estava a fim de “cumprir o dever conjugal”, segundo a tradição patriarcal, ainda vigente, e que denuncia em metáteses gritadas que foi “estrupada” e está “desvariada” de dor. É a neurose contida no choro engolido da criança que, à mesa, se recusou a comer brócolis e que teve que “comer tudo pelos olhos”, porque faz bem à saúde. É a neurose de um sem número de momentos em que sorrimos como se... comemos como se... agradecemos como se... fazemos como se... abraçamos e beijamos como se... pedimos desculpas como se fôssemos culpados.

Aprendemos, assim, a mentir: que sentimos o que não estamos sentindo, que gostamos daquilo que detestamos, que valorizamos aquilo que não nos importa, que somos aquilo que não somos, que está tudo bem quando eu não estou me sentindo bem, mas não sei definir o que me incomoda. E o que é pior: sem percebermos como esse mal-estar vai se instalando e com aprovação social. Aí, um dia “eu sinto um troço estranho”, “tenho uma coisa entalada na garganta, que me sufoca o peito”, “parece que eu não sou eu”...

É a neurose de que se sofre que, num ímpeto de inspiração, foi definida, com todas as cores, dores, suores e tremores, na letra da música “À flor da pele”, de Chico Buarque __ Será que ele sabe disso?__ retratando, talvez, o seu próprio jeito de ser neurótico, transcrita a seguir:

“O que será que me dá / Que me bole por dentro, será que me dá / Que brota à flor da pele, será que me dá / E que me sobe às faces e me faz corar / E que me salta aos olhos a me atraiçoar / E que me aperta o peito e me faz confessar / O que não tem mais jeito de dissimular / E que nem é direito ninguém recusar / E que me faz mendigo, me faz implorar / O que não tem medida, nem nunca terá / O que não tem remédio, nem nunca terá / O que não tem receita / O que será que será / Que dá dentro da gente e que não devia / Que desacata a gente, que é revelia / Que é feito uma aguardente que não sacia / Que é feito estar doente de uma folia / Que nem dez mandamentos vão conciliar / Nem todos os unguentos vão aliviar / Nem todos os quebrantos, toda alquimia / Que nem todos os santos, será que será / O que não tem descanso, nem nunca terá / O que não tem cansaço, nem nunca terá / O que não tem limite / O que será que me dá / Que me queima por dentro, será que me dá / Que me perturba o sono, será que me dá / Que todos os ardores me vêm atizar / Que todos os tremores me vêm agitar / E todos os suores me vêm encharcar / E todos os meus nervos estão a rogar / E todos os meus órgãos estão a clamar / E uma aflição medonha me faz suplicar / O que não tem vergonha, nem nunca terá / O que não tem governo, nem nunca terá / O que não tem juízo”.

O que fazer com isso que “não tem remédio” e “não tem receita”? Que foi aprendido como componente do processo educacional, pelo qual cada um de nós passou / está passando? Desconstruir o edifício da neurose só poderá ter algum

resultado, realmente efetivo, saindo do modelo médico para o terreno educativo: reeducação para aprender a desaprender. Para eu poder decidir, como ensinou Sartre, o que eu quero fazer agora com aquilo que fizeram de mim.

3. DANDO O TROCO, AQUI-E-AGORA.

Meu tributo a José Angelo Gaiarsa ___ aquele que sempre foi (gestaltista) sem nunca ter sido; agora, talvez, “trocando figurinhas” com o velho Fritz... Amigo, como é estar aí?

A você, que tão bem sintetizou a neurose de que se sofre, num magnífico pôster azul, ilustrado com uma figura de Salvador Dalí que, na minha leitura, é representativa da mãe superprotetora, e deu o troco com a seguinte mensagem:

“Nenhuma Constituição garante aos homens

O DIREITO DE RESPIRAR:

nenhum Direito mais necessário.

Os homens vivem sufocando uns aos outros o tempo todo.

VOCÊ ME SUFOCA:

- sempre que não posso dizer a você o que penso, nem o que faço;
- sempre que me sinto coagido a mudar o tom de voz,
para que você não perceba minha emoção;
- sempre que falo sozinho, me justificando ante meu
Juiz Interior ___ que são vocês;
- sempre que diante de você me sinto obrigado a ficar
me vigiando e controlando.

MINHA VINGANÇA É EXIGIR O MESMO DE VOCÊ.

Somos todos sufocadores,

Vivemos todos sufocados.

Liberdade respiratória!

Parafraseio Albert Einstein, como fechamento deste ensaio (?).

Quando eu penso sobre a neurose, eu a adultero uma vez; quando eu olho

para a neurose, eu a adultero duas vezes; quando eu falo sobre a neurose, eu a adultero três vezes; quando eu escrevo sobre a neurose, eu a adultero quatro vezes. Assim, se em algum lugar neste trabalho eu escrevi algo que não tenha a ver com a neurose, não vou brigar com Fritz Perls por não ter descrito a neurose assim como eu disse.

O QUE HÁ PARA LER, OUVIR, ASSISTIR ETC..

Tudo o que puder contribuir para você compreender melhor a sua neurose e aprender a lidar melhor com ela, visando a desconstruí-la, além dos referidos no texto:

JESUS, Damásio de – Engolindo sapos. *Bauru News*, jul.2011. p.98.

MAY, Rollo – Psicologia existencial. In: MILLON, T. *Teorias da psicopatologia e personalidade*. Rio de Janeiro:Interamericana, 1979. p.132-137.

PERLS, Fritz – *Gestalt-terapia explicada*. São Paulo:Summus, 1977.